



Mar - Abr
2015

Secretaria de Estado de Fazenda

Boletim de

Transparência Fiscal

2º bimestre | 2015





SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Júlio César Carmo Bueno

SUBSECRETÁRIO-GERAL

Francisco Antônio Caldas Andrade Pinto

SUBSECRETÁRIA DE FINANÇAS

Lígia Helena da Cruz Ourives

SUBSECRETÁRIA DE POLÍTICA FISCAL

Josélia Castro de Albuquerque

SUBSECRETÁRIO DE RECEITA

Antônio Carlos Rabelo Cabral

SUPERINTENDENTE DO TESOUREO ESTADUAL

Cláudia Torres Santoro

**SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO
FINANCEIRA**

Daniela de Melo Faria

**SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES
FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL**

Raphael Philipe Moura

**SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E
ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA**

Valéria Barbosa

SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS

Elvécio Vital da Silva

**SUPERINTENDENTE DE CAPTAÇÃO DE
RECURSOS**

Roberto Gomides de Barros Filho

**EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA
FISCAL**

Alexandre Emilio Zaluar

Ana Cecília de Souza

Ana Paula Quedinho

Creusa Mattoso de Almeida

Eduardo de Andrade

Fabio Souza Pontes

Giovana dos Santos Itaborai

Gustavo Franco Corrêa

Hamilton Correa Zambito Horacio

Henrique Reis Pompeu de Moraes

Joana Pimentel Meneses de Farias

Karine de Souza Vargas

Larissa Gonçalves Nogueira

Leandro Diniz Moraes Pestana

Leila Klein

Liliane Figueiredo da Silva

Luciana Vicky Mazloun

Luísa Regina Mazer

Marcos Buarque Montenegro

Maria Gisele Bastos Soares

Maria Helena Pitombeira

Neusa Lourenço Silva

Pedro Bastos Carneiro da Cunha

Robledo da Cunha Pereira

Sérgio da Costa Peixoto



O **BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL** é uma publicação bimestral da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, trabalho conjunto da Subsecretaria de Finanças, Subsecretaria Geral e Subsecretaria de Política Fiscal, esta última também responsável pela edição do documento. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal porque vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e de outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e da sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A frequência bimestral do boletim se espelha na avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referidas nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2334-4929

Home Page: <http://www.fazenda.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, n º 670

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20071-910

SUMÁRIO

I. Economic Outlook.....	12
I.I The Domestic and International Context.....	12
I.II Economic Activity in Rio de Janeiro	14
I.III Labor Market	17
I.IV Inflation	18
I.V External Sector.....	19
I. Panorama Econômico.....	21
I.I O Contexto Internacional e Doméstico.....	21
I.II Atividade Econômica no Rio de Janeiro.....	24
I.III Mercado de Trabalho.....	26
I.IV Inflação	28
I.V Setor Externo	28
II. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro.....	30
III. Resultados Fiscais.....	38
III.I Resultado Orçamentário	38
III.II Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA.....	39
III.III Resultado Primário	40
IV. Receita Estadual	45
IV.I Receitas Correntes.....	46
IV.I.1 Receita Tributária	48

IV.I.2 Receita Patrimonial e Royalties	56
IV.I.3 Demais Receitas Correntes	59
IV.I.3.1 Receita de Transferências	63
IV.I.3.2 Transferências da União.....	64
IV.II Receitas de Capital	70
V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro	73
V.I Despesa Total	73
V.II Créditos Adicionais.....	74
V.III Despesas por Fonte de Recursos.....	75
V.IV Despesas por Grupo	76
V.V - Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ, FECAM e FEHIS.	83
VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA.....	96
VI.1 Cota Financeira.....	96
VI.2 Pagamento de PD's	97
VI.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro.....	97
VI.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos	98
VI.5 Requisições Judiciais de Pagamento.....	101
VI.6 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a Dívida Pública	102
VI.7 Acompanhamento Financeiro de Convênios.....	111
VI.8 Análise de Viabilidade Econômica de PPPs.....	112

Apresentação

Este é o quadragésimo quarto número do boletim bimestral de transparência fiscal elaborado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, e o segundo referente ao exercício de 2015. Seu objetivo é aperfeiçoar os mecanismos de controle e transparência na execução do orçamento estadual.

Tais mecanismos possuem pelo menos duas vertentes. A primeira liga-se à solvência e à previsibilidade no gasto, em decorrência do reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão da receita, ou seja, despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou em outros recursos orçamentários.

De acordo com os dispositivos legais, em vigor há mais de quarenta anos, não pode haver despesa sem empenho. Apenas assim as obrigações poderão ser honradas tempestivamente e sem sobressaltos, trazendo previsibilidade, tranquilidade e transparência à ação pública.

Dessa forma, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo, como a suspensão de transferências voluntárias. O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, cumprir as obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança. É claro que haverá períodos em que será necessário implementar investimentos estruturantes que resultarão em queda deste resultado primário, devido ao endividamento. Porém, o retorno se dará no futuro, com o maior dinamismo da economia e, por conseguinte, da arrecadação.

É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público de prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.

O Boletim procura fornecer, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja transparência nos gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade.

A segunda vertente diz respeito à aplicação dos recursos. Aqui, importa cumprir a lei (e.g., vinculações) e procurar alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação, é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 20/05/2015.

A despesa refere-se, em regra, ao conceito de empenho liquidado; já a receita, por sua vez, corresponde ao conceito de realizada (regime de caixa), ambas depuradas das rubricas intraorçamentárias.

O Boletim é dividido em seis seções, além desta apresentação. As quatro seções iniciais fazem uma breve análise dos agregados fiscais, da evolução das diversas rubricas de receita e das metas correspondentes. A quinta seção apresenta a despesa no seu agregado de execução orçamentária e detalhes dos gastos por área, principalmente aquelas que se beneficiam de vinculação de receitas e pisos de gastos, como Saúde, Educação e Meio Ambiente. Por fim, a sexta seção remete aos elementos da política financeira do Estado, notadamente o estabelecimento e uso das cotas financeiras programadas para os órgãos, a tempestividade dos pagamentos requeridos por esses órgãos, a aplicação dos saldos do Tesouro, a quitação de restos a pagar de administrações anteriores, assim como dos precatórios judiciais. A seção também informa a situação da dívida pública do Estado e traz dados sobre a execução de convênios.

“O Orçamento Nacional deve ser equilibrado. As Dívidas Públicas devem ser reduzidas, a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada. Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos, se a Nação não quiser ir à falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viver por conta pública.”
Marcus Tullius Cícero – Roma, 55 A.C.

RESUMO EXECUTIVO

O Estado do Rio de Janeiro fechou o 2º bimestre de 2015, com arrecadação das receitas totais na ordem de R\$ 12.569,42 milhões, ultrapassando a meta prevista para o bimestre em 10,0%.

As receitas correntes apresentaram variação de 19,3% acima do esperado (+ R\$ 1.966,21 milhões), quando comparadas a meta estipulada para o bimestre, totalizando R\$ 12.143,57 milhões. As receitas tributárias constituíram uma das principais fontes para esse desempenho bimestral em relação à meta estipulada, superando-a em 2,1%. O principal tributo, o ICMS, apresentou redução de R\$ 55,88 milhões (- 1,1%) em relação ao mesmo período de 2014.

A execução das receitas de petróleo apresentou decréscimo de 23,1%, alcançando R\$ 312,13 milhões. Desmembrando esta receita, observa-se que a variação negativa ocorreu na receita de royalties, que caíram 23,1% (- R\$ 93,79 milhões), ainda que tenha havido aumento da produção no período e elevação da taxa de câmbio. O preço do *brent*, que é outra variável que influencia a arrecadação do petróleo, não foi favorável para o Estado no segundo bimestre de 2015.

Com relação às receitas de capital, a receita realizada ficou abaixo da meta esperada para o período (- 66,0%). Seu desempenho foi significativamente inferior ao do 2º bimestre de 2014 (- 82,8%). Esse comportamento ocorreu, principalmente, em função da alteração do cronograma de desembolsos das receitas de operações de crédito, que previa o recebimento dessas receitas para momento diverso do que de fato ocorreu.

Quanto ao resultado orçamentário, o 2º bimestre de 2015 fechou com déficit de R\$ 1.064,63 milhões, que ocasionou uma variação negativa de 352,9% em relação ao mesmo período de 2014. Tal resultado decorreu de um déficit de capital de R\$ 943,95 milhões, com as despesas de capital totalizando R\$ 1.369,69 milhões, enquanto as receitas de capital atingiram o valor de R\$ 425,74 milhões. Já as receitas correntes ultrapassaram as despesas correntes e ocasionaram um superávit corrente R\$ 720,23 milhões, com as receitas correntes totalizando R\$ 9.081,11 milhões e as despesas correntes R\$ 8.360,88 milhões. Se analisarmos desconsiderando a influência do RIOPREVIDÊNCIA, o resultado orçamentário passa a atingir o valor de -R\$ 1.206,81 milhões, afetando negativamente as contas do Estado uma vez que o déficit é aumentado.

Por outro lado, as contas públicas fluminenses apresentaram superávit primário de R\$ 435,03 milhões no 2º bimestre por conta da prevalência das receitas primárias ou não financeiras frente às despesas primárias ou não financeiras no período.

As despesas do ERJ para o exercício 2015 foram fixadas na Lei Orçamentária Estadual em R\$ 82,8 bilhões, um crescimento de R\$ 5,71 bilhões (+7,4%) frente ao aprovado para o exercício 2014.

No 2º bimestre de 2015, a dotação autorizada chegou a R\$ 84,9 bilhões, demonstrando uma expansão orçamentária de R\$ 2,1 bilhões (+2,5%) sobre o inicial (LOA), contudo, R\$ 9,27 bilhões permaneceram

contingenciados (10,92% da dotação final). Esta expansão orçamentária foi motivada pela abertura de créditos adicionais, dos quais o maior acréscimo deu-se na Segurança Pública (R\$ 950 milhões), sendo R\$ 497,5 milhões foram alocados na ação Pessoal e Encargos Sociais (folha de pessoal). Outra função em destaque no período foi a de Transporte, em que R\$ 807,31 milhões foram destinados por meio de Operações de Crédito à melhoria no sistema metroviário estadual.

Em relação à execução no 2º bimestre de 2015, foram liquidados R\$ 17,16 bilhões no Poder Executivo e R\$ 1,89 bilhão nos Outros Poderes, totalizando R\$ 19,05 bilhões, excluídas as despesas intraorçamentárias e as empresas públicas independentes (CEDAE e Imprensa Oficial). Este montante é 10,8% menor que o apurado no mesmo período de 2014. Deste montante, R\$ 11,8 bilhões foram sustentados por recursos do Tesouro Estadual e R\$ 7,2 bilhões a partir de Outras Fontes de Recursos, respectivamente, -20,4% e +11,1% em relação ao exercício anterior.

As Despesas Correntes do ERJ (R\$ 16,37 bilhões) apontaram redução quando comparadas aos valores de 2014: -12,3% (-R\$ 2,3 bilhão). A variação negativa é justificada pela queda de 79,7% nas Transferências Obrigatórias, das quais, a Indenização com a União oriunda dos Royalties apresentou retração de 16,3%, enquanto os repasses aos Municípios, que passaram a ser contabilizados por conta redutora, reduziram em 1,5%.

As despesas relacionadas ao grupo de Outras Despesas Correntes apresentaram R\$ 8,97 bilhões liquidados, apresentando uma redução de 26% (-R\$ 3,15 bilhões).

Os recursos aplicados em Investimentos e Inversões Financeiras somaram R\$ 1,42 bilhões, redução de 10,5% (-R\$ 166,4 milhões) em relação ao mesmo período de 2014. Esses recursos foram aplicados basicamente em obras de melhoria do transporte metroviário (R\$ 993,08 milhões) e no apoio ao desenvolvimento dos municípios (R\$ 70,55 milhões), respondendo, juntas, por 74,9% do total liquidado.

No âmbito dos índices constitucionais, o índice da Educação apresentou evolução em relação ao verificado em 2014 (+5,3%). Apenas este índice apresentou uma liquidação compatível com a receita arrecadada no período, superando o mínimo a ser aplicado e alcançando os 28,3%. No índice da Saúde, foi constatada elevação na receita base de 1,3% (+R\$ 145,7 milhão) e na execução +5,5% (+R\$46,7 milhões) quando comparado ao ano de 2014. A FAPERJ apresentou aumento em sua receita base (+1,1%, +R\$ 74,4 milhões) e diminuição em suas despesas (-44,7%, -R\$ 38,1 milhões). No FECAM, diminuição tanto na receita base (-5,6%, -R\$ 94,3 milhões) como na despesa liquidada (-45,8%, -R\$ 21,7 milhões). Por fim, o FEHIS apresentou elevação das receitas: 1,5% (+R\$ 94,7 milhões) na receita base, porém com decréscimo na despesa liquidada em -6,5% (-R\$ 3 milhões).

EXECUTIVE SUMMARY

The state of Rio de Janeiro closed the 2nd bimester of 2015 with total revenues of R\$ 12,569.42 million, exceeding the target for the bimester at 10.0%.

Current revenue changed by 19.3% above the expected (+ R\$ 1,966.21 million) when compared to target set for the bimester, totaling R\$ 12,143.57 million. Tax revenues were found to be a major source for this bi-monthly performance against the set target, surpassing it by 2.1%. The main tax, the ICMS, decreased R\$ 55.88 million (- 1.1%) compared to the same period 2014.

The execution of oil revenues decreased by 23.1%, reaching R\$ 312.13 million. Breaking apart the oil revenues, it is observed that the negative variation occurred in royalty revenue, which fell 23.1% (- R\$ 93.79 million), even considering an increase in production in the period and in the exchange rate. The price of Brent, which is another variable that influences the storage of oil, was not favorable for the state in the second bimester of 2015.

Regarding to capital revenue, the performance was below the expected target for the period (- 66.0%). Its performance was significantly lower than the 2nd bimester of 2014 (- 82.8%). This behavior was mainly due to the change in the payment schedule of revenues from credit operations, considering that the receipt of the revenue happened at a different time than actually occurred.

The balanced budget, in the 2nd bimester of 2015, closed with R\$ 1,064.63 million deficit, which led to a negative growth of 352.9% over the same period in 2014. This result was due to a capital deficit of R\$ 943.95 million, with capital expenditures totaling R\$ 1,369.69 million, while capital revenues amounted to R\$ 425.74 million. The current revenues exceeded current expenditure and caused a current surplus of R\$ 720.23 million, with current revenues totaling R\$ 9,081.11 million and current expenditures of R\$ 8,360.88 million. If we analyze disregarding the influence of RIOPREVIDÊNCIA, the bimester budget result reached the value of R\$ 1,206.81 million, negatively affecting the government accounts once the deficit is increased.

On the other hand, Rio's public accounts showed a primary surplus of R\$ 435.03 million in the 2nd bimester due to the prevalence of primary income or non-financial front of the primary expenditure or non-financial in the period.

RJ State Expenditures for the year 2015 were fixed in State Budget Law in R\$ 82.8 billion, a marked increase (+7.4%), the growth was R\$ 5.71 billion, compared to approved for the year 2014.

In the 2st quarter 2015, the authorized expenditure reached R\$ 84.9 billion, showing a increase (+2.5%) over the originally planned: R\$ 2.1 billion was incorporated in the budget, however, R\$ 9.27 billion remained contingent (10.92% of the final allocation). This budgetary expansion was driven by the opening of additional credits, of which the largest increase took place in Public Safety (R\$ 950 million), of which R\$

497.5 million was allocated in action "Personnel and Social Charges" (the payroll). Another highlight in the period was the Transportation, in which R \$ 807.31 million was allocated through credit operations to improve the state subway system.

By the 2th quarter, was awarded R\$ 17.16 billion in the executive branch and R\$ 1.89 billion in Other Powers totaling R\$ 19.05 billion, excluding intrabudgetary expenses and independent public companies (CEDAE and Official Press). This amount is 10.8% lower than calculated in the same period of year 2014. Of this amount, R\$ 11.8 billion was supported by the State Treasury resources and R\$ 7.2 billion from Other Sources of Funds, respectively, -20.4 % and +11.1%.

The current expenditure executed (R\$ 16.37 billion) showed a decrease when compared to the values of the same period of 2014: -12.3% (-R\$ 2.3 billion). The negative variation is explained by the decrease of 79.7% in Mandatory Transfers. The Indemnification with the Union coming from Royalties decreased by 16.3%, while transfers to municipalities decreased by 1.5%. These began in the year 2015 to be accounted for in reduction of the revenue no longer being cleared in state spending.

The expenditure group Other Current Expenditures showed liquidated expenses of R\$ 8.97 billion, a decrease rate of - 26% (-R\$ 3.15 billion) compared to 2014.

The resources invested in Investment and Financial Investments reached R\$ 1.42 billion, an decrease of R\$ 166.4 million (-10.5%) in the same period of 2014. The implementation of New subway lines represented 74.9% of all investments and State financial investments, running R \$ 993.08 million.

Under the constitutional indices, the index of Education showed a small improvement when compared with the same period of last year (+5.3%). Only this index showed a settlement compatible with the revenue collected in the period, exceeding the minimum to be applied and reaching 28.3%. In Public Health, the Constitutional index indicated an increase on the base income as well in the expenditure side: 1.3% (+R\$ 145.7 million) and 5.5% (+R\$ 46.7 million), respectively. The FAPERJ index presented an increase in the revenue (+1.1%, +R\$ 74.4 million) and a decrease in the expenditure aspect (-44.7%, -R\$ 38.1 million). The FECAM also presented a decrease in revenue base (-5.6%, -R\$ 94.3 million) as in the public spending (-45.8%, -R\$ 21.7 million). At least, the FEHIS index also showed an increase of revenues: 1.5% (+R\$ 94.7 million) in revenue base, but a decrease in expenses paid by -6.5 % (-R\$ 3 million).

I. Economic Outlook

I.I The Domestic and International Context¹.

The world economy continues to expand; however, the recovery is uneven across countries. It is expected that the significant drop in oil prices since last year (despite the recent recovery) will boost global activity. Financing conditions also remain favorable. In advanced economies, the prospects are improving. Moreover, the conditions in some emerging markets deteriorated.

Among the advanced economies, it highlights the United States. In a statement, the Open Market Committee of the Federal (FOMC), Fed, suggests that economic activity has been expanding moderately, despite the contraction in the first quarter this year due to bad weather, spending cuts among companies energy, and the strong dollar. While employment gains have advanced, the unemployment rate remained stable. Summarizing, a series of labor market indicators suggests that the underutilization of labor resources decreased slightly. As for the growth of household consumption, this has been moderate. However, business fixed investment and net exports were mild. Inflation continued to run below the target, partly reflecting declines in non-energy import prices; energy prices appear to have stabilized.

The economic recovery in the Eurozone continues to strengthen gradually, currently showing improvement in labor market. In addition, a number of factors have recently provided increasing support to economic activity: low oil price is reinforcing real disposable income, thereby supporting private consumption; depreciation of the exchange rate supporting exports; and the ECB's asset purchase program should contribute further to the flexibilization of global financing conditions and improve access to credit for small and medium enterprises (SME). Macroeconomic projections for the euro area (ECB) are: increasing 1.5% of GDP in 2015, 1.9% in 2016 and 2.0% in 2017. It is feared, however, that Greece's problems affect the international financial markets causing a domino effect that overthrow other members of the Eurozone whose economies are weakened, such as Portugal, Ireland, Italy and Spain.

Among the emerging markets, the China expected economic growth (OECD) continues decreasing, reaching 6.7% in 2016. The real estate and business investment downturn is countered to some extent by investments in infrastructure. Urbanization and the rapid expansion of services will generate jobs, keeping unemployment low. The maintenance of the capacity of some heavy industries below potential should keep the inflation of producer prices negative and the inflation of consumer prices low. Monetary policy, however, should be relaxed to stabilize growth and contain the deflationary pressures.

In Brazil, Gross Domestic Product (GDP) showed a negative change of 0.2% in Q1 2015 over the previous quarter, a result slightly higher than expected by the market. Compared to the same period 2014, there was contraction of 1.6%. Accumulated in the four quarters (Q1 2015), GDP fell by 0.9%. As expected by the market, the negative GDP in the 1Q 2015, compared 4Q 2014, was not only worse due to the performance

¹ This analysis uses data available to June 30, 2015.

of 'Agricultural' (+4.7%). The sector 'Services', responsible for the largest share of GDP, also fell in the 1st quarter (-0.7%), joining the industrial sector, which fell again (-0.3%). In 12 months, both the industry (-2.5%), as the service sector (-0.2%) indicate widespread slowdown in economic activity. Compared to the same quarter last year, the results of 'Agriculture', 'Services' and 'Industry' were respectively: + 4.0%, -1.2% and -3.0%.

In industrial production, in the 1Q 2015 over the previous, the negative emphasis is on 'Electricity and gas, water, sewage and urban sanitation' (-4.3%), with the influence of the increased use of thermoelectric energy generation; and the positive is emphasis on 'Mineral Extraction' (+3.3%), driven by increase in oil, natural gas and ferrous ores extraction. Compared to the 1Q 2014, highlights for 'Manufacturing industry' (-7.0%), whose result was mainly influenced by the decrease in production of automobiles, machinery and equipment. In 'Services', highlights for 'Transport, storage and postal services' (-2.1%) in the 1Q over the previous. Both compared to the 1Q 2014, as the accumulated in 12 months, highlighting 'Trade' (-6.0% and -3.8% respectively), with direct influence of the increasing slowdown in household consumption.

On the demand side, there was the seventh consecutive decrease (over the previous quarter) in 'Gross fixed capital formation' (-1.3%), the highest since the 2Q 2012 (-1.4%) and the result of negative performance of the manufacturing sector, i.e., the segments 'Industry transformation' and 'Construction. It is also worrying the 'Household consumption', which shrank 1.5% in the 1Q 2015 (over 4Q 2014), the biggest drop since Q4 2008 (-2.1%) and result of, among other factors: the rise in prices, the credit fall, the growing increase of the Selic rate, the fall of the nominal and real income of the population, and the gradual withdrawal of tax expenditures on Industrialized Products Tax (IPI, in the original).

Studies show 1.6% decrease in GDP in the second quarter and 1.8% decrease at the end of the year, with highlights (negative) to the estimates at the end of the year for the 'General Industry' (-3.2%), 'Manufacturing industry' (-6.7%) and 'Construction' (-2.9%). For the Industry, the pace must be positively driven by 'Mining and quarrying' (+7.4%). Also positively influencing the result of GDP is 'Agriculture' (+2.8%)².

The Balance of Trade recorded in April the second monthly surplus this year (US \$ 491 mi), but lower than in April 2014 (US \$ 506 mi). Between January-April 2015, the trade balance remained negative (US \$ - 5.07 billion), but higher than in the same period of 2014 (US \$ - 5.57 billion). YTD through April, the result is due to the reduction in exports and imports this year, obtaining lower values (for both) than in the same period in 2010. On the export side, emphasis on the reduction in commodity prices: reduction of 45% (value) in 'Iron ores and concentrates', and of 4% (value) in 'Petroleum oils', despite an increase of respectively 12% and 94% in quantity exported in the year (through April). On the import side, emphasis on the significant reduction of economic activity, particularly in the industry: 58% reduction in 'Petroleum oils'; and significant improvement in the account 'Oil and Petroleum Products' (US \$ -3.5 billion) compared to the 1Q 2014 (US \$ - 6.0 billion), with the support of the increase in domestic production in 2015 too.

² IBRE/FGV, June 2015

The IPCA in April 2015 grew 0.71%, the worst result for the month since 2011 (+0.77%). In 12 months, change of +8.17%, the highest since December 2003 (+9.30%). Highlights for the month are: 'Health and personal care' (+1.32%), especially the adjustment of medicines (+3.27%), and 'Foods and Beverages' (+0.97%), driven by high tomatoes (+17.90%). YTD through April, it was the worst result (+4.56%) since April 2003 (+6.15%). Emphasis on 'Housing' (+10.16%), directly influenced by the sharp rise of electricity in the year (+38.12%). Market expectations act toward an increase in prices in 2015 (+9.00%), higher than in 2014 (+6.41%), especially the growing expectation for increase in administered prices (+14.60%)³.

Regarding the number of unemployed persons during the reference week in April 2015, according to PME/IBGE, this index increased 32.7% over the same month 2014, reaching 1.6 million people, the highest number since 2010. Consequently, the unemployment rate in April 2015 (+6.4%) was higher than in April 2014 (+4.9%). Considering the number of registered workers, according to CAGED/MTE, they were shut down 97,828 jobs in April, the worst monthly result since the series began in 1992, directly influencing the balance in the year (137,004 disconnections). In 2014, the balance YTD through April was more than 458,000 net admissions. In April 2015, emphasis on 'Manufacturing industry' (53,850 dismissals). YTD through April 2015, emphasis on 'Commerce' (142,286 dismissals).

The collection of federal revenues both administered by the RFB and by other agencies amounted to R \$ 418.6 billion in January-April 2015. This result represented the nominal increase of 4.8% and real decrease of 2.7% (IPCA), compared to the previous year. In March 2015, the monthly federal revenues totaled R \$ 94.1 billion. In April, there was nominal growth of 3.2% and real decrease of 4.6%, compared to the same month of 2014, reaching R \$ 109.2 billion.

Among the several factors that contributed to this result YTD, include: reduction for 18.12% in April and 5.49% in the period January-April 2015, over the same periods in 2014, in the collection of income tax/social contribution; extraordinary collection in February, approximately R \$ 4.6 billion, due to the transfer of assets between companies; tax exemptions; and performance of the main macroeconomic indicators that influence the collection of taxes. The main declines seen in 2015, over the previous year, were recorded in the following taxes: CIDE-fuels (-34.6%); IPI-Beverages (-17.9%); Income Tax-Financial Entities (-3.1%); and IPI-Other (-1.2%). On the positive side are the following increases: IRRF-Capital Income (+ 20.5%); CSLL- Financial Entities (+18.2%); IOF (+17.3%); IRRF- Incomes from Overseas Residents (+13.2%); and IPI-Linked to Import (+12.6%).

I.II Economic Activity in Rio de Janeiro

Industry. The performance of the industry Rio de Janeiro in April fell by 1.2% over the previous month (seasonally adjusted); this movement is repeated when compared to the same period last year, down 2.1%. Brazil presented the same downward trend in both comparisons, having retreated 1.2% compared to

³ Focus Bulletin, June 26, 2015

March and 7.6% compared to April 2014. This situation reflects the uncertainties and adjustments that have characterized the Brazilian economy. In the period January-April 2015, the industry in Rio de Janeiro recorded a negative result of 5.5%, scenario that is also observed in Brazil, which fell by 6.3%. In 12 months (April), the industrial sector in Rio de Janeiro was down 3.8%, while in the country the fall was 4.8%.

In terms of the main aggregates, in April, Oil & Gas and Mining and Manufacturing Industry in Rio de Janeiro grew 13.2% and decreased 7.8%, respectively, over the same period last year. Nationally, the industries also showed the same movement, growth of 11.2% and decrease of 10.0%, respectively, over the same period of 2014.

Among the thirteen activities in which the manufacturing industry is broken down in the ERJ, ten show deceleration in industrial production in April 2015, compared to April 2014: the main negative impact came from Metallurgy (-16.5%), influenced mainly by the reduced production of carbon steel thick coils, carbon steel rebar, carbon steel wire rod, carbon steel cold coil, carbon steel bars, and galvanized steel coils or sheets. Other important negative contributions came from: Vehicles, trailers and bodies (-12.7%), Food production (-22.7%), Beverages (-18.9%), Rubber products and plastics (-14.2%), Maintenance and repair of machinery and equipment (-11.9%), Metal products (-18.1%) and Other chemical products (-11.0%), explained largely by the decrease in the production of trucks, cars and chassis engines for buses or trucks in the first segment; ice cream, popsicles, cookies and crackers, and frozen foods in the second; beers and draft beers in the third; bottles, carboys, flasks and similar articles of plastic, rubber tires for buses and trucks, plastic household articles and plastics films for packaging in the fourth; maintenance and repair of ships and other vessels for any use and floating structures in the fifth; iron and steel structures plates (or other forms), iron and steel containers for transportation or storage of compressed gas, anchors, iron and steel grapnels and parts, locks for various uses and tubular scaffolding for frames and for shoring in the sixth; and paints and varnishes for print, polypropylene (PP), insecticides for use in agriculture and herbicides in the last. On the other hand, the most relevant positive contribution to the manufacturing industry came from Pharmaceuticals and pharmaceuticals (+10.9%), driven especially by medicines.

In January-April 2015, compared to the same period 2014, the industrial production of Rio de Janeiro faced decrease of 5.5%, featuring eleven out of thirteen activities surveyed on a downward trend in production. The main negative impacts came from the sectors: Coke, petroleum and biofuels (-11.3%) and Vehicles, trailers and bodies (-30.6%). These were pressured mainly by the lower production of diesel oil, gasoline, naphtha for petrochemicals, fuel oil and aviation kerosene; and trucks and chassis engines for buses or trucks, respectively. It is also worth mentioning the decreases observed in Metallurgy (-8.0%), Beverages (-13.5%), Metal products (-19.8%), Food production (-12.4%) and Other chemical products (-9.5%); explained mainly by the lower production of carbon steel thick coils, carbon steel rebar, carbon steel wire rod, carbon steel cold coil, and galvanized steel coils or sheets in the first segment; beer, draft beer and soft drinks in the second; anchors, iron and steel grapnels and parts, iron and steel structures plates (or other forms), tubular scaffolding for frames and for shoring, locks for various uses, iron and steel

containers for transportation or storage of compressed gas, and aluminum frames in the third; ice cream, popsicles and ices products in the fourth; and paints and varnishes for print, herbicides, anti-sprouting products and plant-growth regulators, insecticides for use in agriculture and polypropylene (PP) in the last. On the other hand, the most relevant positive contribution to the manufacturing industry came from Pharmaceuticals and pharmaceuticals (+13.1%), driven especially by medicines.

Commerce. Retail sales (restricted) in Rio de Janeiro retreated 0.1% in March-April 2015. Still, it recorded growth YTD through April 2015 (+0.6%), over the same period of 2014. Analyzing by activity, three of them showed positive growth in March-April: 'Equipment and office supplies, computer and communication' (+20.0%), 'Other articles of personal and domestic use' (+15.3%) and 'Articles pharmaceutical, medical, orthopedic and perfumery articles' (+10.1%). These are the same segments that changed positively in January-February, and again they showed higher growth in the state compared to Brazil (+12.5%, +7.3% and +8.2% respectively). In the other activities, there were retractions in sales, highlighting 'Furniture and household appliances' (-14.8%), 'Books, newspapers, magazines and stationery' (- 6.7%) and 'Fuels and lubricants' (-4.2%), and the first and the last are negative highlights compared to the country (-2.1% and - 11.3%, respectively). YTD, highlights for the state performance in 'Equipment and office supplies, computer and communication' (+35.7%) and 'Other articles of personal and domestic use' (+5.2%), responsible for the positive variation of restricted index.

Expanded retail sales, in turn, decreased by 2.7% in Rio de Janeiro and by 4.7% in the country in March-April 2015, highlighting 'Vehicles, motorcycles, parts and pieces' (-9.7% and -12.0%, respectively), which shows that the auto industry still has inventory. The segment 'Building Material', after a very bad February, showed significant improvement in the March-April, both in the state (+0.9%) and in Brazil (-1.0%), contributing to the rise in the index YTD through April 2015. In 'Vehicles, motorcycles, parts and pieces', the situation is different: after a bad January-February (mainly in February), the segment failed to reverse the unfavorable situation in March-April, interfering negatively in the expanded index YTD. Factors such as the gradual withdrawal of tax exemptions on Industrialized Products (IPI); credit slowdown; the persistent upward trend in prices, despite the systematic increase of the Selic rate; rising unemployment; and the fall in real income (purchasing power) of workers continue to contribute directly to the widespread declines in retail sales, with emphasis on 'Vehicles, motorcycles, parts and pieces' and 'Furniture and household appliances'.

Table 1
Volume of retail sales – variation period over period (%)

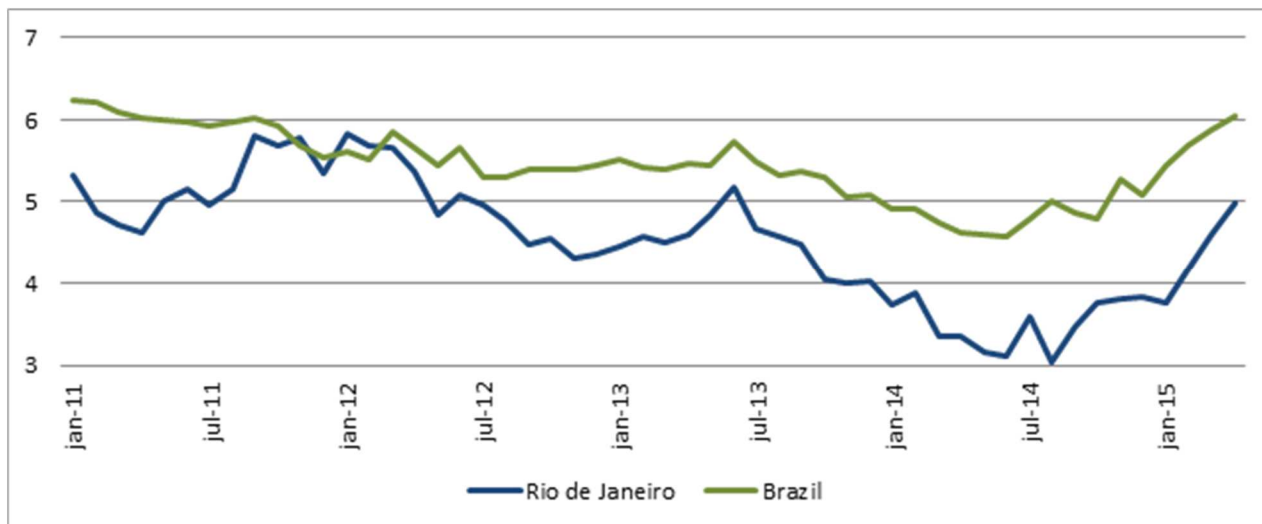
Activity	January-April		April	
	RJ	Brazil	RJ	Brazil
Fuels and lubricants	-4.8	-3.6	-7.3	-2.1
Hypermarkets, supermarkets, foods, beverages and tobacco	-1.6	-1.6	-3.1	-2.3
Textiles, clothing and footwear	-2.8	-4.2	-6.0	-7.5
Furniture and appliances	-9.1	-8.9	-20.3	-16.0
Pharmaceuticals, medicals, orthopedics, perfumery and cosmetics	5.4	5.9	6.8	6.2
Books, newspapers, magazines and stationery	-6.8	-8.0	-11.1	-9.1
Equipment and office supplies, computer and communication	35.7	13.5	4.0	2.7
Other articles of personal and domestic use	15.2	5.6	0.2	-0.6
Retail Trade	0.6	-1.5	-3.9	-3.5
Vehicles, motorcycles, parts and pieces	-10.9	-16.0	-17.7	-19.5
Building material	0.2	-4.5	-3.9	-5.0
Expanded Retail Trade	-2.6	-6.1	-7.8	-8.5

Source: PMC/IBGE.

I.III Labor Market

The economically active population (PEA, in Portuguese) of the metropolitan region of Rio de Janeiro (RMRJ) decreased 0.40% in January-April 2015, YoY. As for the employed population in Rio de Janeiro, it reduced 1.3% in the same period. It can be observed that this result is a consequence of the reduction of the occupation as a whole: the number of registered workers decreased by 0.87% in the period; and the informal sector (34% in April) also fell, with self-employment decreasing 1.8% and unregistered workers decreasing 3.6%. Still outnumber the jobs 'Military or civil servants' (+1.9%), the only significant type with growth. The combination of movement, considering that both the labor force and the occupancy decreased at the beginning of the year, culminated in an increased of the unemployment rate (in Rio de Janeiro, the rate was 5.20 in April 2015).

Graph 1
Unemployment rate seasonally adjusted



Source: PME/IBGE

Analyzing the economic sectors in the period, the occupation of Rio de Janeiro was driven by hiring in the sector 'Quarrying, manufacturing, and production and distribution of electricity, gas and water' (+1.0%), corresponding to 12% occupancy in April, and 'Public administration, defense, social security, education, health and social services' (+1.4%), corresponding to 21%. On the other hand, the sectors that presented retraction in the occupation were: 'Construction' (-8.8%), corresponding to 7%, 'Household services' (-4.2%), corresponding to 6%, and 'Financial intermediation and real estate activities, rents and services rendered to enterprises' (-1.7%), corresponding to 16%.

Regarding registered workers, the CAGED data show that in 2015 there were net disconnections in the state of Rio de Janeiro totaling 59,261 jobs, less than in the previous year (14,181 net admissions in 2014). This result is due to the volume for net disconnections in the sectors 'Construction' (-14,250 in 2015, compared to +8,508 in 2014), 'Manufacturing Industry' (-10,830 in 2015, compared to +4,674 in 2014) and 'Services' (-8,833 in 2015, compared to +21,167 in 2014). It is noted, however, that in just one sector there were no net disconnections: Public Administration (97 net admissions).

At prices of April 2015, the real average income of workers in RMRJ, in January-April 2015, was decreased 2.0% compared to the previous year, reversing the trend observed last year. This result is a consequence of rising inflation in the period.

I.IV Inflation

In 2015, the National Index of Consumer Prices Broad (IPCA) in the state of Rio de Janeiro changed by 1.35% and 0.81% in March and April, respectively. Regarding Brazil, the indexes in the same period were 1.32% and 0.71%, respectively. It should be noted that the Rio de Janeiro reached 5.2% in the year, higher than the variation observed in 2014, 3.3%. Regarding Brazil, the index YTD was 4.6%, a rate higher than in the same period last year 2.9%. The inflation target for 2015 remains 4.5%, despite the expectation in the country to be 8.97%⁴ and the IPCA in 12 months (April/2015) to be 9.5%. To contain inflation, the Monetary Policy Committee – COPOM decided to raise the Selic rate for the fourth time this year (June), currently at 13.75%.

Table 2
Variation of IPCA without seasonal adjustment

Sectors	January-April		April (12 months)	
	RJ	BR	RJ	BR
General Index	5.2	4.6	9.5	8.2
Foods and Beverages	4.6	4.5	9.5	8.0
Housing	10.9	10.2	18.4	16.9
Household Articles	0.8	1.6	5.9	4.9
Clothing	0.3	0.2	4.6	3.6
Transport	6.2	4.7	8.6	6.9
Health and Personal Care	3.0	3.0	7.7	7.2
Personal Expenses	3.9	3.4	8.4	8.2
Education	7.5	7.2	8.6	8.5
Communication	-1.3	-0.7	-0.2	-1.2

Source: IPCA/IBGE.

The groups with the highest increases in the year were Housing (10.9%), Education (7.5%) and Transport (6.2%). The increase in Housing is due to an increase in energy prices. Education reflects increases at the beginning of the school year, especially in fares of regular courses values. Regarding Transport, it was influenced by the increase in gasoline and diesel oil, affected by the increase in the PIS/COFINS. Among the groups with the smallest variations in the period are Clothing and Household Articles, which practically maintained 2014 prices (average for the period), and Communication, that presented deflation.

I.V External Sector

The exports through the RJ reached US \$ 4.98 billion in 2015 (January-April), a reduction of 9.5% compared to the same period 2014. This result is due to the reduction of operations with Industrialized Products (-10.5%), representing 35% of total sales in the period. Also stand out operations with Basic Products, which retreated 7.1%, operations representing 60% of total. On the import side, goods receipt also fell considerably (-26.5%) to US \$ 5.47 billion. Reductions were observed in operations with Industrialized Products (-12.0%), representing 86% of total amount

⁴ Focus Bulletin, June 26, 2015



purchased, and Basic Products (-64.0%), representing 14% of the total. The balance for the period was a deficit of US \$ 490 million.

I. Panorama Econômico

I.I O Contexto Internacional e Doméstico⁵.

A economia mundial continua expandindo; contudo, a recuperação entre os países é desigual. Espera-se que a queda significativa dos preços do petróleo desde o ano passado (não obstante a recente recuperação) impulse a atividade global. As condições de financiamento também permanecem favoráveis. Nas economias avançadas, as perspectivas estão melhorando. Por outro lado, as condições em alguns mercados emergentes se deterioraram.

Entre as economias avançadas, destacam-se os Estados Unidos. Em comunicado, o Comitê de Mercado Aberto do Federal (FOMC, no original), do Fed, sugere que a atividade econômica vem se expandindo moderadamente, mesmo com a contração no primeiro trimestre do ano devido ao mau tempo, cortes de gastos entre as empresas de energia e o dólar forte. Enquanto os ganhos de emprego avançaram, a taxa de desemprego manteve-se estável. Em suma, uma série de indicadores do mercado de trabalho sugere que a subutilização dos recursos laborais diminuiu um pouco. Quanto ao crescimento do consumo das famílias, este tem sido moderado. No entanto, o investimento fixo das empresas e as exportações líquidas foram amenos. A inflação continuou a correr abaixo da meta, em parte refletindo quedas dos preços das importações não energéticas; preços da energia parecem ter estabilizado.

A recuperação econômica na Zona do Euro continua se fortalecendo gradualmente, apresentando atualmente melhora do mercado de trabalho. Além disso, uma série de fatores tem proporcionado recentemente apoio crescente à atividade econômica: preço do petróleo mais baixo está reforçando o rendimento real disponível, apoiando, assim, o consumo privado; a depreciação da taxa de câmbio apoiando as exportações; e o programa de compra de ativos do BCE deve contribuir ainda mais para a flexibilização das condições globais de financiamento e melhorar o acesso ao crédito também por pequenas e médias empresas (PME). As projeções macroeconômicas para a área do euro (BCE) são de aumentando 1,5% do PIB em 2015, 1,9% em 2016 e 2,0% em 2017. Teme-se, contudo, que os problemas da Grécia afetem os mercados financeiros internacionais provocando um efeito dominó, que derrube outros membros da zona do euro cujas economias estão enfraquecidas, como Portugal, Irlanda, Itália e Espanha.

Entre os emergentes, o crescimento econômico esperado (OCDE) da China continua decrescendo, atingindo 6,7% em 2016. A desaceleração imobiliária e de investimentos empresariais será anulada, em certa medida, por investimentos em infraestrutura. A urbanização e a rápida expansão dos serviços gerarão empregos, mantendo o desemprego baixo. A manutenção da capacidade de alguns setores pesados abaixo do potencial deve manter a inflação de preços de produtor negativa e a inflação de preços ao consumidor baixa. A política monetária, por outro lado, deve ser flexibilizada para estabilizar o crescimento e conter as pressões deflacionárias.

⁵ Esta análise utiliza dados disponíveis até 30/06/2015.

No Brasil, o Produto Interno Bruto (PIB) apresentou variação negativa de 0,2% no 1º trimestre de 2015 em relação ao trimestre anterior, resultado ligeiramente acima do previsto pelo mercado. Em relação a igual período de 2014, houve contração de 1,6%. No acumulado dos quatro trimestres terminados no primeiro trimestre de 2015, o PIB registrou queda de 0,9%. Já esperado pelo mercado, o resultado negativo do PIB no 1º trimestre em relação ao último trimestre de 2014 só não foi pior em função do desempenho de 'Agropecuária' (+4,7%). Responsável pelo maior peso no PIB, o setor de 'Serviços' também retraiu no 1º trimestre (-0,7%), juntando-se ao setor industrial, que caiu novamente (-0,3%). No acumulado em 12 meses, tanto a indústria (-2,5%), quanto o setor de serviços (-0,2%) indicam retração generalizada da atividade econômica. Na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, os resultados de 'Agropecuária', 'Serviços' e 'Indústria' foram de, respectivamente: +4,0%, -1,2% e -3,0%.

Na produção industrial, no 1º trimestre ante o anterior, destaque negativo para 'Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana' (-4,3%), com a influência do maior uso das termelétricas na geração de energia; e destaque positivo para 'Extrativa mineral' (3,3%), puxada pelo aumento da extração de petróleo, gás natural e minérios ferrosos. Na comparação com o 1º trimestre de 2014, destaque para a 'Indústria de transformação' (-7,0%), cujo resultado foi influenciado principalmente pela queda da produção de automóveis, máquinas e equipamentos. Em 'Serviços', destaque para 'Transporte, armazenagem e correio' (-2,1%) no 1º trimestre em relação ao anterior. Tanto na comparação com o 1º trimestre de 2014 quanto no acumulado em 12 meses, destaque para 'Comércio' (-6,0% e -3,8%, respectivamente), com influência direta da desaceleração crescente do consumo das famílias.

Pela ótica da demanda, houve o sétimo recuo seguido (na comparação com o trimestre anterior) em 'Formação bruta de capital fixo' (-1,3%), o maior desde o 2º trimestre de 2012 (-1,4%) e fruto do comportamento negativo do setor industrial, isto é, dos segmentos 'Indústria da transformação' e 'Construção civil'. É também preocupante o 'Consumo das famílias', que retraiu 1,5% no 1º trimestre em relação ao último de 2014, a maior queda desde o 4º trimestre de 2008 (-2,1%), sendo resultado, entre outros fatores: da alta dos preços, da queda do crédito, da elevação crescente da taxa Selic, da queda do rendimento nominal e real da população e da retirada gradual de incentivos de redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Estudos apontam retração de 1,6% no PIB no segundo trimestre e 1,8% de queda ao final do ano, com destaques (negativos) para as estimativas ao final do ano da 'Indústria geral' (-3,2%), 'Indústria de transformação' (-6,7%) e 'Construção civil' (-2,9%). Pelo lado da indústria, o ritmo deve ser puxado por 'Indústria extrativa' (+7,4%). Também influenciando positivamente no resultado do PIB está a 'Agropecuária' (+2,8%)⁶.

A balança comercial registrou em abril o segundo superávit mensal do ano (US\$ 491 mi), porém inferior ao registrado em abril de 2014 (US\$ 506 mi). Entre janeiro e abril de 2015, o saldo da balança comercial continuou negativo (US\$ - 5,07 bi), mas superior ao registrado no mesmo período de 2014 (US\$ - 5,57 bi). O resultado no ano

⁶ IBRE/FGV – Junho de 2015.

é devido à redução tanto das exportações, quanto das importações em 2015, obtendo valores mais baixos (para ambos) desde o acumulado entre janeiro e abril de 2010. Pelo lado das exportações, destaque para a redução dos preços das commodities: redução de 45% (em valor) em 'Minérios de ferro e seus concentrados' e de 4% (em valor) em 'Óleos brutos de petróleo', apesar do aumento de, respectivamente, 12% e 94% em quantidade exportada no ano (até abril). Pelo lado das importações, destaque para a redução significativa da atividade econômica, particularmente na indústria: redução de 58% em 'Óleos brutos de petróleo'; e melhora significativa na conta 'Petróleo e derivados' (US\$ -3,5 bi) em relação ao 1º quadrimestre de 2014 (US\$ -6,0 bi), com o auxílio também do aumento da produção nacional em 2015.

O IPCA fechou abril de 2015 (+0,71%) com o pior resultado para o mês desde 2011 (+0,77%). No acumulado em 12 meses, variação de +8,17%, a maior desde dezembro de 2003 (+9,30%). Os destaques para o mês são 'Saúde e cuidados pessoais' (+1,32%), em especial o reajuste de remédios (+3,27%), e 'Alimentação e bebidas' (+0,97%), puxado pela alta do tomate (+17,90%). No ano até abril, pior resultado (+4,56%) desde abril de 2003 (+6,15%). Destaque para 'Habitação' (+10,16%), influenciado diretamente pela forte alta de energia elétrica no ano (+38,12%). Expectativas de mercado atuam no sentido de elevação dos preços em 2015 (+9,00%), bem superior à verificada em 2014 (+6,41%), com destaque para a expectativa crescente de alta dos preços administrados (+14,60%)⁷.

Quanto ao número de pessoas desocupadas na semana de referência em abril de 2015, de acordo com a PME/IBGE, este índice avançou 32,7% em relação ao mesmo mês de 2014, atingindo 1,6 milhão de pessoas, o maior número desde 2010. Conseqüentemente, a taxa de desocupação em abril de 2015 (+6,4%) foi superior à verificada em abril de 2014 (+4,9%). Considerando o número de postos de trabalho com carteira assinada, de acordo com o CAGED/MTE, foram fechados 97.828 postos de trabalho em abril, o pior resultado mensal desde o início da série em 1992, influenciando diretamente o saldo acumulado no ano (137.004 desligamentos). Em 2014, o saldo acumulado no período foi superior a 458 mil admissões líquidas. Em abril, destaque para 'Indústria de transformação' (53.850 demissões). No ano, destaque para 'Comércio' (142.286 desligamentos).

A arrecadação das receitas federais, tanto administradas pela RFB quanto por outros órgãos, atingiu o valor de R\$ 418,6 bilhões em Janeiro-Abril 2015. Esse resultado representou o aumento nominal de 4,8% e queda real de 2,7% (IPCA), em relação ao ano anterior. Em março de 2015, a arrecadação federal mensal somou R\$ 94,1 bilhões. Em abril, houve crescimento nominal de 3,2% e queda real de 4,6%, ante o mesmo mês de 2014, chegando ao valor de R\$ 109,2 bilhões.

Entre os diversos fatores que contribuíram para esse resultado no acumulado do ano, destacam-se: redução de 18,12% no mês de abril e de 5,49% no período de Janeiro-Abril 2015, em relação a iguais períodos do ano anterior, na arrecadação do IRPJ/CSLL; arrecadação extraordinária, em fevereiro, de aproximadamente R\$ 4,6 bilhões, decorrente da transferência de ativos entre empresas; desonerações tributárias; e desempenho dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos. Os principais decréscimos verificados em 2015, em relação ao ano anterior, foram registrados nos

⁷ Boletim Focus de 26/06/2015.

seguintes tributos: CIDE-combustíveis (-34,6%); IPI-Bebidas (-17,9%); IRPJ-Entidades Financeiras (-3,1%); e IPI-Outros (-1,2%). Pelo lado positivo, destacam-se os seguintes aumentos: IRRF-Rendimentos de Capital (+20,5%); CSLL- Entidades Financeiras (+18,2%); IOF (+17,3%); IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior (+13,2%); e IPI-Vinculado à Importação (+12,6%).

I.II Atividade Econômica no Rio de Janeiro

Indústria. O desempenho da indústria fluminense em abril apresentou queda de 1,2% em relação ao mês anterior (série com ajuste), o movimento repete-se quando comparado ao mesmo período do ano anterior, queda de 2,1%. O Brasil também apresentou queda em ambas as comparações, tendo recuado 1,2% em relação a março e de 7,6% em relação a abril de 2014. Tal quadro ainda reflete as incertezas e ajustes que têm caracterizado a economia brasileira. No período janeiro-abril, a indústria fluminense registrou resultado negativo de 5,5%, situação que se repete no Brasil, que registrou queda de 6,3%. Em 12 meses (abril), o setor industrial fluminense acumula queda de 3,8%, enquanto no país a queda é de 4,8%.

Em termos dos principais agregados, em abril, as indústrias extrativa e de transformação no Rio de Janeiro apresentaram crescimento de 13,2% e queda de 7,8%, respectivamente, em relação ao mesmo período do ano anterior. No âmbito nacional, as indústrias também apresentaram o mesmo movimento, crescimento de 11,2% e queda de 10,0%, respectivamente, em relação ao mesmo período de 2014.

Das treze atividades em que a indústria de transformação é desagregada no ERJ, dez mostram desaceleração na produção industrial fluminense em abril 2015, em relação a abril 2014: o principal impacto negativo ficou com o setor de Metalurgia (-16,5%), pressionado, principalmente, pela menor fabricação de bobinas grossas de aço ao carbono, vergalhões de aço ao carbono, fio-máquina de aço ao carbono, bobinas a frio de aço ao carbono, barras de aço ao carbono e bobinas ou chapas de aço zincadas. Outras pressões negativas importantes vieram de: Veículos automotores, reboques e carrocerias (-12,7%), Produtos alimentícios (-22,7%), Bebidas (-18,9%), Produtos de borracha e de material plástico (-14,2%), Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos (-11,9%), Produtos de metal

(-18,1%) e Outros produtos químicos (-11,0%), explicados, em grande medida, pelos recuos na produção de caminhões e chassis com motor para ônibus ou para caminhões, no primeiro ramo; sorvetes, picolés, biscoitos e produtos gelados comestíveis, no segundo; cervejas e chope, no terceiro; garrafas, garrafões, frascos e artigos semelhantes de plástico, pneus novos de borracha usados em ônibus e caminhões, artigos de plástico para uso doméstico e filmes de material plástico para embalagem, no quarto; serviços de manutenção e reparação de navios ou outras embarcações para qualquer uso e de estruturas flutuantes, no quinto; estruturas de ferro e aço em chapas ou em outras formas, recipientes de ferro e aço para transporte ou armazenagem de gases comprimidos, âncoras, fateixas e suas partes e peças de ferro e aço, fechaduras ou ferrolhos e andaimes tubulares para armações e para escoramento, no sexto; e tintas e vernizes para impressão, polipropileno (PP), inseticidas para uso na agricultura e herbicidas, no último. Por outro lado, a contribuição positiva mais relevante sobre o total da indústria de transformação

veio de Produtos farmoquímicos e farmacêuticos (+10,9%), impulsionado, especialmente, por medicamentos.

Em janeiro-abril 2015, comparado ao mesmo período de 2014, a produção industrial do Rio de Janeiro assinalou recuo de 5,5%, com onze das treze atividades pesquisadas apontando queda na produção. Os principais impactos negativos vieram dos setores: Coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-11,3%) e Veículos automotores, reboques e carrocerias (-30,6%). Estes foram pressionados, sobretudo, pela menor fabricação de óleo diesel, gasolina automotiva, naftas para petroquímica, óleos combustíveis e querosenes de aviação; e de caminhões e chassis com motor para ônibus ou para caminhões, respectivamente. Vale mencionar também os recuos vindos de Metalurgia (-8,0%), Bebidas (-13,5%), Produtos de metal (-19,8%), Produtos alimentícios (-12,4%) e Outros produtos químicos

(-9,5%); explicados, principalmente, pela menor produção de bobinas grossas de aço ao carbono, vergalhões de aço ao carbono, fio-máquina de aço ao carbono, bobinas a frio de aço ao carbono e bobinas ou chapas de aço zincadas, no primeiro ramo; de cervejas, chope e refrigerantes, no segundo; de âncoras, fateixas e suas partes e peças de ferro e aço, estruturas de ferro e aço em chapas ou em outras formas, andaimes tubulares para armações e para escoramento, fechaduras ou ferrolhos, recipientes de ferro e aço para transporte ou armazenagem de gases comprimidos e esquadrias de alumínio, no terceiro; de sorvetes, picolés e produtos gelados comestíveis, no quarto; e de tintas e vernizes para impressão, herbicidas, inibidores de germinação e reguladores de crescimento para plantas, inseticidas para uso na agricultura e polipropileno (PP), no último. Por outro lado, a contribuição positiva mais relevante sobre o total da indústria de transformação veio de Produtos farmoquímicos e farmacêuticos (+13,1%), impulsionado, especialmente, por medicamentos.

Comércio. O comércio varejista (restrito) no Rio de Janeiro retraiu 0,1% no segundo bimestre do ano. Ainda assim, registrou crescimento no 1º quadrimestre de 2015 em relação ao mesmo período de 2014 (+0,6%). Analisando por atividade, três apresentaram variação positiva no 2º bimestre: 'Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação' (+20,0%), 'Outros artigos de uso pessoal e doméstico' (+15,3%) e 'Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos' (+10,1%). São os mesmos segmentos que variaram positivamente no 1º bimestre, e novamente estas atividades apresentaram crescimento superior no estado em comparação com o Brasil (+12,5%; +7,3%; e +8,2%, respectivamente). Nas demais, as vendas retraíram, destacando-se 'Móveis e eletrodomésticos' (-14,8%), 'Livros, jornais, revistas e papelaria' (-6,7%), e 'Combustíveis e lubrificantes' (-4,2%), sendo o primeiro e o último destaques negativos na comparação com o país (-2,1% e -11,3%, respectivamente). No ano, destaque para o desempenho estadual em 'Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação' (+35,7%) e 'Outros artigos de uso pessoal e doméstico' (+15,2%), responsáveis pela variação positiva do índice restrito.

O comércio varejista ampliado, por sua vez, decresceu 2,7% no Rio de Janeiro e 4,7% no país no 2º bimestre, com destaque para 'Veículos, motocicletas, partes e peças' (-9,7% e -12,0%, respectivamente), revelando que o setor automobilístico ainda encontra-se com estoques. Já o segmento 'Material de

construção', após um mês de fevereiro muito ruim, apresentou sensível melhora no 2º bimestre, tanto no estado (+0,9%) quanto no país (-1,0%), contribuindo para elevação do índice se considerado o 1º quadrimestre acumulado. Em 'Veículos, motocicletas, partes e peças', situação diferente: após um péssimo 1º bimestre (principalmente no mês de fevereiro), o segmento não conseguiu reverter a situação desfavorável no 2º bimestre, interferindo diretamente no resultado negativo do índice ampliado no 1º quadrimestre de 2015. Fatores como a retirada gradual de incentivos fiscais no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); a desaceleração do crédito, a tendência persistente de alta nos preços, apesar do aumento sistemático da taxa Selic; a elevação do desemprego; e a queda do rendimento real (poder de

Tabela 1
Volume de vendas do comércio varejista – variações em relação a igual período do ano anterior (%)

Atividade	Janeiro-Abril		Abril	
	RJ	Brasil	RJ	Brasil
Combustíveis e lubrificantes	-4,8	-3,6	-7,3	-2,1
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-1,6	-1,6	-3,1	-2,3
Tecidos, vestuário e calçados	-2,8	-4,2	-6,0	-7,5
Móveis e eletrodomésticos	-9,1	-8,9	-20,3	-16,0
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	5,4	5,9	6,8	6,2
Livros, jornais, revistas e papelaria	-6,8	-8,0	-11,1	-9,1
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	35,7	13,5	4,0	2,7
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	15,2	5,6	0,2	-0,6
Comércio varejista	0,6	-1,5	-3,9	-3,5
Veículos, motocicletas, partes e peças	-10,9	-16,0	-17,7	-19,5
Material de construção	0,2	-4,5	-3,9	-5,0
Comércio varejista ampliado	-2,6	-6,1	-7,8	-8,5

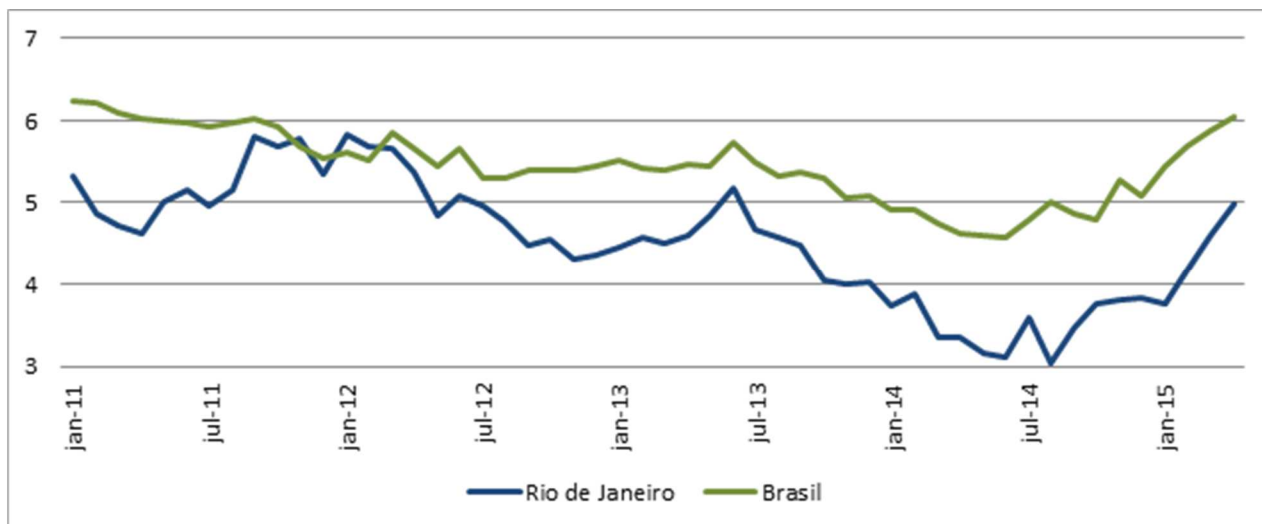
compra) dos trabalhadores continuam contribuindo diretamente para as quedas generalizadas no comércio varejista, com destaques para 'Veículos, motocicletas, partes e peças' e 'Móveis e eletrodomésticos'.

I.III Mercado de Trabalho

A população economicamente ativa (PEA) da região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) decresceu 0,40% no período janeiro-abril de 2015, na comparação anual. Já a população ocupada no Rio de Janeiro, esta reduziu 1,3% no mesmo período. Pode-se observar que este resultado é consequência da redução da ocupação como um todo: os postos de trabalho 'Com carteira assinada' apresentaram queda de 0,87% no período; o setor informal (34% do total em abril) apresentou queda também, com empregos 'Contra própria' reduzindo 1,8% e 'Sem carteira assinada' diminuindo 3,6%. Ainda se sobressaem os postos de

trabalho 'Militares ou funcionários públicos estatutários' (+1,9%), única divisão significativa com crescimento. A combinação dos movimentos, considerando que ambas a PEA e a ocupação decresceram no início do ano, culminou no aumento da taxa de desocupação (no Rio de Janeiro, a taxa foi 5,20 em abril

Gráfico 1
Taxa de desocupação com ajuste sazonal



de 2015).

Avaliando os setores econômicos no período, a ocupação no Rio de Janeiro foi impulsionada pelas contratações no setor 'Indústria extrativa e de transformação e produção e distribuição de eletricidade, gás e água' (+1,0%), correspondendo a 12% da ocupação em abril e 'Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde e serviços sociais' (+1,4%), correspondendo a 21%. Por outro lado, os setores que apresentaram retração na ocupação foram: 'Construção' (-8,8%), correspondendo a 7%, 'Serviços domésticos' (-4,2%), correspondendo a 6%, e 'Intermediação financeira e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados à empresa' (-1,7%), correspondendo a 16%.

Tratando apenas dos empregos com carteira assinada, os dados do CAGED mostram que em 2015 houve desligamentos líquidos no Estado do Rio de Janeiro no total de 59.261 postos, resultado inferior ao observado no ano anterior (14.181 admissões líquidas em 2014). Este resultado é decorrente do volume de desligamentos líquidos nos setores 'Construção Civil' (-14.250 em 2015, frente +8.508 em 2014), 'Indústria de Transformação' (-10.830 em 2015, frente +4.674 em 2014) e 'Serviços' (-8.833 em 2015, frente +21.167 em 2014). Observa-se, contudo, que em apenas um setor não houve desligamentos líquidos: Administração Pública (97 admissões líquidas).

Quanto ao rendimento médio real – preços de abril de 2015 – dos trabalhadores na RMRJ, no período janeiro-abril de 2015, houve queda 2,0% em relação ao ano anterior, revertendo a trajetória observada no ano passado. Esse resultado é consequência do aumento da inflação no período.

I.IV Inflação

Em 2015, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, no Estado do Rio de Janeiro, registrou variação de 1,35% e 0,81%, nos meses de março e abril, respectivamente. Em relação ao Brasil, os índices apresentados foram de 1,32% e 0,71% no mesmo período. Ressalte-se que o Rio de Janeiro alcançou 5,2% no acumulado do ano, variação superior à observada em 2014, 3,3%.

No que tange o Brasil, o acumulado no ano foi 4,6%, índice maior que o apresentado no mesmo período do ano anterior 2,9%. A meta para inflação estabelecida para 2015 continua sendo 4,5%, apesar da expectativa no país ser 8,97%⁸ e o IPCA acumulado em 12 meses (até abr/2015) ser 9,5%. Para conter o processo inflacionário, o Comitê de Política Monetária – COPOM decidiu elevar a taxa SELIC pela quarta vez no início do ano (junho), atualmente em 13,75%.

Tabela 2
Variação do IPCA sem ajuste sazonal (%)

Setores	Janeiro-Abril		Abril (12 meses)	
	RJ	BR	RJ	BR
Índice Geral	5,2	4,6	9,5	8,2
Alimentação e bebidas	4,6	4,5	9,5	8,0
Habitação	10,9	10,2	18,4	16,9
Artigos de Residência	0,8	1,6	5,9	4,9
Vestuário	0,3	0,2	4,6	3,6
Transportes	6,2	4,7	8,6	6,9
Saúde e Cuidados Pessoais	3,0	3,0	7,7	7,2
Despesas Pessoais	3,9	3,4	8,4	8,2
Educação	7,5	7,2	8,6	8,5
Comunicação	-1,3	-0,7	-0,2	-1,2

Fonte: IPCA/IBGE.

Os grupos que apresentaram as maiores altas no ano foram Habitação (10,9%), Educação (7,5%) e Transportes (6,2%). O aumento no grupo Habitação é consequência do aumento da energia. O grupo Educação reflete os reajustes praticados no início do ano letivo, especialmente nos valores das mensalidades dos cursos regulares. Em relação ao grupo Transporte, este foi influenciado pelo aumento de preço na gasolina e no óleo diesel, impactados pelo aumento nas alíquotas do PIS/COFINS. Entre os grupos que apresentaram as menores variações no período, Vestuário e Artigos de Residência praticamente mantiveram os preços de 2014 (média no período) e Comunicação apresentou deflação.

I.V Setor Externo

⁸ Boletim Focus de 19/06/2015.



As exportações realizadas pelo RJ alcançaram US\$ 4,98 bilhões em 2015 (janeiro-abril), redução de 9,5% em relação a igual período de 2014. Este resultado é devido à redução das operações com produtos Industrializados (-10,5%) que representam 35% do valor total comercializado no período. Destacam-se também as operações com produtos Básicos, as quais retraíram 7,1%, operações que representam 60% do total. Do lado das importações, a entrada de mercadorias também reduziu consideravelmente (-26,5%), alcançando US\$ 5,47 bilhões. São observadas reduções nas operações com produtos Industrializados (-12,0%), que representam 86% do valor total comercializado no período, e com produtos Básicos (-64,0%), que representam 14% do valor total. O saldo no período foi de déficit de US\$ 490 milhões.

II. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

As receitas e metas bimestrais de arrecadação para 2014 foram divulgadas no Anexo I da Resolução SEFAZ N° 842 de 10 Fevereiro de 2015.

- Receita Total Realizada

Bimestre: R\$ 12.569,42 milhões / 110,0% da meta realizada.
Acumulado: R\$ 25.281,93 milhões / 104,8% da meta realizada.

Tabela 3

Metas de Receita

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (MAR - ABR) 2015	RECETA REALIZADA (MAR - ABR) 2015	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - ABR) 2015	RECETA REALIZADA (JAN - ABR) 2015	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS CORRENTES ⁽¹⁾	10.177,36	12.143,57	119,3%	22.034,30	24.596,35	111,6%
RECEITAS DE CAPITAL ⁽¹⁾	1.250,95	425,85	34,0%	2.086,81	685,59	32,9%
TOTAL	11.428,31	12.569,42	110,0%	24.121,11	25.281,93	104,8%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 20/05/2015.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

As receitas correntes⁹ são os ingressos de recursos financeiros oriundos das atividades operacionais que não decorrem de uma mutação patrimonial, ou seja, são receitas efetivas.

Já as receitas de capital¹⁰ são as entradas de recursos financeiros decorrentes de atividades operacionais ou não operacionais derivadas da obtenção de recursos mediante a constituição de dívidas, amortização de empréstimos e financiamentos ou alienação de componentes do ativo permanente.

A receita total realizada, no 2º bimestre de 2015, atingiu o montante de R\$ 12.569,42 milhões, valor que ultrapassou a meta estipulada em 10,0%; R\$ 1.141,11 milhão.

A receita total realizada, até o 2º bimestre de 2015 superou a meta em 4,8% e atingiu o montante de R\$ 25.281,93 milhões.

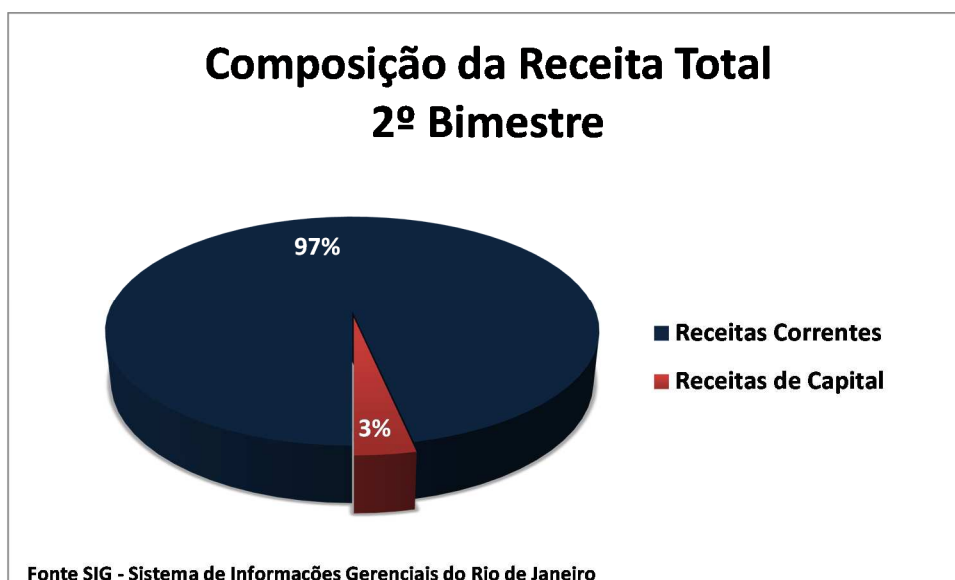
⁹ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 24, 4ª Edição.

¹⁰ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 27, 4ª Edição.

A superação da meta, no bimestre, decorreu, principalmente, das receitas correntes. No bimestre, essas receitas ultrapassaram a meta em R\$ 1.966,21 milhão (+19,3%), totalizando R\$ 12.143,57 milhões, o que corresponde a aproximadamente 97% da receita arrecadada. Tal resultado foi influenciado, principalmente, pelas Receitas Tributárias, principal receita do Estado, pelas Outras Receitas Correntes. Mais informações acerca das Receitas Correntes na seção IV.II.

Já as receitas de capital obtiveram performance aquém da meta estabelecida para o bimestre, O desempenho abaixo da meta prevista ocorreu, basicamente, devido à receita de operações de crédito. Mais informações sobre as receitas de capital na seção IV.II.

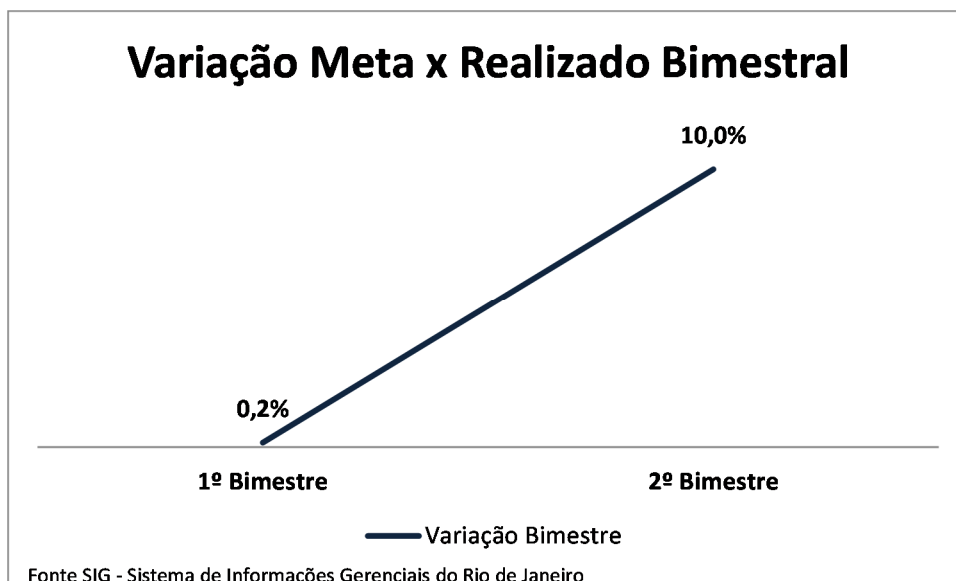
Gráfico 2



No acumulado, até abril, a receita total realizada alcançou 104,8% da meta prevista ou R\$ 25.281,93 milhões. A superação da meta da receita no ano de 2015 se deve, principalmente, às receitas correntes, as quais ultrapassaram a meta prevista no ano em 19,3% ou, em valores absolutos, R\$ 1.966,21 milhão. Desmembrando as receitas correntes, obtêm destaque as outras receitas correntes, que ultrapassaram a meta em R\$ 2.140,03 milhões (+ 276,1% da meta estipulada).

No acumulado, as receitas correntes representam 97,3% do total da receita realizada em 2015. Tais receitas realizaram R\$ 24.596,35 milhões, 11,6% acima da meta estimada.

Gráfico 3



- Receita Corrente Realizada

Bimestre: R\$ 12.143,57 milhões / 119,3% da meta realizada.

Acumulado: R\$ 24.596,35 milhões / 111,6% da meta realizada.

Tabela 4

Metas de Receita

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (MAR - ABR) 2015	RECETA REALIZADA (MAR - ABR) 2015	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - ABR) 2015	RECETA REALIZADA (JAN - ABR) 2015	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS CORRENTES (1)	10.177,36	12.143,57	119,3%	22.034,30	24.596,35	111,6%
TRIBUTÁRIA	7.187,66	7.342,09	102,1%	14.829,01	15.125,15	102,0%
CONTRIBUIÇÕES	258,70	319,43	123,5%	517,36	601,15	116,2%
PATRIMONIAL	533,16	460,29	86,3%	2.150,61	2.010,74	93,5%
AGROPECUÁRIA	0,08	0,02	29,0%	0,16	0,03	17,5%
INDUSTRIAL	49,57	14,33	28,9%	49,64	43,18	87,0%
SERVIÇOS	103,87	53,77	51,8%	203,37	111,12	54,6%
TRANSF. CORRENTES	961,16	959,56	99,8%	2.092,11	2.055,85	98,3%
OUTRAS	385,20	2.612,65	678,3%	775,12	2.915,15	376,1%
INTRAORÇAMENTÁRIA	697,96	381,45	54,7%	1.416,91	1.733,98	122,4%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 20/05/2015.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

A receita corrente alcançou, no 2º bimestre de 2015, o valor de R\$ 12.143,57 milhões.

As receitas correntes são classificadas nos seguintes níveis de origem¹¹:

a) Receita Tributária: Arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria.

b) Receita de Contribuições: Contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.

c) Receita Patrimonial: Rendimentos sobre investimentos do ativo permanente, de aplicações de disponibilidades em operações de mercado e outros rendimentos oriundos de renda de ativos permanentes.

d) Receita Agropecuária: Receita da atividade ou da exploração agropecuária de origem vegetal ou animal.

e) Receita Industrial: Receita da atividade industrial de extração mineral, de transformação, de construção e outras, definidas como atividades industriais, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

f) Receita de Serviços: Receita da prestação de serviços de transporte, saúde, comunicação, portuária, armazenagem, inspeção e fiscalização, judiciária, processamento de dados, vendas de mercadorias e produtos inerentes à atividade da entidade e outros serviços.

g) Transferência Corrente: Ingresso proveniente de outros entes ou entidades, referente a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas correntes.

h) Outras Receitas Correntes: Ingressos correntes provenientes de outras origens não classificáveis nas anteriores.

Considerando o período acumulado de 2015, as receitas tributárias representaram 60,5% das receitas correntes.

As receitas correntes, no segundo bimestre de 2015, totalizaram R\$ 12.143,57 milhões, o que representa 119,3% da meta estipulada para o período. As receitas tributária, patrimonial e as outras receitas correntes possuem destaque no montante das receitas correntes realizadas. As receitas tributárias superaram a meta prevista em

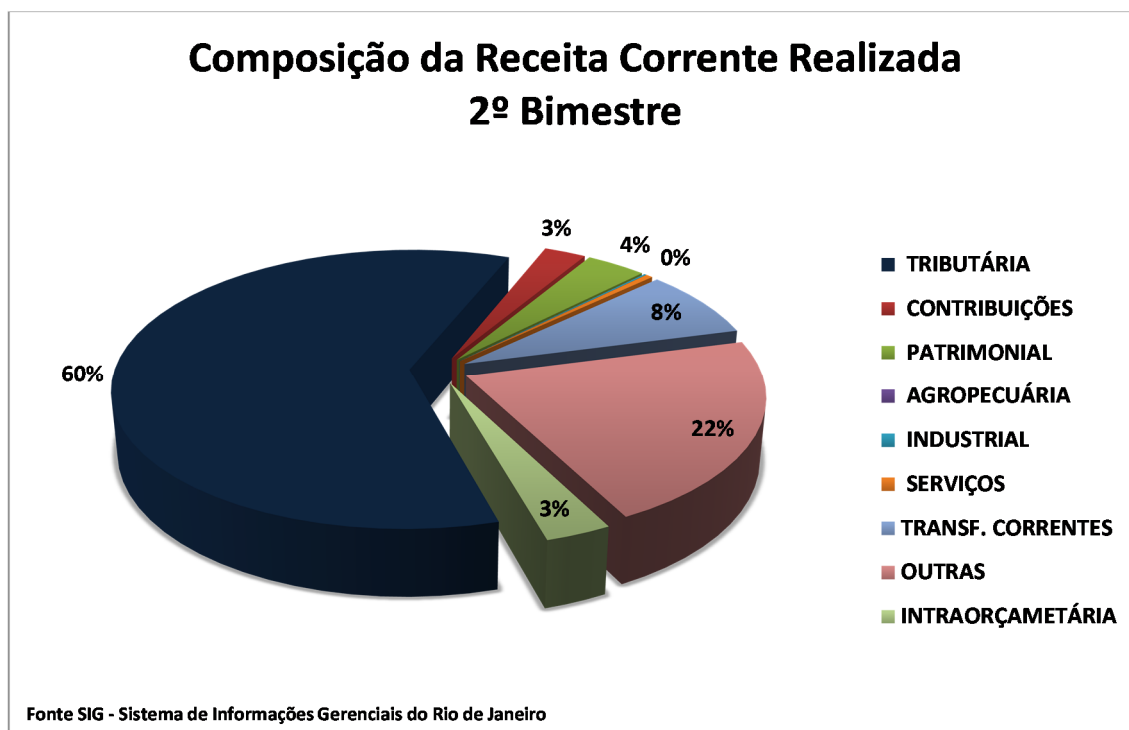
¹¹ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 25, 4ª Edição.

+2,1%, atingindo o valor de R\$ 7.342,09 milhões. Seccionando a receita tributária, observa-se que a receita do ICMS, principal tributo do estado, arrecadou o valor total de R\$ 5.121,71 milhões com uma variação negativa de - 1,1% em comparação com o mesmo período do ano anterior. O IPVA arrecadou R\$ 495,73 milhões, valor superior em R\$ 98,73 milhões, em termos percentuais, 24,9% a maior que o montante arrecadado no mesmo período de 2104.

Ao detalhar as receitas correntes, verifica-se que as outras receitas correntes obtiveram um resultado superior à meta estipulada para o período: R\$ 2.612,25 milhões. Tal resultado equivale a 678,3% da meta estipulada, (+ R\$ 2.227,24 milhões). Este desempenho foi influenciado pela Lei Complementar nº 163 de 31 de março de 2015, que transferiu recursos do Tribunal de Justiça para capitalizar o RIOPREVIDÊNCIA . Em abril foi realizada a primeira transferência da ordem de R\$ 2.270 milhões de reais. Mais informações acerca das receitas tributárias e das outras receitas correntes, na seção IV.I.1 deste boletim.

No tocante as receitas patrimoniais, estas atingiram 86,3% da meta estipulada, o que representa em valores absolutos R\$ 460,29 milhões. Este valor significa uma variação de -16,7% frente ao ano de 2014. A receita de petróleo é a receita patrimonial mais influente, uma vez que representam 67,81% do total das receitas patrimoniais. Esta apresentou uma queda de -23,1% em relação ao mesmo período do ano passado atingindo o valor de R\$ 312,13 milhões, em função da cotação do barril do petróleo. Mais informações sobre as receitas

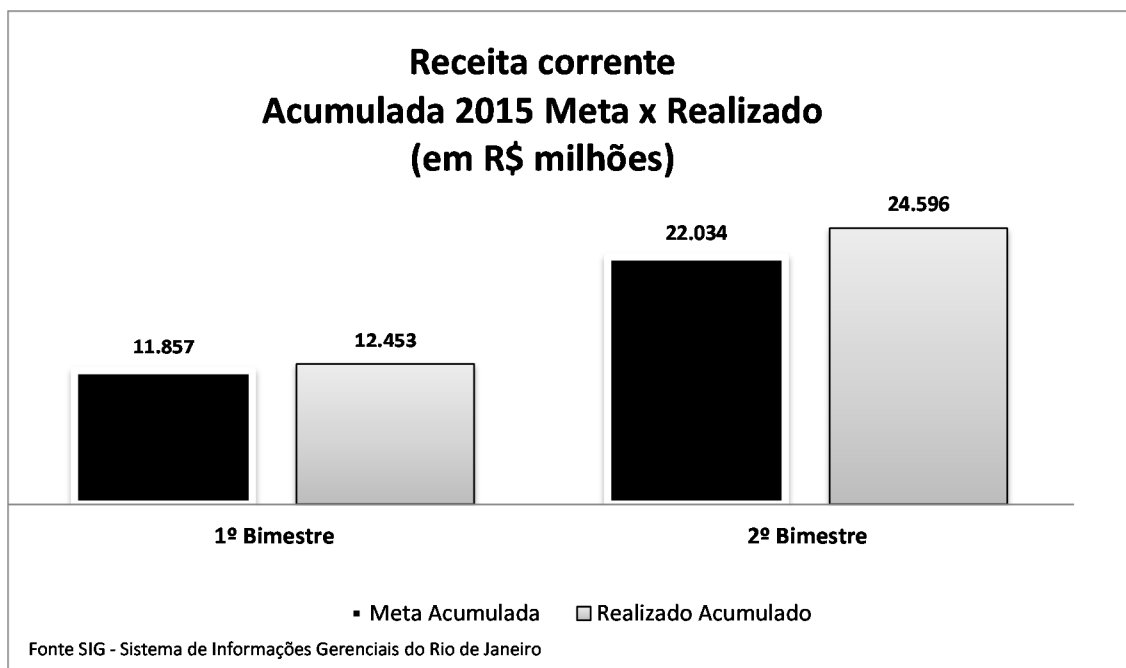
Gráfico 4



patrimoniais na seção IV.I.2 deste boletim.

Com relação ao resultado acumulado das receitas correntes, as mesmas totalizaram R\$ 25.281,93 milhões. Tal resultado excedeu a meta em 11,6%. Como no bimestre, as receitas tributárias e as outras receitas correntes influenciaram positivamente este resultado.

Gráfico 5



- Receita de Capital Realizada

Bimestre: R\$ 425,85 milhões / 34,0% da meta realizada.
Acumulado: R\$ 685,59 milhões / 32,9% da meta realizada.

Tabela 5
Metas de Receita

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (MAR - ABR) 2015	RECEITA REALIZADA (MAR - ABR) 2015	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - ABR) 2015	RECEITA REALIZADA (JAN - ABR) 2015	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS DE CAPITAL ⁽¹⁾	1.250,95	425,85	34,0%	2.086,81	685,59	32,9%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.083,43	318,52	29,4%	1.740,30	459,93	26,4%
ALIENAÇÃO DE BENS	2,53	2,08	82,5%	5,03	2,09	41,6%
AMORT. EMPRÉSTIMOS	41,67	62,77	150,7%	83,12	116,67	140,4%
TRANSF. CAPITAL	123,33	42,37	34,4%	258,37	106,80	41,3%
INTRAORÇAMENTÁRIA	0,00	0,10	0,0%	0,00	0,10	-

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 20/05/2015.

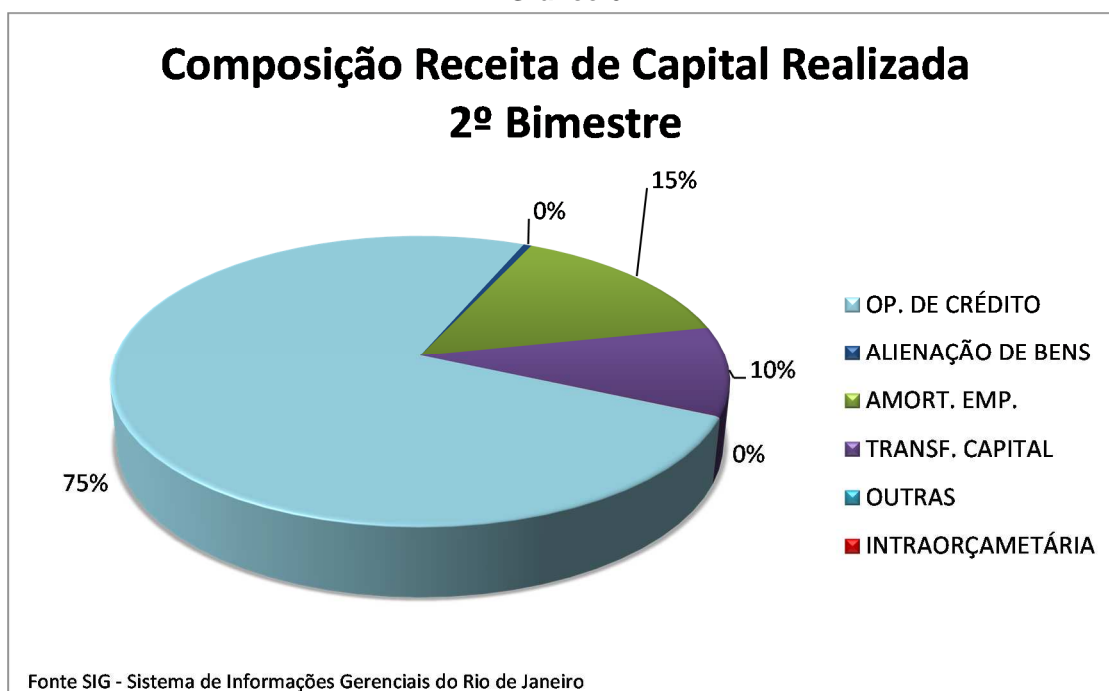
Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

De acordo com a Lei nº 4.320/64, as receitas de capital são classificadas nos seguintes níveis de origem¹²:

- i. Operações de Crédito: São os ingressos provenientes da colocação de títulos públicos ou da contratação de empréstimos e financiamentos obtidos junto a entidades estatais ou privadas.
- ii. Alienação de Bens: Valores oriundos da alienação de componentes do ativo permanente.
- iii. Amortização de Empréstimos: É o ingresso decorrente da amortização, ou seja, parcela referente ao recebimento de parcelas de empréstimos ou financiamentos concedidos em títulos ou contratos.
- iv. Transferência de Capital: É o ingresso resultante de outros entes ou entidades, referente a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas de capital.
- v. Outras Receitas de Capital: São os ingressos de capital advindos de outras origens não classificáveis nas anteriores.

Gráfico 6



¹² Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 28, 4ª Edição.

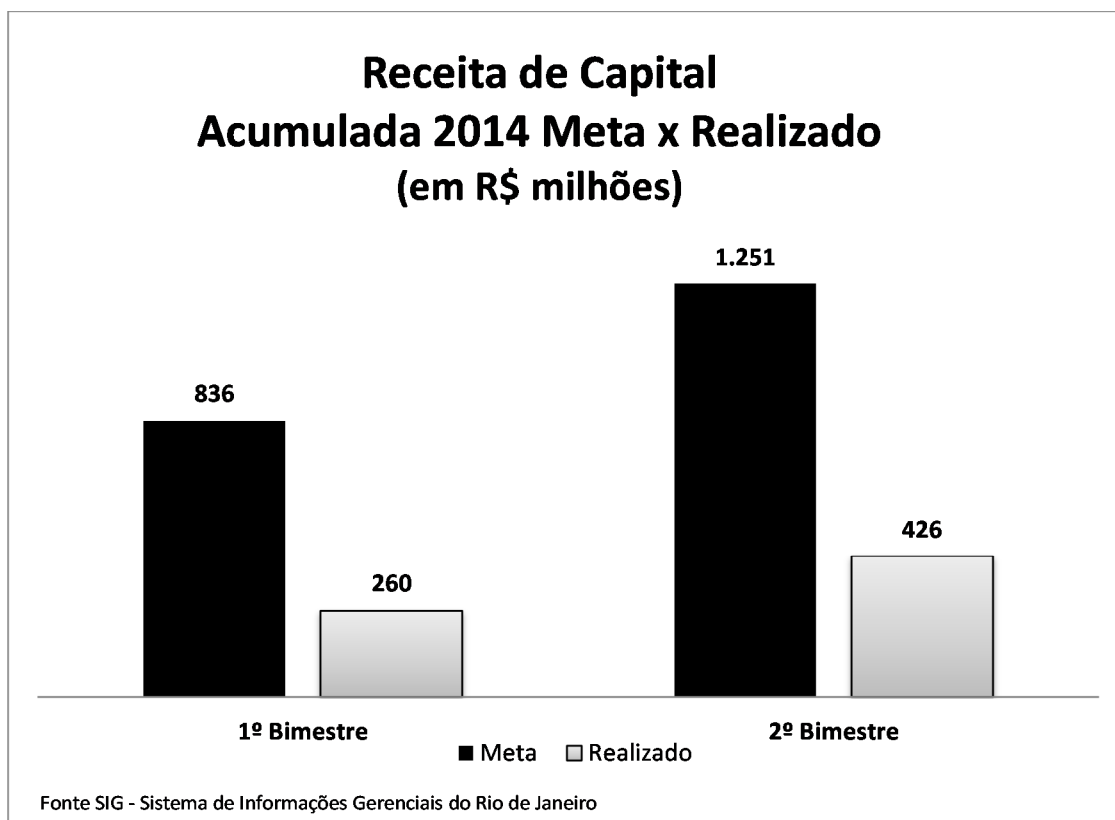
No segundo bimestre de 2015, as receitas de capital realizaram 34% da meta estimada para o período, ou, em valores absolutos: R\$ 425,85 milhões. Esse desempenho decorreu, principalmente em função da alteração do cronograma de desembolsos das receitas de operações de crédito, que previa o recebimento dessas receitas para momento diverso do que de fato ocorreu.

As receitas de capital atingiram o montante de R\$ 425,85 milhões no 2º bimestre 2015, o que representa 34,0% da meta proposta.

As receitas de amortização de empréstimos, no segundo bimestre, atingiram o montante de R\$ 62,77 milhões. Este valor atingiu 150,7% da meta.

O resultado acumulado das receitas de capital totalizou R\$ 685,59 milhões, 32,9% do previsto para o período. O desempenho das operações de crédito foi preponderante para este resultado.

Gráfico 7



Outras informações sobre as receitas de capital na seção IV.II deste Boletim.

III. Resultados Fiscais¹³

III.I Resultado Orçamentário

Bimestre: - R\$ 1.064,43 milhões / - 352,9%
Acumulado: - R\$ 2.281,12 milhões / - 298,2%

Tabela 6

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2014 - 2015.
Resultado Orçamentário

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR - ABR)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - ABR)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
	(R\$ milhões)					
I. RECEITA TOTAL (A)	10.142,69	9.888,41	-2,5%	21.082,07	19.438,56	-7,8%
I.1 RECEITA CORRENTE	8.034,39	9.081,11	13,0%	18.725,30	17.018,99	-9,1%
<i>Ajuste de Conta Redutora*</i>	-1.629,58			-3.747,75		
I.2 RECEITA DE CAPITAL	2.472,03	425,74	-82,8%	3.742,84	685,48	-81,7%
I.3 RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	1.265,86	381,56	-69,9%	2.361,68	1.734,09	-26,6%
II. DESPESA TOTAL (B)	10.377,77	10.953,04	5,5%	19.931,38	21.719,69	9,0%
II.1 DESPESA CORRENTE	9.011,50	8.360,88	-7,2%	18.672,99	16.368,09	-12,3%
<i>Ajuste de Conta Redutora*</i>	-1.629,58			-3.747,75		
II.2 DESPESA DE CAPITAL	1.714,46	1.369,69	-20,1%	2.682,74	2.687,13	0,2%
II.3 DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	1.281,39	1.222,47	-4,6%	2.323,41	2.664,47	14,7%
RES. ORÇAM. (A-B)	-235,08	-1.064,63	-352,9%	1.150,69	-2.281,12	-298,2%

Fonte: RREO - 2º Bimestre de 2015 emitido em 19/05/2015

* Ajuste de Transferência aos Municípios

O resultado orçamentário, proveniente do balanço orçamentário, demonstra o resultado entre as receitas e despesas realizadas. O resultado da execução orçamentária pode ser superavitário ou deficitário.

O resultado orçamentário, no 2º bimestre de 2015, foi deficitário em - R\$ 1.064,63 milhões.

O resultado orçamentário, no 2º bimestre de 2015, foi deficitário em – R\$ 1.064,63 milhões, com uma variação negativa de 352,9% em relação ao mesmo período de 2014. Tal resultado ocorreu devido a um déficit de capital. As despesas de capital superaram as receitas de capital em R\$ 943,95 milhões. Já as receitas correntes ultrapassaram as despesas correntes e ocasionaram um superávit corrente R\$ 720,23 milhões.

No acumulado, como no bimestre, o resultado deficitário foi decorrente das despesas de capital, uma vez que essas despesas realizaram R\$ 2.687,13 milhões, enquanto as receitas de capital R\$ 685,48 milhões.

¹³ O Resultado Fiscal leva em conta as despesas apuradas até o final do prazo limite para a liquidação do orçamento de alguns itens, que ocorrem em janeiro do exercício subsequente, conforme definido no Decreto nº42/2010.

As receitas correntes totalizaram R\$ 17.018,99 milhões enquanto as despesas correntes somaram R\$ 16.368,09 milhões. Assim, o resultado orçamentário acumulado no ano de 2015 atingiu o valor de - R\$ 2.281,12 milhões, com uma variação negativa de - 298,2% frente ao acumulado de 2014.

III.II Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA

Bimestre: - R\$ 1.206,81 milhões / - 618,49%
Acumulado: - R\$ 1.812,09 milhões / - 176,5%

Tabela 7

RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SEM RIOPREVIDÊNCIA, 2014-2015
Resultado Primário excluindo RIOPREVIDÊNCIA

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR - ABR)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - ABR)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
RECEITAS TOTAL	8.448,25	7.023,34	-16,9%	18.028,24	14.732,65	-18,3%
RECEITAS FINANCEIRAS	43,72	32,3264	-26,1%	85,29	61,35	-28,1%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	235,09	214,09	-8,9%	300,46	279,59	-6,9%
RECBEITA PRIMÁRIA TOTAL (A)	8.169,44	6.776,92	-17,0%	17.642,49	14.391,72	-18,4%
DESPESAS TOTAL	8.215,49	8.230,15	0,2%	15.660,92	16.544,74	5,6%
DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	0,00		0,00	0,00	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,63	136,39	21522,1%	1,24	137,30	11002,3%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (B)	8.214,86	8.093,76	-1,5%	15.659,68	16.407,44	4,8%
RESULTADO PRIMÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	-45,43	-1.316,84	-96,6%	1.982,81	-2.015,72	201,7%
RESULTADO PRIMÁRIO DO RIOPREVIDENCIA	-1.541,69	78,79	105,1%	-3.361,91	-1.847,58	82,0%

Fonte: RREO - 1º Bimestre de 2015 emitido em 19/05/2015

Analisando o resultado orçamentário sem considerar o RIOPREVIDÊNCIA, O segundo bimestre foi deficitário em R\$ 1.206,81 milhões. Nesse período, o resultado orçamentário do RIOPREVIDÊNCIA apresentou o valor positivo de R\$ 142,18 milhões (130,39% frente ao ano anterior).

No acumulado, desconsiderando o RIOPREVIDÊNCIA da análise, observa-se que o resultado orçamentário também foi deficitário em R\$ 1.812,09 milhões, com uma variação negativa de - 176,5% frente ao acumulado de 2014. Incorporando o resultado do RIOPREVIDÊNCIA - déficit de R\$ 469,04 milhões - ao resultado orçamentário geral do Estado, observa-se que o resultado orçamentário até abril de 2015 passa a alcançar um déficit de R\$ 2.281,12 milhões.

O resultado orçamentário no 2º bimestre excluindo o RIOPREVIDÊNCIA obteve um déficit de R\$ 1.206,81 milhões.

III.III Resultado Primário

Bimestre: R\$ 435,03 milhões / 125,8 %
Acumulado: R\$ 120,67 milhões / 115,7%

Tabela 8

RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2014-2015.

Resultado Primário

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR - ABR)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - ABR)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
RECEITAS TOTAL	10.142,69	9.888,41	-2,5%	21.082,07	19.438,56	-7,8%
RECEITAS FINANCEIRAS	2.569,87	509,06	-80,2%	3.919,88	830,89	-78,8%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.265,86	381,56	-69,9%	2.361,68	1.734,09	-26,6%
RECETA PRIMÁRIA TOTAL (A)	6.306,97	8.997,80	42,7%	14.800,51	16.873,58	14,0%
DESPESAS TOTAL	10.377,77	10.953,04	5,5%	19.931,38	21.719,69	9,0%
DESPESAS FINANCEIRAS	1.100,46	1.167,77	6,1%	2.039,64	2.302,31	12,9%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.281,39	1.222,50	-4,6%	2.323,41	2.664,47	14,7%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (B)	7.995,92	8.562,77	7,1%	15.568,33	16.752,91	7,6%
RESULTADO PRIMÁRIO (A-B)	-1.688,95	435,03	125,8%	-767,83	120,67	115,7%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 19/05/2015.

O resultado primário mede o comportamento fiscal do governo no período, representando a diferença entre as receitas não financeiras e as despesas não financeiras.

Analisando o resultado primário, no 2º bimestre, observa-se que a receita primária excedeu a despesa primária em R\$ 435,03 milhões, ocasionando um superávit no resultado primário do bimestre. Ao comparar com o mesmo período de 2014, observa-se uma variação de + 125,8%. Este resultado é consequência da prevalência das receitas primárias ou não financeiras, frente às despesas primárias ou não financeiras. As receitas primárias atingiram R\$ 8.997,80 milhões, enquanto as despesas primárias terminaram o bimestre com o valor de R\$ 8.562,77 milhões.

No acumulado, observa-se que as receitas primárias totais obtiveram uma variação positiva frente a 2014 (R\$ 2.073,07 milhões ; 14,0%) o que totalizou em uma receita primária de R\$ 16.873,58 milhões. Já as despesas primárias cresceram em menor proporção (+ 7,6% ; R\$ 1.184,57 milhões), ocasionando um resultado primário superavitário de R\$ 120,67 milhões.

No segundo bimestre de 2015, o resultado primário apresentou o valor de R\$ 435,03 milhões.

Resultado Primário excluindo Rioprevidência

Bimestre: - R\$ 1.316,84 milhões / - - 2798,9%
Acumulado: - R\$ 2.015,72 milhões / - 201,7%

Tabela 9

RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SEM RIOPREVIDÊNCIA, 2014-2015
Resultado Primário excluindo RIOPREVIDÊNCIA

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR - ABR)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - ABR)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
RECEITAS TOTAL	8.448,25	7.023,34	-16,9%	18.028,24	14.732,65	-18,3%
RECEITAS FINANCEIRAS	43,72	32,3264	-26,1%	85,29	61,35	-28,1%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	235,09	214,09	-8,9%	300,46	279,59	-6,9%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (A)	8.169,44	6.776,92	-17,0%	17.642,49	14.391,72	-18,4%
DESPESAS TOTAL	8.215,49	8.230,15	0,2%	15.660,92	16.544,74	5,6%
DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	0,00		0,00	0,00	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,63	136,39	21522,1%	1,24	137,30	11002,3%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (B)	8.214,86	8.093,76	-1,5%	15.659,68	16.407,44	4,8%
RESULTADO PRIMÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	-45,43	-1.316,84	-2798,9%	1.982,81	-2.015,72	-201,7%
RESULTADO PRIMÁRIO DO RIOPREVIDENCIA	-1.541,69	78,79	105,1%	-3.361,91	-1.847,58	45,0%

Fonte: RREO - 1º Bimestre de 2015 emitido em 23/03/2015
 SIG 17/03/2015

A análise do resultado primário desconsiderando o RIOPREVIDÊNCIA nos mostra que, no bimestre, sem este órgão, o resultado primário teria atingido o valor de - R\$ 1.316,84 milhões, com uma variação negativa de 2.798,9% frente ao mesmo período de 2014. No acumulado, o efeito é amenizado e o resultado primário excluindo o RIOPREVIDÊNCIA é de - R\$ 2.015,72 milhões, com uma variação negativa de 201,7% frente a 2014. Ressalta-se, assim, o impacto que o RIOPREVIDÊNCIA tem sobre o resultado primário do Estado, uma vez que seu resultado primário, no bimestre, foi positivo em R\$ 78,79 milhões.

Cronograma de Desembolso do Estado do RJ

- Despesa Total Realizada: R\$ 20,89 bilhões / 94,8%¹⁴

Até o 2º bimestre, a dotação autorizada na Lei de Orçamento foi suplementada em R\$ 2,1 bilhões¹⁵, aumento de 2,5%, por conta de alterações orçamentárias autorizadas, basicamente incorporação de superávit financeiro de convênios e de operações de crédito, com destinação definida.

Do total autorizado atualmente (R\$ 84,9 bilhões), R\$ 9,27 bilhões permanecem contingenciados, 10,92% do orçamento atual, que poderão ser liberados ao longo do exercício de acordo com o comportamento da arrecadação - **Erro! Fonte de referência não encontrada.**

Até abril, a meta de execução, conforme divulgado no Cronograma de Desembolso (Resolução SEFAZ Nº 841 de 2015), foi de R\$ 22,03 bilhões. Neste período, a despesa total paga (R\$ 20,89 bilhões) ficou abaixo do estimado no Cronograma em 5,2% (variação negativa de R\$ 1,14 bilhão). Do total gasto, uma parcela diz respeito ao pagamento de Restos a Pagar (R\$ 1,96 bilhão). Este valor correspondeu a 9,39% da meta de execução do total. A **Erro! Fonte de referência não encontrada.** traz o descritivo para o período.

Tabela 10

Valores em R\$

Lei Orçamentária do ERJ			
Análise do Orçamento ao longo do Exercício			
JANEIRO - ABRIL			
DOTAÇÃO	INICIAL	82.801.361.911	-
	ATUAL	84.909.000.403	102,5%
	DISPONÍVEL	75.636.053.812	89,1%
CONTINGENCIADO		9.272.946.591	10,9%
EXPANSÃO ORÇAMENTÁRIA		2.107.638.492	-

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 15/05/2015.

¹⁴ As informações representam: a execução até o bimestre e a variação percentual comparada à meta de desembolso publicada.

¹⁵ Valor exclui apenas as empresas independentes do ERJ.

Tabela 11– Cronograma de Desembolso

R\$ Milhões

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º/ LRF)*					
GRUPO DE DESPESA	JAN A ABR				Variação %
	METAS DE EXECUÇÃO**	DESP. ORÇAM. REALIZADA	RP 2014 PAGO***	DESP. TOTAL REALIZADA	
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	7.101	7.027	907	7.934	111,7%
OUTRAS DESP. CORRENTES	11.056	8.338	813	9.150	82,8%
INVEST/INVERSÕES	1.540	1.306	242	1.548	100,5%
JUROS E ENC. DA DÍVIDA / AMORTIZAÇÕES	2.332	2.255	0	2.255	96,7%
TOTAL	22.029	18.926	1.962	20.888	94,8%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 15/05/2015.

*Exclui CEDAE & Imprensa Oficial / Considerada a despesa paga

**Fonte: Resolução SEFAZ nº 841

***Considerado apenas o pagamento de RP inscrito em 2014.

Na análise por grupo de despesa, a maior execução frente à meta ocorreu no grupo Pessoal e Encargos Sociais. Até abril foram executados R\$ 7,93 bilhões, superando a meta em R\$ 833,64 milhões (+11,7%).

Investimentos e Inversões Financeiras também apresentaram execução superior à meta. Em termos percentuais, o grupo registrou execução 0,5% (+R\$ 7,86 milhões) além da meta, atingindo R\$ 1,55 bilhão de despesas executadas até o bimestre, dos quais R\$ 1,31 bilhão financiados com recursos de Operações de Crédito.

Motivado principalmente pela necessidade de compatibilizar os gastos com a nova realidade econômica, o grupo Outras Despesas Correntes apresentou uma execução abaixo da meta (-R\$ 1,91 bilhão; -17,2%), registrando R\$ 9,15 bilhões de despesas pagas até o momento. Do total, R\$ 813 milhões foram gastos com RP do exercício anterior. Já com despesas do exercício, R\$ 4,78 bilhões foram gastos na Previdência Social, R\$ 1,19 bilhão em Encargos Especiais e R\$ 591,41 milhões em Saúde.

Por último as despesas pagas com os Serviços da Dívida (Juros e Amortização da Dívida) também ficaram abaixo da meta: queda de 2,3%, ou seja, -R\$ 77,22 milhões. No total foram R\$ 2,26 bilhões já gastos.



Cabe ressaltar que as despesas realizadas no período são analisadas com maior detalhamento no item V deste Boletim.

IV. Receita Estadual¹⁶

Bimestre: R\$ 12.569,42 milhões / - 0,8%¹⁷

Acumulado: R\$ 25.281,93 milhões / - 5,6%¹⁸

Tabela 12

DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA, 2014/2015.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR - ABR)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - ABR)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
REC. CORRENTES	8.931,19	11.762,12	31,7%	20.687,99	22.862,36	10,5%
REC. CAPITAL	2.472,03	425,74	-82,8%	3.742,84	685,48	-81,7%
REC. INTRAORÇAMENTÁRIA	1.265,86	381,56	-69,9%	2.361,68	1.734,09	-26,6%
Total	12.669,08	12.569,42	-0,8%	26.792,52	25.281,93	-5,6%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 20/05/2015.

No segundo bimestre de 2015, as Receitas Estaduais totalizaram, R\$ 12.569,42 milhões – decréscimo de R\$ 99,65 milhões (- 0,8%) em relação ao arrecadado no mesmo período de 2014 – influenciado, na maior parte, pela redução das arrecadações da Receita de Capital.

A Receita Corrente, neste bimestre, apresentou acréscimo de 31,7% (+ R\$ 2.830,96 milhões) influenciada, principalmente, pelo resultado positivo da Receita Tributária e de Outras Receitas Correntes. O desempenho da Receita Corrente será pormenorizado na Seção IV.I.

A Receita de Capital, que apresentou queda de 82,8% (- R\$ 2.046,28 milhões), fruto da redução de 86,7% (- R\$ 2.076,75 milhões) das Operações de Crédito. Tal comportamento será pormenorizado na Seção IV.II.

No acumulado, percebe-se um decréscimo de R\$ 1.510,59 milhões (- 5,6%) na Receita Estadual, totalizando R\$ 25.281,93 milhões. O decréscimo foi influenciado pela queda na arrecadação de Receitas de Capital (- R\$ 3.057,36 milhões; -81,7%), sendo a redução das Operações de Crédito o principal fator a influenciar o resultado acumulado em 2015. A Receita Corrente mostra acréscimo de R\$ 2.174,37 milhões (+10,5%), com destaque para Receitas Tributárias, Receitas de Contribuições e Outras Receitas Correntes que

No 2º bimestre de 2015, as Receitas Estaduais decresceram 0,8%, influenciadas, principalmente, pela Receita de Capital que apresentou redução de 82,8%. Já a Receita Corrente cresceu 31,7% atenuando os efeitos negativos no resultado em comparação com o mesmo período do exercício passado.

No acumulado de 2015, a Receita Estadual decresceu 5,6% influenciada pelo decréscimo de arrecadação da Receita de Capital. A Receita Corrente apresentou crescimento, contudo, tal desempenho, não foi suficiente para compensar o resultado da Receita de Capital.

¹⁶ Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do RUPREVIDÊNCIA.

¹⁷ As informações representam: a arrecadação no período; e a variação percentual comparado ao mesmo período do ano anterior.

¹⁸ As informações representam: a arrecadação no período; e a variação percentual comparado ao mesmo período do ano anterior.

apresentaram acréscimo, comparado ao mesmo período acumulado de 2014.

IV.I Receitas Correntes

Bimestre: R\$ 11.762,12 milhões / + 31,7%
Acumulado : R\$ 22.862,36 milhões / + 10,5%

Tabela 13

RECEITA CORRENTE, 2014/2015.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR - ABR)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - ABR)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
TRIBUTÁRIA	6.761,48	7.342,09	8,6%	14.877,54	15.125,15	1,7%
CONTRIBUIÇÕES	324,94	319,43	-1,7%	571,02	601,15	5,3%
PATRIMONIAL	552,48	460,29	-16,7%	2.133,13	2.010,74	-5,7%
AGROPECUÁRIA	0,02	0,02	52,6%	0,02	0,03	29,9%
INDUSTRIAL	18,37	14,33	-22,0%	50,16	43,18	-13,9%
DE SERVIÇOS	40,77	53,77	31,9%	113,99	111,12	-2,5%
TRANSF. CORRENTES	978,22	959,56	-1,9%	2.169,96	2.055,85	-5,3%
OUTRAS CORRENTES	254,92	2.612,65	924,9%	772,18	2.915,15	277,5%
REC. CORRENTES	8.931,19	11.762,12	31,7%	20.687,99	22.862,36	10,5%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 20/05/2015.

No 2º bimestre de 2015, merecem atenção, pelo resultado positivo dentre as Receitas Correntes, a Receita Tributária, (+ R\$ 580,61 milhões; +8,6%), a Receita de Serviços (+ R\$ 12,99 milhões; + 31,9%) e Outras Receitas Correntes (+ R\$ 2.357,72 milhões; + 924,9%), em relação ao mesmo período de 2014.

Por sua vez, a Receita Patrimonial apresentou decréscimo de R\$ 92,20 milhões (- 16,7%), em relação ao mesmo período de 2014, não influenciando significativamente o comportamento geral da Receita Corrente (+ R\$ 2.830,93 milhões; + 31,7%), que totalizou, no 2º bimestre de 2015, R\$ 11.762,12 milhões.

No acumulado, percebe-se acréscimo de R\$ 2.174,37 milhões (+ 10,5%) nas Receitas Correntes, atingindo um valor total de R\$ 22.862,36 milhões, proporcionado, principalmente, pelo acréscimo das Receitas Tributárias (+ R\$ 247,61 milhões; + 1,7%), das Receitas de Contribuições (+ R\$ 30,13 milhões; + 601,15%) e de Outras

No segundo bimestre de 2015, a Receita Corrente apresentou acréscimo, sustentado principalmente por Receitas Tributárias, e Outras Receitas Correntes, contas essas também responsáveis pelo crescimento no acumulado.



Receitas Correntes apresentou acréscimo de R\$ 2.142,97 milhões (+ 277,5%).

IV.1.1 Receita Tributária

Bimestre: R\$ 7.342,09 milhões / + 8,6%

Acumulado: R\$ 15.125,15 milhões / + 1,7%

Tabela 14

RECEITA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2014/2015.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR - ABR)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - ABR)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
RECEITA TRIBUTÁRIA	6.761,48	7.342,09	8,6%	14.877,54	15.125,15	1,7%
ICMS	5.177,59	5.121,71	-1,1%	10.822,23	10.292,23	-4,9%
Adicional do ICMS	482,29	509,81	5,7%	989,30	1.003,06	1,4%
IRRF	287,73	706,70	145,6%	570,56	973,95	70,7%
IPVA	397,00	495,73	24,9%	1.493,08	1.766,12	18,3%
ITD	96,23	114,74	19,2%	183,84	178,45	-2,9%
Taxas	320,64	393,40	22,7%	818,53	911,34	11,3%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 20/05/2015.

A Receita Tributária arrecadada no segundo bimestre de 2015 aumentou 8,6% (+ R\$ 580,61 milhões) em comparação ao mesmo período de 2014, totalizando R\$ 7.342,09 milhões. Este resultado foi influenciado, principalmente, pela arrecadação do IRRF, que apresentou aumento de R\$ 418,97 milhões (145,6%) e, com menor intensidade, pelas arrecadações do IPVA e TAXAS, que afetaram o resultado bimestral com aumento de R\$ 98,73 milhões (+ 24,9%) e de R\$ 72,76 milhões (+ 22,7%), respectivamente.

De modo inverso, o ICMS apresentou decréscimo na arrecadação, comparativamente ao 2º bimestre de 2014, com redução de R\$ 55,88 milhões (- 1,1%), atenuando o acréscimo da arrecadação tributária no bimestre.

No acumulado, a Receita Tributária mostrou um desempenho ligeiramente positivo de 1,7%, totalizando R\$ 15.125,15 milhões, representando um aumento de R\$ 247,31 na arrecadação. Embora o somatório do IRRF, IPVA e TAXAS tenham influenciado o aumento da Receita Tributária, a arrecadação foi freada pela variação negativa do ICMS.

A arrecadação de ICMS apresentou resultado negativo no bimestre, com decréscimo de R\$ 55,88 milhões (- 1,1%).

Em contrapartida, a arrecadação do IRRF registrou aumento relevante de 145,6% no bimestre (R\$ 418,97 milhões).

– Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS):

Bimestre: R\$ 5.121,71 milhões / - 1,1%
Acumulado: R\$ 10.292,23 milhões / - 4,9%

A arrecadação de ICMS apresentou decréscimo no segundo bimestre de 2015, com redução de 1,1% (- R\$ 5.121,71 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado.

No acumulado, a arrecadação também apresentou variação negativa de 4,9%, reduzindo para R\$ 10.292,23 milhões.

– Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA¹⁹):

Bimestre: R\$ 495,73 milhões / + 24,9%
Acumulado: R\$ 1.766,12 milhões / + 18,3%

O IPVA apresenta um comportamento sazonal significativo, que se consolida nos quatro primeiros meses do ano.

No segundo bimestre de 2015, o IPVA apresentou acréscimo de arrecadação de R\$ 98,73 milhões (+ 24,9%). Essa a variação foi relevantemente influenciada pela redução de desconto para pagamento à vista, que alterou de 10% para 8% por determinação da Resolução nº 827/14, art. 14 e §2º.

No período, ocorreram também recolhimentos decorrentes do programa de parcelamento concedido pela Lei Estadual nº 6.931/2014 para débitos dos exercícios de 2010 a 2013, a serem pagos em três vezes (fevereiro, março e abril) ou em cota única no mês de fevereiro de 2015.

Adicionalmente, houve descontinuidade em 2015 do desconto de 50% concedido para as concessionárias mediante o decreto nº 44.568/14.

A arrecadação de IPVA no 2º bimestre de 2015 apresenta um acréscimo (+ 24,9%) em relação ao mesmo bimestre de 2014.

A Resolução nº 827/14 alterou o desconto do IPVA para pagamentos à vista, no ano de 2015, de 10% para 8%

Lei Estadual nº 6.931/14 concedeu programa de parcelamento de débitos de IPVA, dos exercícios de 2010 a 2013, a serem pagos em três vezes (fevereiro, março e abril) ou em cota única no mês de fevereiro/15.

O Decreto nº 44.568/14, que concedia desconto de 50% no IPVA das concessionárias, vigorou apenas no ano de 2014.

¹⁹ De forma geral, a receita de IPVA fica concentrada amplamente nos primeiros meses do ano, quando do vencimento das placas dos veículos usados. No restante do ano, a receita provém principalmente do pagamento do IPVA dos veículos novos, do pagamento de débitos atrasados dos veículos usados e das eventuais cobranças coletivas organizadas pela SEFAZ-RJ.

– Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e por Doação (ITD):**Bimestre: R\$ 114,74 milhões / + 19,2%****Acumulado: R\$ 178,45 milhões / -2,9%**

A arrecadação do ITD aumentou 19,2% no 2º bimestre de 2015, em comparação com o mesmo período de 2014, representando um acréscimo de arrecadação de R\$ 18,51 milhões e totalizando R\$ 114,74 milhões. O crescimento no bimestre deve-se por influência em mudanças no atendimento e no processamento dos procedimentos da Herança Escritura Pública, as quais acarretaram a diminuição do prazo de encerramento dos cálculos do imposto.

No acumulado, em contrapartida, o ITD apresentou redução de 2,9%, com o valor de total acumulado de R\$ 178,45 milhões. A redução deve-se principalmente pelo comportamento negativo no 1º bimestre (nitidamente influenciada pela redução de dias úteis em fevereiro) e pela atual situação econômica, que leva à prática de se postergar a abertura dos inventários.

– Imposto de Renda (IRRF):**Bimestre: R\$ 706,70 milhões / + 145,6%****Acumulado: R\$ 973,95 milhões / + 70,7%**

Houve um aumento na arrecadação de 145,6% (+ R\$ 418,97 milhões), comparativamente ao segundo bimestre de 2014, devido a ajustes do fluxo de repasses do RIOPREVIDENCIA, indispensável ao seu equilíbrio financeiro para cumprir o pagamento de inativos e pensionistas.

Da mesma forma, no acumulado também ocorreu um aumento de 70,7% (+ R\$ 403,49 milhões).

- Taxas:
Bimestre: R\$ 393,40 milhões / + 22,7%
Acumulado: R\$ 911,34 milhões / + 11,3%
Tabela 15
RECITA DE TAXAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2014/2015.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR - ABR)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - ABR)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
Taxas	320,64	393,40	22,7%	818,53	911,34	11,3%
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	73,65	91,10	23,7%	248,55	292,26	17,6%
Taxa de Controle e Fiscalização do Trânsito ⁽¹⁾	65,48	82,70	26,3%	233,58	275,25	17,8%
Outras	8,17	8,40	2,8%	14,97	17,02	13,7%
Taxas pela Prestação de Serviços	246,99	302,30	22,4%	569,98	619,07	8,6%
Emolumentos e Custas Judiciais	68,39	79,41	16,1%	136,17	140,19	2,9%
Emolumentos e Custas Extrajudiciais	58,81	68,21	16,0%	126,47	126,46	0,0%
Outras Taxas pela Prestação de Serviços	119,79	154,68	29,1%	307,34	352,42	14,7%
Taxa de Serviços de Trânsito ⁽¹⁾	105,23	134,90	28,2%	277,75	318,14	14,5%
Outras	14,56	19,78	35,9%	29,59	34,28	15,9%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 20/05/2015.

Nota: (1) Taxas do DETRAN

A arrecadação de Taxas apresentou acréscimo de 22,7% (+ R\$ 72,76 milhões) em relação ao segundo bimestre de 2014, totalizando R\$ 393,40 milhões. Esse acréscimo foi resultado, principalmente, do incremento na arrecadação apresentada pelas: Taxas Exercício do Poder de Polícia (+ R\$ 17,45 milhões; + 23,7%), sendo a Taxa de Controle e Fiscalização do Trânsito (DETRAN) o principal destaque pelo resultado desse grupo (+ R\$ 17,23 milhões; + 26,3%); e aumento nas Taxas pela Prestação de Serviços (+ R\$ 55,31 milhões; + R\$ 22,4%), com destaque na arrecadação da Taxa de Serviços de Trânsito (DETRAN) que apresentou um acréscimo de R\$ 29,67 milhões (+ 28,2%).

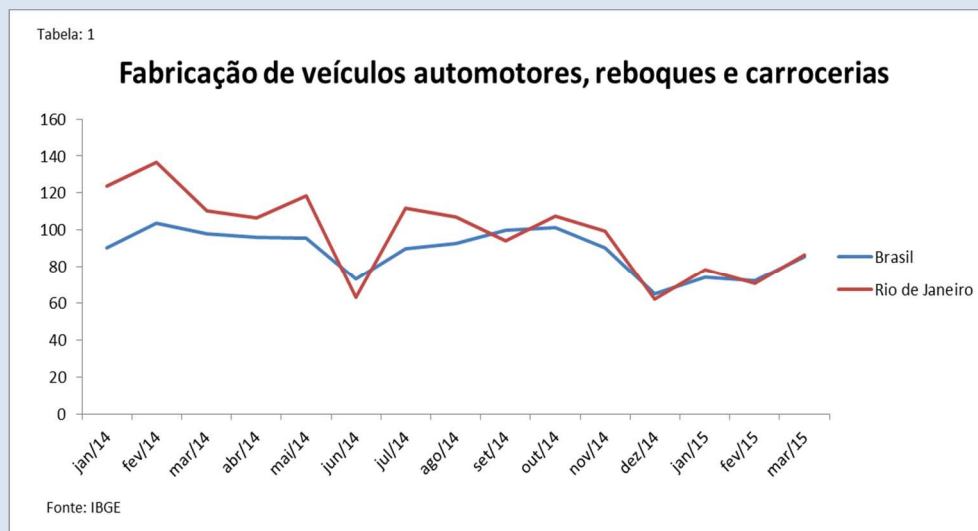
No acumulado, as Taxas cresceram 11,3% (+ R\$ 92,81 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando R\$ 911,34 milhões. Esse acréscimo foi influenciado principalmente pelas: Taxas pelo Exercício do Poder de Polícias (+ R\$ 43,72 milhões; + 17,6%), sendo a Taxa de Controle e Fiscalização do Trânsito (DETRAN) o principal destaque (+ R\$ 41,67 milhões; + 17,8%); e aumento na arrecadação de Taxas pela Prestação de Serviços (+ R\$ 49,09 milhões; + 8,6%), com destaque na Taxa de Serviços de



Trânsito (DETRAN) que apresentou aumento de R\$ 40,39 milhões (+ 14,5%).

Box 01 – Desempenho do IPVA no 1º Trimestre/2015 ante o agravamento do cenário econômico

A partir de um quadro de desaceleração econômica e perda de confiança dos consumidores e empresários, o ano de 2015 apresenta perspectivas pouco auspiciosas para atividade industrial, em especial com relação à fabricação de veículos automotores.



Diante do quadro 1, constata-se uma tendência de queda na produção de veículos já a partir do início do ano de 2014. Há de se notar, também, que o ERJ tem apresentado um desempenho relativo pior que a média nacional.

Na comparação dos três primeiros meses (janeiro, fevereiro e março) de 2015, frente ao mesmo período do ano anterior, a fabricação fluminense de veículos registrou variação percentual negativa de -37%, -48% e -22%, respectivamente, contra um decréscimo da ordem -18%, -30% e -13% na média do país.

Ademais, o agravamento do cenário econômico se estende para outras atividades empresariais, o que, associado à deterioração das contas públicas e recrudescimento da inflação, obrigou o Governo Federal a adotar uma agenda restritiva, por meio de um vigoroso ajuste fiscal e redução do crédito ao consumo.

Neste sentido, o ERJ tem, assim como os demais entes da federação, vivenciado um ambiente arrecadatório pouco confortável, na medida em que o processo de contração da economia vem produzindo efeitos perniciosos sobre a receita tributária.

Diante do ambiente de incerteza atual, enfrentado com maior intensidade pelo setor automotivo, as expectativas de renovação da frota de veículos ficaram reduzidas e, por conseguinte, a arrecadação do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) estaria submetida à piora do quadro conjuntural.

Em que pese a retração da atividade econômica, em particular no setor em destaque, confirmado pela redução de 13,34% nas primeiras licenças de veículos no ERJ, conforme Tabela 2 abaixo, a arrecadação do IPVA obteve excepcional desempenho nos primeiros meses do ano de 2015.

Tabela: 2

Primeiras Licenças ERJ	Jan	Fev	Mar	Total
Subtotal de primeiras licenças 2014	31.868	29.211	24.281	85.360
Subtotal de primeiras licenças 2015	29.425	20.075	24.472	73.972

Fonte: Detran/RJ

Na contramão da contração da economia, legitimada pela perda sensível do poder de compra dos consumidores, o fisco estadual tem procurado reestabelecer a arrecadação com medidas de cunho fiscalizatório e normativo, como forma de contornar o ambiente tributário, pouco favorável, instaurado no país.

A tabela 3 corrobora a tese de maneira contundente, a arrecadação do IPVA obteve comportamento atípico no primeiro trimestre do ano corrente, ao atingir o montante de R\$ 1,573 bilhão. O crescimento nominal observado no período foi de 19,75%, ante o primeiro trimestre do ano de 2014.

Tabela: 3

IPVA - 1º Trim. 2014		IPVA - 1º Trim. 2015	
jan/14	457.768.293,82	jan/15	508.184.311,26
fev/14	638.316.094,52	fev/15	762.208.704,85
mar/14	217.386.855,46	mar/15	302.541.227,11
Total	1.313.471.243,80	Total	1.572.934.243,22

Fonte : SIG

Neste contexto, o ERJ tem atingido resultados extremamente satisfatórios no que tange à arrecadação de IPVA. Há que destacar iniciativas importantes da Receita, como a que determinou a redução de desconto do referido imposto para o pagamento à vista, ao passar de 10% para 8%, por decisão da Resolução nº 827/14, art. 14 e §2º.

Adicionalmente, ocorreu a promulgação do programa de parcelamento concedido pela Lei Estadual nº 6.931/2014 para a quitação de débitos de IPVA dos exercícios de 2010 a 2013, sem juros e multas. O recolhimento por meio da Guia de Regularização de Débitos permitiu que o pagamento fosse efetivado em três vezes (fevereiro, março e abril) ou em cota única no mês de fevereiro de 2015.

O conjunto das medidas já mencionadas, atrelado ao combativo plano fiscalizatório tem propiciado incrementos generosos no nível de receita do aludido imposto, apesar do dinamismo reduzido da economia.

Vê-se, portanto, que o cenário econômico tem se mostrado restritivo para o ano de 2015 e o setor automotivo, em particular, tem sofrido os efeitos diretos da crise. A intensidade da vicissitude do setor desperta para a consternação da indústria em geral que, representada pelas estatísticas de fabricação de veículos, apresenta um cenário desalentador, inclusive para os próximos anos.

De acordo com os dados apresentados na tabela 1, verifica-se reiteradas reduções de mais de 20% na produção de veículos nos primeiros meses deste ano, quando comparados com o mesmo período do ano anterior.

Apesar do quadro pouco promissor para a economia, a receita de IPVA não só se manteve em um patamar elevado de arrecadação, como tem registrado um crescimento acima da média histórica. À vista disso, o presente trabalho elencou algumas medidas adotadas pelo ERJ no compromisso de recompor a arrecadação tributária em um ambiente de deterioração das contas públicas e sob o bojo do compromisso do reequilíbrio fiscal assumido por este Estado.

IV.1.2 Receita Patrimonial e Royalties

Bimestre: R\$ 460,29 milhões / - 16,7%

Acumulado: R\$ 2.010,74 / - 5,7%

Tabela 16
RECEITA PATRIMONIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2014/2015.

Receitas Patrimoniais

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR - ABR)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - ABR)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
RECEITA PATRIMONIAL	552,48	460,29	-16,7%	2.133,13	2.010,74	-5,7%
Petróleo	405,87	312,13	-23,1%	1.835,43	1.688,01	-8,0%
Royalties	405,45	311,67	-23,1%	728,22	723,44	-0,7%
Part. Especial	0,00	0,00	-100,0%	1.106,74	963,48	-12,9%
FEP	0,41	0,46	13,1%	0,48	1,09	126,9%
CFT's	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,00	-
Aplic. Financeiras	127,72	125,69	-1,6%	261,25	252,21	-3,5%
Demais Rec. Patrimoniais	18,89	22,47	18,9%	36,44	70,52	93,5%

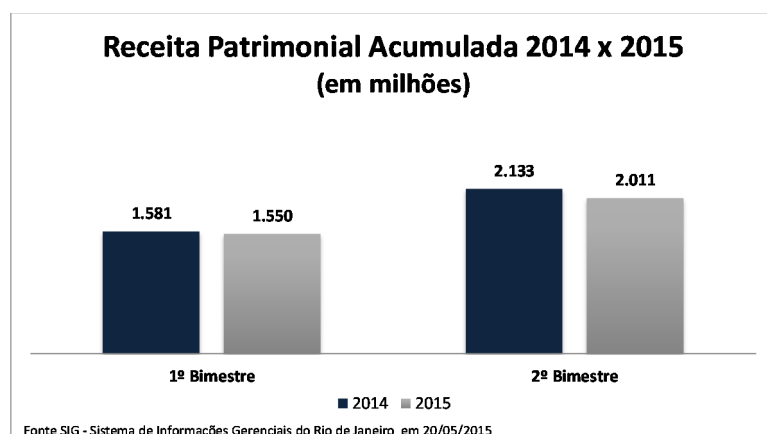
Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 20/05/2015.

As Receitas Patrimoniais, no segundo bimestre de 2015, realizaram o valor total de R\$ 460,29 milhões, o que representa uma variação negativa de 16,7% (- R\$ 92,19 milhões) em relação ao mesmo período de 2014. Tal resultado foi influenciado, principalmente, pelas receitas de petróleo, as quais atingiram um valor 23,1% abaixo do valor de 2014.

No acumulado, as Receitas Patrimoniais apresentaram decréscimo de 5,7% (- R\$ 122,38 milhões). A receita de petróleo apresentou variação negativa de 8,0% o que impacta proeminentemente o total das receitas patrimoniais, dada sua representação – aproximadamente 84,0% do total daquelas receitas. As aplicações financeiras também apresentaram resultado negativo (- 3,5%) influenciando, em menor intensidade, as Receitas Patrimoniais.

Essas receitas serão detalhadas a seguir em item próprio.

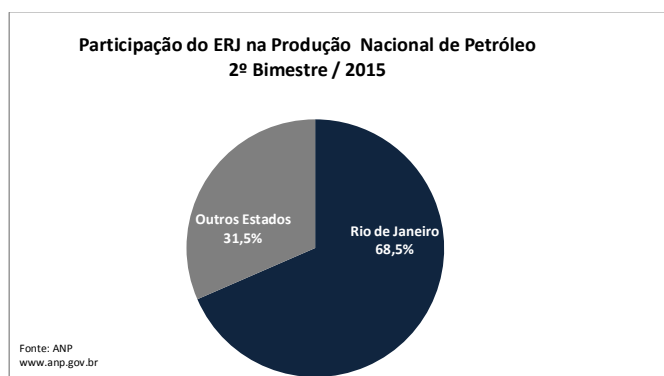
Gráfico 8



- **Petróleo:** as receitas de petróleo alcançaram R\$ 312,13 milhões no segundo bimestre de 2015. Tal resultado retrata uma variação negativa de 23,1% frente a 2014. Analisando a receita de petróleo, observa-se que a variação negativa ocorreu na receita de royalties, que caíram 23,1% (- R\$ 93,73 milhões). O *brent* e a *taxa de câmbio*, são indicadores que, além da produção, influenciam a arrecadação do petróleo. Embora tenha havido aumento da produção no período que, segundo dados da ANP, alcançou 15,51 milhões de m³ - variação de mais 12,7% frente a 2014 - o *brent* apresentou variação negativa de 51,2%, enquanto a *taxa de câmbio* apresentou acréscimo de 14,2% no período, afetando significativamente a arrecadação (conforme **Erro! Fonte de referência não encontrada.**). Ainda segundo dados da ANP, a produção do Rio de Janeiro correspondeu a 68,5% da produção total brasileira no 2º bimestre de 2015.

A produção de petróleo, no segundo bimestre de 2015, correspondeu a 68,5% da produção total brasileira.

Gráfico 9



Importante ressaltar que o pagamento dos royalties ocorre dois meses após a extração do petróleo. Sendo assim, a análise das entradas de receita do 2º bimestre de 2015 é feita com base nos dados de produção, câmbio e valor do *brent* do 1º bimestre de 2015.

Tabela 17

Participação Governamental do Petróleo

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - FEV)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - ABR)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
Produção (milhões de m ³)	13,77	15,51	12,7%	28,32	31,19	10,1%
Brent (US\$)	108,51	52,93	-51,2%	108,89	61,91	-43,1%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	2,38	2,72	14,2%	2,35	2,65	12,8%

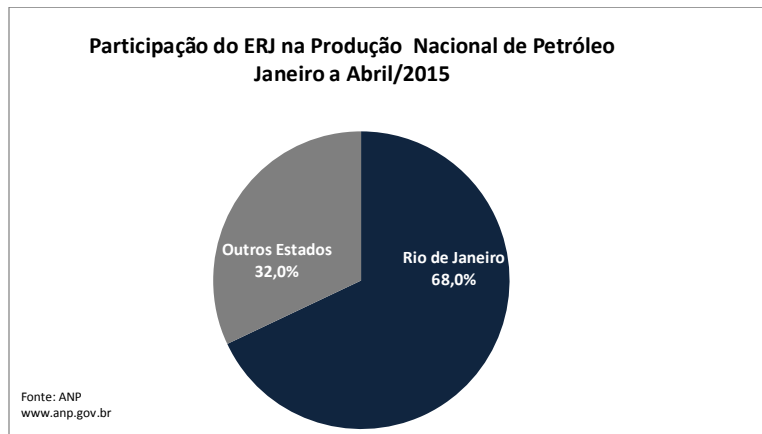
Fontes: Produção: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP. Brent: Energy Information Administration, EIA. Câmbio: Ipeadata.

Nota: O pagamento dos royalties ocorre dois meses após a extração do petróleo. Sendo assim, para a análise das entradas de receita do 2º bimestre de 2015 são apresentados os dados de produção do 1º bimestre de 2015.

Ao analisar o acumulado, as receitas de petróleo apresentaram queda de 8,0% (- R\$ 147,42 milhões) no acumulado, com destaque para a receita de Participações Especiais que decresceram 12,9% (- R\$ 143,26 milhões) em relação ao mesmo período acumulado de

2014. Embora, a produção acumulada de petróleo tenha aumentado, o *brent* apresentou variação negativa de 43,1% sendo o grande responsável pela queda na arrecadação de petróleo, ainda que com a *taxa de câmbio* acrescida de 12,8% no período.

Gráfico 10



- **Aplicações Financeiras:** no segundo bimestre, as receitas advindas das aplicações financeiras sofreram uma variação negativa de 1,6% (- R\$ 2,04 milhões) e realizaram R\$ 125,69 milhões. As receitas que sofreram reduções mais significativas foram as de Remuneração de Outros Depósitos Bancários de Recursos Vinculados e de Recursos não Vinculados do Tesouro Estadual e Remuneração de Depósitos Bancários da Conta Centralizadora do Tesouro Estadual, com queda conjunta próxima a R\$ 14,60 milhões.

Atenuando a queda no resultado bimestral as receitas de Remuneração dos Investimentos do RPPS - Lei nº 6.338/2012 em Renda Fixa, Fundos de Aplicação em Cotas de Renda Fixa e Remuneração de Depósitos Bancários (Conta Única – Tesouro).

No acumulado, as aplicações financeiras alcançaram R\$ 252,21 milhões - variação negativa de 3,58% em relação ao mesmo período de 2014 (- R\$ 9,05 milhões) – dado o comportamento positivo e negativo nas contas citadas na análise bimestral.

IV.1.3 Demais Receitas Correntes

Bimestre: R\$ 3.000,19 milhões / + 369,5%
Acumulado: R\$ 3.670,62 milhões / + 143,5%

Tabela 18
DEMAIS RECEITAS CORRENTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2014/2015.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR - ABR)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - ABR)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	639,02	3.000,19	369,5%	1.507,36	3.670,62	143,5%
Receita de Contribuições	324,94	319,43	-1,7%	571,02	601,15	5,3%
Receita Agropecuária	0,02	0,02	52,6%	0,02	0,03	29,9%
Receita Industrial	18,37	14,33	-22,0%	50,16	43,18	-13,9%
Receita de Serviços	40,77	53,77	31,9%	113,99	111,12	-2,5%
Multas e Juros de Mora	96,08	122,86	27,9%	179,56	217,79	21,3%
Indenizações e Restituições	22,23	64,74	191,2%	73,07	86,69	18,6%
Dívida Ativa	20,73	24,71	19,2%	126,87	49,90	-60,7%
Receitas Diversas	115,88	2.400,33	1971,5%	392,68	2.560,77	552,1%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 20/05/2015.

As Demais Receitas Correntes apresentaram acréscimo de 369,5%, (+ R\$ 2.361,17 milhões) no 2º bimestre em relação a 2014, totalizando R\$ 3.000,19 milhões. O desempenho do grupo foi influenciado, em quase sua totalidade, pela alta nas arrecadações de Receitas Diversas (+ R\$ 2.284,46 milhões; + 1.971,5%), influenciada pelo acréscimo das receitas oriundas da Lei Complementar Estadual nº 147 / 2013²⁰ (+ R\$ 2.270,00 milhões), da Receita de Indenizações e Restituições (+ R\$ 42,61 milhões; + 191,2%), da Receita Multas e Juros de Mora (+ R\$ 26,78 milhões; + 27,9%) e da Receita de Serviços (+ R\$ 12,99 milhões; + 31,9%).

No acumulado, houve acréscimo de 143,5% (+ R\$ 2.163,25 milhões) em relação ao mesmo período acumulado de 2014, totalizando R\$ 3.670,62 milhões. Esse acréscimo também foi influenciado pela arrecadação de Receitas Diversas (+ R\$ 2.168,10 milhões; + 552,1%), da Receita de Multas e Juros de Mora (+ R\$ 38,22 milhões;

²⁰ **Lei Complementar nº 147, de 27 de junho de 2013** - Dispõe sobre a utilização de parcela de depósitos judiciais para pagamento de requisições judiciais de pagamento, e dá outras providências.

+ 21,3%) e pela Receita de Contribuições (+ R\$ 30,13 milhões; + 5,3%).

– **Receitas de Contribuições:** Houve decréscimo de R\$ 5,51 milhões (- 1,7%) em relação ao mesmo bimestre do ano passado, resultando numa arrecadação total de R\$ 319,43 milhões no 2º bimestre de 2015. As receitas que mais contribuíram para o resultado bimestral foram a Contribuição de Servidor Inativo Civil e a Contribuição Pensionista Civil que, juntas, reduziram aproximadamente R\$ 54,27 milhões a arrecadação do 2º bimestre de 2015 em comparação ao exercício anterior. Já a Contribuição do Servidor Ativo Civil, figurou como o principal componente que atenuou o resultado negativo apresentado, com acréscimo de R\$ 51,30 milhões.

No acumulado, houve acréscimo de 5,3% (+ R\$ 30,13 milhões) em relação ao mesmo período de 2014, totalizando R\$ 601,15 milhões. Tal acréscimo foi suportado, principalmente, pela receita de Contribuição de Servidor Ativo Civil que, sozinha, representou elevação de R\$ 41,59 milhões.

– **Receita Industrial:** apresentou decréscimo de R\$ 4,04 milhões (- 22,0%) na arrecadação em relação ao mesmo bimestre do ano passado, resultando num total de R\$ 14,33 milhões. Tal decréscimo deve-se à arrecadação da Indústria de Produtos Farmacêuticos e Veterinários que registrou variação negativa na receita originada pelo Instituto Vital Brazil (- R\$ 4,02 milhões) em relação ao 2º bimestre de 2014.

No acumulado, houve redução de R\$ 6,98 milhões (- 13,9%) nesta receita, totalizando uma arrecadação de R\$ 43,18 milhões. A receita da Indústria de Produtos Farmacêuticos e Veterinários, originada no Instituto Vital Brazil SA. - decorrente da produção de medicamentos para atender convênio firmado com o Ministério da Saúde - foi o principal fator que influenciou o decréscimo (- R\$ 6,91 milhões) do resultado dessa fonte de receita assim como mencionado na análise bimestral.

– **Receita de Serviços:** apresentou acréscimo de R\$ 12,99 milhões (+ 31,9%), totalizando R\$ 53,77 milhões. Dentre os serviços que mais afetaram positivamente o resultado, em relação ao segundo bimestre de 2014, temos os Serviços Administrativos prestados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços (SEDEIS), os Serviços de Registro do Comércio prestados pela JUCERJA, os Serviços de Processamento de Dados do DETRAN e os Serviços Radiológicos e Laboratoriais prestados pela Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro além de Outros Serviços Financeiros.

O resultado acumulado apresenta queda de 205% (- R\$ 2,87 milhões) em relação ao mesmo período de 2014, influenciado pelo decréscimo das receitas de Serviços Hospitalares e Serviços de Processamento de Dados que, em conjunto apresentaram queda de aproximadamente R\$ 19,43 milhões, sendo parcialmente compensados por Outros Serviços Financeiros e Serviços Administrativos, que em conjunto apresentaram uma variação positiva de R\$ 13,73 milhões.

– **Indenizações e Restituições:** apresentou acréscimo de R\$ 42,51 milhões (+ 191,2%) em relação ao 2º bimestre de 2014, totalizando R\$ 64,74 milhões. Esse resultado deveu-se, em parte, ao acréscimo da receita oriunda de Restituições de Convênios relacionados ao Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro e pelo Ressarcimento de Pessoal Cedido da Área de Segurança.

No acumulado, houve uma variação positiva de 18,6% (+ R\$ 13,62 milhões) comparativamente ao mesmo período acumulado de 2014, totalizando R\$ 86,69 milhões arrecadados. Tal arrecadação foi suportada, assim como no bimestre, pelas Restituições de Convênios relacionados ao Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro e pelo Ressarcimento de Pessoal Cedido da Área de Segurança que representaram um acréscimo de aproximadamente R\$ 20,00 milhões. As Receitas de Outras Restituições do Tesouro do Estado atenuaram o acréscimo de receita no acumulado.

- **Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa:** houve acréscimo de 27,9% (+ R\$ 26,78 milhões) na arrecadação das Receitas de Multas e Juros de Mora em relação ao mesmo período de 2014, o que gerou uma receita total de R\$ 122,86 milhões arrecadados. Em grande parte, o comportamento é explicado pelo acréscimo de Multas e Juros de Mora relativas ao ICMS e ao IPVA e, em menor intensidade, pela arrecadação de Multas Previstas na Legislação de Trânsito e Multas por Infração à Legislação das Relações de Consumo.

A receita de Dívida Ativa também apresentou acréscimo (+ 19,2%; + R\$ 3,98 milhões) em relação ao mesmo bimestre de 2014, alcançando R\$ 24,71 milhões, em grande parte pelo acréscimo da receita das Cotas-Parte da Dívida Ativa do ICMS.

No acumulado, a arrecadação de Multas e Juros de Mora também apresentaram acréscimo (+ 23,1%; + R\$ 38,22 milhões) em relação a 2014, impactado pelas mesmas receitas que figuraram no resultado bimestral.

A receita da Dívida Ativa apresentou uma queda de 60,7% (- R\$ 76,97 milhões), principalmente influenciada pela redução da receita das Cotas-Parte da Dívida Ativa do ICMS. Há que se acrescentar que a Receita de Dívida Ativa estava elevada em seus patamares normais, dada a realização do REFIS e de recebimento de receita de grande vulto em 2013 e 2014, respectivamente.

- **Receitas Diversas:** houve acréscimo de 1.971,5% (+ R\$ 2.284,46 milhões) na arrecadação das Receitas Diversas em relação ao mesmo período de 2014, o que gerou uma receita total de R\$ 2.400,33 milhões arrecadados no bimestre. O comportamento foi influenciado pelo acréscimo das receitas oriundas da Lei Complementar Estadual nº 147 / 2013²¹ (+ R\$ 2.270,00 milhões).

No Acumulado houve acréscimo de 552,1% (+ R\$ 2.168,10 milhões), influenciados, da mesma forma que no resultado bimestral, pelo acréscimo das receitas oriundas da Lei Complementar Estadual nº 147 / 2013 (+ R\$ 2.118.06 milhões).

²¹ **Lei Complementar nº 147, de 27 de junho de 2013** - Dispõe sobre a utilização de parcela de depósitos judiciais para pagamento de requisições judiciais de pagamento, e dá outras providências.

IV.1.3.1 Receita de Transferências

Bimestre: R\$ 959,56 milhões / - 1,9%
Acumulado: R\$ 2.055,85 milhões / - 5,3%

Tabela 19
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2014/2015.

(R\$ milhões)

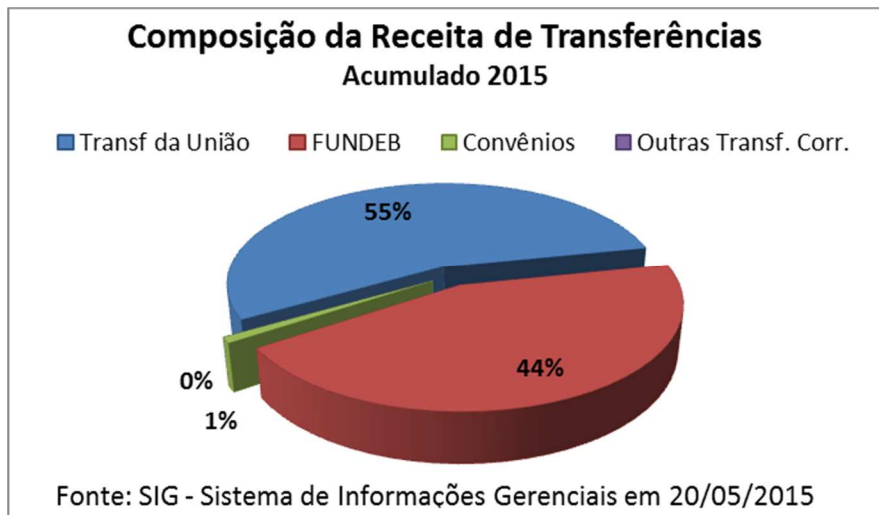
DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR - ABR)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - ABR)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS	978,22	959,56	-1,9%	2.169,96	2.055,85	-5,3%
Transf da União	498,78	504,27	1,1%	1.149,72	1.132,83	-1,5%
FPE	158,30	183,52	15,9%	399,62	423,41	6,0%
IPI exp	121,77	106,08	-12,9%	251,80	247,70	-1,6%
IOF	0,01	0,02	93,3%	0,02	0,02	46,8%
CIDE	0,00	0,00	0,0%	5,92	0,40	-93,3%
SUS	102,90	102,13	-0,7%	245,62	210,53	-14,3%
Salário Educação	92,37	70,31	-23,9%	159,29	201,43	26,5%
Lei Kandir	7,15	28,59	300,0%	21,44	28,59	33,3%
Outras Transf. da União	16,30	13,62	-16,5%	66,03	20,75	-68,6%
FUNDEB	453,05	446,13	-1,5%	954,85	905,07	-5,2%
Convênios	26,35	9,13	-65,4%	65,35	17,91	-72,6%
Outras Transf. Corr.	0,04	0,03	-20,7%	0,04	0,04	3,8%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 20/05/2015.

As Receitas de Transferências apresentaram pequena queda bimestral de 1,9% (- R\$ 18,66 milhões), em comparação com o mesmo bimestre de 2014. A redução evidenciada, embora tímida, é derivada, principalmente, pelas transferências de Convênios, suficientemente significativas para ocultar o crescimento apresentado pelas transferências da União.

O acumulado destas receitas até abril totalizou R\$ 2.055,85 milhões, o que representou um decréscimo de 5,3% (- R\$ 114,11 milhões) em relação ao ano passado. A redução é devido ao decréscimo das Transferências da União nas Contas do SUS e Outras Transferências da União, nos valores de R\$ 35,09 e R\$ 45,28 milhões respectivamente, além da queda nas Transferências do FUNDEB (- R\$ 49,77 milhões) e Convênios (- R\$ 47,44 milhões).

Gráfico 11

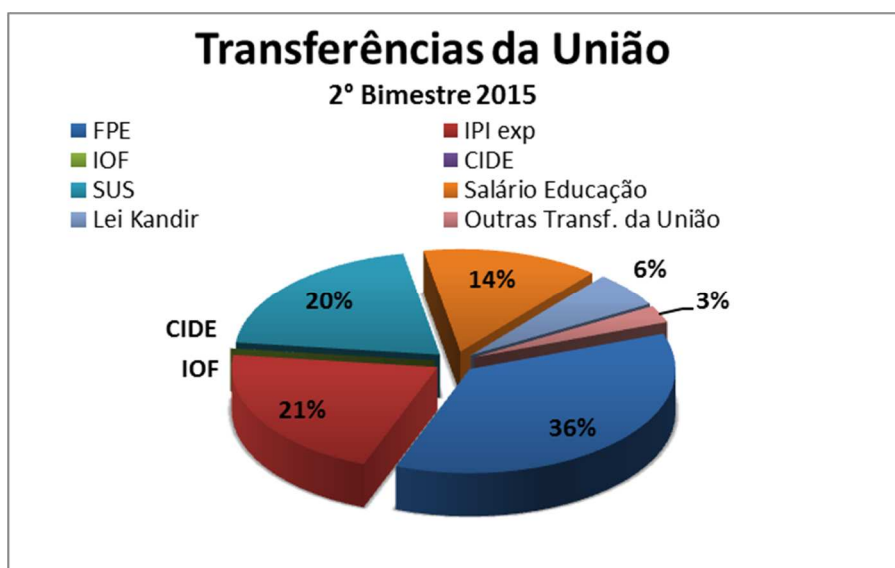


IV.1.3.2 Transferências da União

As Transferências da União, no segundo bimestre de 2015, registraram um crescimento de R\$ 5,48 milhões (+ 1,1%), na comparação com o igual bimestre de 2014. Isto se tornou possível pelo bom desempenho do FPE e da Lei Kandir, ainda que as Receitas advindas do Salário Educação e do IPI Exportação não tenham apresentado resultados satisfatórios no período.

No acumulado de janeiro a abril de 2015, as Transferência da União representam 55,0% do total das Receitas de Transferências. A redução no referido grupo foi de 1,5% (-R\$ 16,90 milhões) em relação ao mesmo período de 2014. No período, os repasses de FPE, IPI-Exportação, SUS e Salário Educação foram as principais transferências feitas pela União para o ERJ. Tal assunto será abordado em itens específicos para cada Transferência.

Gráfico 12



– **FPE²²**: O Fundo de Participação dos Estados é composto por 21,5% da arrecadação do IPI e do IR. O resultado bimestral dessa transferência foi produto do aumento da arrecadação de ambos os impostos. Para fins de análise, o conteúdo referente ao IPI será analisado no item IPI-Exportação, a seguir.

O desempenho do 2º bimestre dos recursos do FPE superou em 15,9% (+ R\$ 25,22 milhões) o mesmo bimestre de 2014.

O bom desempenho bimestral do FPE é reflexo do resultado positivo do Imposto de Renda, justificado principalmente pelo aumento de arrecadação do IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte oriundo de Rendimentos do Capital e do Trabalho, resultado dos acréscimos do imposto incidente sobre renda fixa, operações de swap e juros sobre capital próprio.

No acumulado, o crescimento do FPE de R\$ 23,79 milhões (+ 6,0%) é justificado pelo IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte, em

A redução nas Transferências de Receitas referentes ao Salário Educação e IPI exportação foi compensada pelo aumento na arrecadação do FPE no bimestre.

²² Fonte: Análise da Arrecadação das Receitas Federais de março e abril de 2015, Receita Federal.

<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao/arrecadacao-2015/analise-mensal-mar-2015.pdf>

<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao/arrecadacao-2015/analise-mensal-abr-2015.pdf>

especial nos itens IRRF – Rendimentos do Trabalho, motivado pela variação nominal da massa salarial habitual e no IRRF- Rendimentos de Capital, em grande parte motivada pela tributação sobre fundos de renda fixa, operações de swap e na arrecadação do item aplicação de renda fixa (PF e PJ).

-IPI-EXP: A Constituição de 1988 determina que 10% da arrecadação do IPI seja distribuída para os Estados e Distrito Federal, “proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados”, como forma de compensação à desoneração das exportações. A competência para estabelecer e divulgar os coeficientes de participação dos estados cabe ao Tribunal de Contas da União e os mesmos estão disponíveis em <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/transferencias>

O valor de R\$ 0,4 milhão recebido no acumulado de 2015 a título de CIDE é residual.

Nesse bimestre essa receita apresentou decréscimo de 12,9% (- R\$ 15,68 milhões), comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado é reflexo do fraco desempenho dos itens IPI-Bebidas - decorrente de compensações efetuadas por empresas do setor e IPI-Outros, influenciado pela recomposição da alíquota do IPI incidente sobre o setor de móveis e linha branca e pelo decréscimo na produção industrial.

O acumulado apresentou redução menos acentuada, da ordem de - 1,6% (- R\$ 4,10 milhões). Esse resultado é explicado pelos mesmos motivos citados anteriormente.

-CIDE: Os recursos repassados pela União aos Estados, DF e Municípios a título de CIDE-Combustíveis são destinados obrigatoriamente ao financiamento de programas de infraestrutura de transportes. Os dados referentes aos coeficientes de distribuição das receitas da CIDE podem ser consultados no portal do TCU na internet.

O decreto 7.764/12 que entrou em vigor a partir do dia 25 de junho de 2012 reduziu a zero as alíquotas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus

derivados, e álcool etílico combustível. Isso justifica a ausência de repasse dessa transferência no bimestre.

No acumulado, o valor recebido de R\$ 0,4 milhão, é residual, e representou uma queda de 93,3% frente ao mesmo período do ano anterior.

– **LEI KANDIR:** Essa receita é uma transferência da União distribuída a partir de um montante consignado na lei orçamentária anual federal. Devido a atrasos na aprovação do orçamento da União de 2015, o montante referente aos quatro primeiros meses do ano foi repassado integralmente em abril de 2015. Conseqüentemente, tal fato inflou a base comparativa entre o ano corrente e o ano passado. Assim, em 2015, a transferência da Lei Kandir apresentou aumento de 300,0% (+ R\$ 21,44 milhões) no segundo bimestre, em comparação ao mesmo período de 2014.

No acumulado, houve variação positiva de 33,3% (+ R\$ 7,15 milhões), que é justificada pela ausência de repasse no mês de março de 2014 pela União,

–**SUS:** A transferência do SUS consiste no repasse de valores, regular e automático, diretamente do Fundo Nacional da Saúde (FNS) para os Estados e Municípios, independentemente de convênio ou instrumento similar. Destina-se ao financiamento dos programas do SUS e abrange recursos para a Atenção Básica (PAB²³ fixo²⁴ e PAB variável²⁵) e para os procedimentos de Média e Alta Complexidade.

As Transferências do SUS apresentaram leve redução bimestral de R\$ 0,77 milhão (- 0,7%). Tal queda evidencia-se no Programa Teto Estadual de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

²³ PAB: Piso de Atenção Básica

²⁴ Refere-se ao financiamento de ações de atenção básica à saúde. Os recursos são transferidos mensalmente, de forma regular e automática.

²⁵ Destina-se a manutenção do Programa de Agentes Comunitários de Saúde, servindo o recurso para financiar os salários destes, bem como demais despesas decorrentes da manutenção do programa. São recebidas 13 (treze) parcelas durante o ano, sendo o incentivo adicional normalmente creditado no mês de Dezembro.

O acumulado apresenta decréscimo mais acentuado, equivalente a R\$ 35,09 milhões (- 14,3%), derivado, também, da redução nos repasses de transferências para o Programa Teto Estadual de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

– **OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO:** Nesta conta estão consolidadas as transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento Econômico (FNDE) - exceto as receitas do salário-educação -, do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e demais transferências da União.

Com arrecadação de R\$ 13,62 milhões no bimestre, esta receita apresentou decréscimo de 16,5% (- R\$ 2,68 milhões) em relação ao mesmo período de 2014. A redução justifica-se pelas Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS referente ao Programa de Capacitação CAPACITASUS.

No acumulado, com arrecadação de R\$ 20,75 milhões, esta receita apresentou redução de 68,6% (- R\$ 45,28 milhões) em relação ao mesmo período de 2014. A diminuição justifica-se pelo atraso no repasse da transferência de FEX – Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações- referente a 2013, recebido apenas em janeiro de 2014, o que resultou em distorção da base de comparação.

- FUNDEB:

É um fundo especial, de natureza contábil, formado por recursos provenientes dos impostos e transferências dos Estados, Distrito Federal e municípios. São redistribuídos aos Estados e municípios de acordo com critérios de rateio baseado no número de alunos matriculados na rede pública divulgado pelo censo escolar. A aplicação de seus recursos na educação básica é obrigatória.

O decréscimo das receitas do FUNDEB no bimestre (-1,5% / - R\$ 6,92 milhões) refere-se à composição do ICMS nas receitas do fundo que, dado seu desempenho desfavorável no segundo bimestre de

2015, contribuiu para que o montante global do fundo recuasse em relação ao mesmo período do último ano.

A redução de R\$ 49,77 milhões (- 5,2%) do resultado acumulado é explicado pelo mesmo motivo citado acima.

- CONVÊNIOS:

As receitas de convênios mostram o valor de R\$ 9,13 milhões, apresentando redução de 65,4% (- R\$ 17,22 milhões) em relação ao mesmo bimestre do ano passado. A queda concentra-se nos recursos transferidos para a **Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro – fundação CECIERJ, relativo ao Fundo de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.**

O resultado acumulado apresenta queda de R\$ 47,44 milhões (- 72,6%). Adiciona-se à redução já citada no parágrafo anterior o decréscimo no repasse ao Fundo Nacional de Saúde/MS e à Caixa Econômica Federal.

IV.II Receitas de Capital

Bimestre: R\$ 425,74 milhões / -82,8%
Acumulado: R\$ 685,48 milhões / -81,7%

Tabela 20

RECEITA DE CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2014/2015.

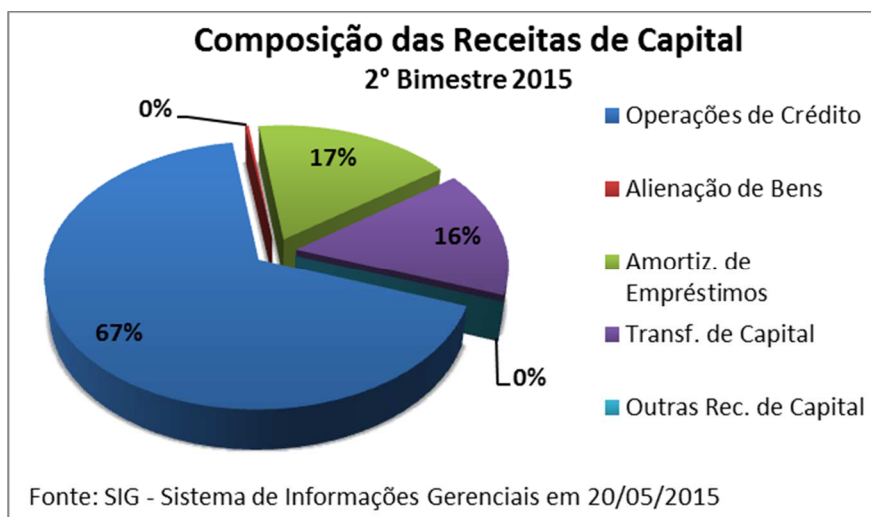
(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR - ABR)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - ABR)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
RECEITAS DE CAPITAL	2.472,03	425,74	-82,8%	3.742,84	685,48	-81,7%
Operações de Crédito	2.395,27	318,52	-86,7%	3.568,09	459,93	-87,1%
Alienação de Bens	0,00	2,08	100,0%	0,00	2,09	100,0%
Amortiz. de Empréstimos	46,88	62,77	33,9%	90,54	116,67	28,9%
Transf. de Capital	29,88	42,37	41,8%	84,22	106,80	26,8%
Outras Rec. de Capital	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 20/05/2015.

As Receitas de Capital apresentaram redução expressiva de 82,8% (-R\$ 2.046,28 milhões) no bimestre, em relação ao mesmo período de 2014, devido à diminuição das Operações de Crédito no montante de R\$ 2.076,75 milhões.

Gráfico 13



OPERAÇÕES DE CRÉDITO: Na Receita de Operações de Crédito, uma redução de 86,7% (- R\$ 2.076,75 milhões) justifica-se pela redução de receitas recebidas nas contas Demais Operações de Crédito Internas para Programas de Governo, para o financiamento do Programa Pro-Cidades fase II e o Programa Fase II da Linha 4 do Metrô.

No acumulado, a redução de receita em R\$ 3.108,16 milhões (- 87,1%) também é resultante das operações de crédito que objetivam financiar programas de governo, sendo os mais expressivos o Programa Fase II da Linha 4 do Metrô pelo BNDES e Programa Pro-Cidades fase II .

A redução das receitas de operações de crédito se coaduna com a reorientação da Política Fiscal implementada no ERJ.

ALIENAÇÕES DE BENS: A receita de alienação de bens totalizou R\$ 2,08 milhões no referido bimestre, enquanto que no mesmo período do ano anterior não houve registro desta receita. Tal fato é explicado pelo ingresso da receita proveniente da alienação de bens imóveis do RIOPREVIDÊNCIA, no valor de R\$ 2,08 milhões em março de 2015, não havendo outra receita de mesma origem em todo ano de 2014.

Assim, no acumulado, essa conta também apresentou aumento (+ R\$ 2,09 milhões). Esse resultado é explicado pelo mesmo ingresso financeiro da receita proveniente da alienação de bens imóveis do RIOPREVIDÊNCIA já citado anteriormente.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL: As Transferências de Capital demonstram aumento bimestral de 41,8% (+ R\$ 12,48 milhões). Esse acréscimo pode ser explicado pelo aumento dos repasses referentes às Transferências de Convênios da União destinados ao PAC, através da Caixa Econômica Federal..

Da mesma forma, o resultado acumulado mostrou crescimento de 26,8% (+ R\$ 22,58 milhões). O aumento concentra-se, principalmente, na conta de Transferências de Convênios da União

destinadas ao PAC, que inclui o repasse de recursos da União através do DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Apenas esta conta totalizou 56,4% das receitas de transferência de Capital.

AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS: As receitas referentes à Amortização de Empréstimos fecharam com crescimento de 33,9% (+ R\$ 15,90 milhões) no bimestre. O aumento bimestral justifica-se na conta do Fundo de Recuperação Econômica de Municípios Fluminenses (FREM-F), que estava zerada no segundo bimestre de 2014. Anteriormente, os recursos do FREM-F eram transferidos diretamente ao RIOPREVIDÊNCIA, por determinação do decreto 42.753 de 20 de dezembro de 2010. A partir de novembro de 2014, este procedimento foi alterado e, novamente, o FREM-F passou a comportar suas próprias receitas.

O aumento do resultado acumulado de 28,9% (+ R\$ 26,13 milhões) apresentado nesta receita é, também, decorrente do repasse ao FREM-F.

V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro

V.I Despesa Total

Tabela 21 – Execução da Despesa Total

R\$ Milhões

EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL - JAN A ABR							
PODER EXECUTIVO							
ANO	TIPO	LOA	DOTAÇÃO ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
2014	DESPESA SEM INTRA	67.582	68.794	1.463	67.331	22.664	19.668
	DESPESA INTRA	2.977	3.020		3.020	1.953	1.857
	DESPESA TOTAL	70.559	71.814	1.463	70.351	24.617	21.524
2015	DESPESA SEM INTRA	71.496	74.319	9.178	65.141	19.120	17.159
	DESPESA INTRA	3.855	3.039	95	2.944	2.366	2.338
	DESPESA TOTAL	75.350	77.358	9.273	68.085	21.486	19.497
OUTROS PODERES							
ANO	TIPO	LOA	DOTAÇÃO ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
2014	DESPESA SEM INTRA	5.943	5.936	0,0	5.936	3.433	1.688
	DESPESA INTRA	587	595	0,0	595	499	467
	DESPESA TOTAL	6.530	6.530		6.530	3.933	2.155
2015	DESPESA SEM INTRA	6.843	6.943	0,0	6.943	3.376	1.896
	DESPESA INTRA	608	608	0,0	608	345	327
	DESPESA TOTAL	7.451	7.551		7.551	3.722	2.223
2014	FUNDEB (Conta redutora)						1.963
2015							1.908

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 15/05/2015.

A Tabela 21 mostra as despesas do ERJ no seu aspecto mais amplo.

Inicialmente, o Poder Executivo dispunha de R\$ 75,35 bilhões na LOA. Ao final do 2º bimestre, após as alterações orçamentárias decorrentes em grande parte por meio de superávit de Operações de Crédito, a dotação alcançou R\$ 77,36 bilhões. Deste valor, R\$ 9,27 bilhões (11,99%) permanecem contingenciados, medida que visa adequar a peça orçamentária à nova realidade econômica. Contudo, o montante de despesas empenhadas pelos órgãos do Poder Executivo alcançaram R\$ 21,49 bilhões (33,66% do orçamento disponível).

Para os Demais Poderes, a dotação inicial era de R\$ 7,45 bilhões. Atualmente, a dotação é de R\$ 7,55 bilhões. Boa parte do orçamento já foi empenhado (R\$ 3,72 bilhões, ou seja, 57,84% da dotação).

V.II Créditos Adicionais

A Tabela 22 apresenta as alterações orçamentárias incluídas no orçamento do Estado, incrementos financiados essencialmente por meio de Convênios, Operações de Crédito e Demais Recursos. Até o segundo bimestre, aproximadamente R\$ 2,11 bilhões foram integrados ao orçamento por meio de créditos adicionais.

Numa análise por função governamental, conforme demonstrado na tabela ao lado, o maior acréscimo ocorreu na Segurança Pública (R\$ 950 milhões), sendo R\$ 869 milhões em recursos do Tesouro e R\$ 81 milhões de Demais Fontes. Dentro da área, R\$ 497,5 milhões foram alocados na ação Pessoal e Encargos Sociais (folha de pessoal) e R\$ 122,9 milhões na manutenção das atividades Operacionais e Administrativas.

Outra função em destaque no período da análise foi Transporte. A função sofreu considerável acréscimo orçamentário. R\$ 845 milhões foram destinados basicamente por conta de superávit de Operações de Crédito, dos quais R\$ 807,31 milhões estão garantidos para a melhoria no sistema metroviário estadual. Em Demais Fontes, R\$ 72 milhões foram acrescidos na função: aproximadamente R\$ 24,3 milhões para as atividades administrativas das Estatais e R\$ 16,9 milhões para a operacionalização do Bilhete Único.

A Função Administração também apresentou acréscimo. No período, R\$ 539 milhões foram alocados na função, sendo R\$ 474,5 milhões por meio da FR 00 (Recursos provenientes de Impostos), R\$ 63,42 milhões fazendo uso dos Depósitos Judiciais e Extrajudiciais não tributários (Lei Nº 163/2015) e R\$ 855,93 mil por meio de Operações de Crédito (FR 11). As alterações orçamentárias suplementaram diversas ações, dentre as quais se destacam as correlacionadas a pagamentos de benefícios assistenciais, a pensionistas e aposentados do Previ-BANERJ e precatórios judiciais.

Tabela 22 – Alterações Orçamentárias

R\$ Milhões

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - JAN A ABR 2015		
PRINCIPAIS FUNÇÕES	FR	CRÉDITOS ADICIONAIS
Segurança Pública	Tesouro	869
	Demais Fontes	81
Transporte	Operações de Crédito	845
	Demais Fontes	72
Administração	Tesouro	539
SUBTOTAL		2.406
OUTRAS DEMANDAS		-298
TOTAL		2.108

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 15/05/2015.

V.III Despesas por Fonte de Recursos

Ainda em virtude do atual cenário financeiro, o Governo do Estado manteve-se conservador na execução de seus gastos neste segundo bimestre. Como resultado, o Poder Executivo permaneceu com parte de seu orçamento contingenciado (cerca de R\$ 9,27 bilhões), o que levou a constatar um decréscimo de -10,8% (R\$ 2,30 bilhões) no total da despesa realizada frente ao mesmo período de 2014.

Observando a Tabela 23, identifica-se um menor comprometimento das despesas financiadas com recursos do Tesouro (-20,4%) em relação ao mesmo período de 2014, reflexo do desempenho da arrecadação neste ano. Apesar disso os Recursos Provenientes de Impostos (FR 00) continuam sendo responsáveis por grande parte da realização da despesa (R\$ 7,51 bilhões), seguidos dos recursos aplicados por meio de Operações de Crédito, FR 11, (R\$ 1,21 bilhão).

As despesas financiadas com recursos de Outras Fontes (Não Tesouro) totalizaram R\$ 7,23 bilhões no ano, demonstrando um crescimento de 11,1% (+R\$ 722,19 milhões) frente a 2014. Do total de despesas realizadas com tais fontes, R\$ 5,70 bilhões foram registradas na FR 10 (Recursos de Arrecadação Própria da Administração Indireta), principal responsável (78,9%) do total da despesa financiada por recursos de Fontes Não Tesouro.

Os recursos do FUNDEB (FR 15) também apresentaram expressivo destaque no período: R\$ 936,27 milhões aplicados na Rede Estadual de Ensino.

O Gráfico 14 e o Gráfico 15 ilustram a participação das Fontes de Recursos que compõem os dois grupos (Tesouro e Outras Fontes).

Tabela 23 – Despesas por Fonte de Recursos

R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	JAN - ABR		Variação %
	2014	2015	
RECURSOS DO TESOURO	14.849	11.826	-20,4%
PROVENIENTES DE IMPOSTOS (FR 00)	11.243	7.512	-33,2%
NÃO PROVENIENTES DE IMPOSTOS (FR 01)	5	320	6055,4%
ROYALTIES E PART. ESPECIAL PETRÓLEO (FR 04)	1.430	1.046	-26,8%
SALÁRIO EDUCAÇÃO (FR 05)	59	82	40,0%
FUNDO DE PARTIC. DOS ESTADOS (FR 06)	148	885	497,6%
DEMAIS TRANSF. DA UNIÃO PROV. DE IMPOSTOS (FR 07)	95	77	-18,9%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (FR 11)	1.281	1.216	-5,0%
FECP - ADICIONAL DO ICMS (FR 22)	547	587	7,3%
DEMAIS FONTES*	42	101	143,2%
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	6.507	7.229	11,1%
ARREC. PRÓPRIA - ADM. INDIRETA (FR 10)	4.852	5.705	17,6%
CONVÊNIOS**	281	160	-43,1%
FUNDEB (FR 15)	883	936	6,1%
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (FR 25)	261	166	-36,2%
DEMAIS FONTES***	230	261	13,6%
TOTAL	21.356	19.055	-10,8%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 15/05/2015.

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

* Fontes de Recursos 20, 21, 26, 90, 91, 95

** Fontes de Recursos 12, 13, 14, 16, 18, 19

*** Fontes de Recursos 23, 24, 96, 97, 98, 99

De R\$ 1,21 bilhão financiados com recursos de operações de crédito, 81,7% (R\$ 993,08 milhões) foram utilizados no projeto responsável pela Implantação de Novas Linhas Metroviárias.

Gráfico 14 – Fontes Tesouro

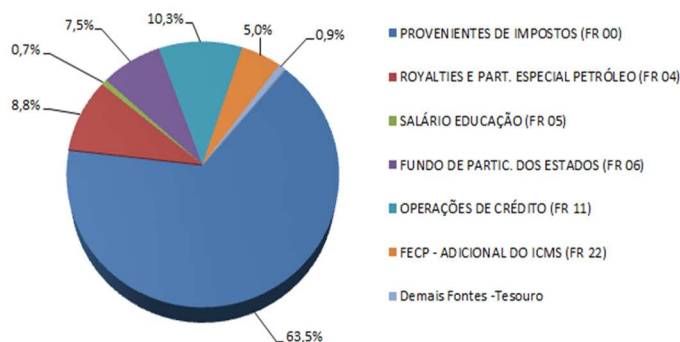
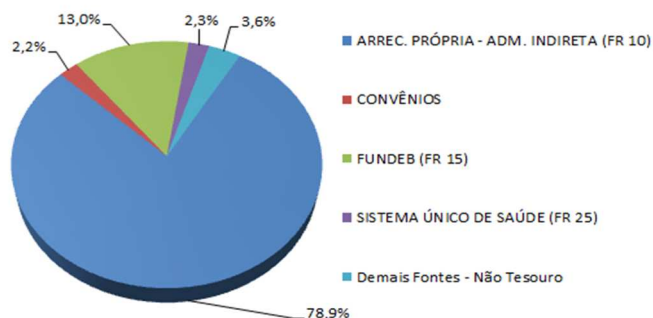


Gráfico 15 – Outras Fontes



V.IV Despesas por Grupo

Este tópico analisa os gastos pela ótica da categoria econômica e do grupo de despesa, proporcionando melhor visibilidade das ações executadas pelo governo do Estado.

A Tabela 10 exibe a relação entre os dados apurados neste 2º bimestre e no acumulado com os de 2014.

Tabela 24 – Despesas por Grupo

RS Milhões

CATEGORIA ECONÔMICA	GRUPO	MAR A ABR			JAN A ABR		
		2014	2015	Variação %	2014	2015	Variação %
CORRENTE	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.862	3.236	13,1%	5.598	6.361	13,6%
	1.1 - PODER EXECUTIVO	2.185	2.501	14,5%	4.242	4.873	14,9%
	1.2 - OUTROS PODERES	677	735	8,6%	1.356	1.489	9,8%
	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	492	514	4,5%	956	1.033	8,1%
	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.657	4.611	-18,5%	12.119	8.974	-26,0%
	3.1 - DESPESAS DE CUSTEIO	1.847	2.148	16,3%	2.933	3.078	4,9%
	3.1.1 - PODER EXECUTIVO	1.645	1.867	13,5%	2.620	2.689	2,6%
	3.1.2 - OUTROS PODERES	202	281	39,1%	313	389	24,2%
	3.2 - INATIVOS E PENSIONISTAS	2.150	2.462	14,6%	4.245	4.891	15,2%
	3.3 - TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS	1.661		-100,0%	4.941	1.005	-79,7%
	3.3.1 - ENC. COM A UNIÃO / ROYALTIES (EGE)				1.200	1.005	-16,3%
	3.3.2 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	1.661	1.636	-1,5%	3.741	3.684	-1,5%
	TOTAL CORRENTE	9.012	8.361	-7,2%	18.673	16.368	-12,3%
	CAPITAL	4 - INVESTIMENTOS	1.102	716	-35,0%	1.585	1.418
4.1 - PODER EXECUTIVO		1.084	699	-35,5%	1.566	1.400	-10,6%
4.2 - OUTROS PODERES		18	18	-0,1%	19	18	-4,1%
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS		6	5	-15,8%	17	6	-62,7%
6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		607	648	6,8%	1.081	1.263	16,8%
TOTAL CAPITAL		1.714	1.370	-20,1%	2.683	2.687	0,2%
TOTAL (sem despesas intraorçamentárias)		10.726	9.730	-9,3%	21.356	19.055	-10,8%
Despesas Intraorçamentárias		1.281	1.222	-4,6%	2.323	2.664	14,7%
TOTAL GERAL		12.007	10.953	-8,8%	23.679	21.720	-8,3%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Posição SIG/SIAFEM: 15/05/2015

- Despesa Corrente Total:
Acumulado 2015: R\$ 16,37 bilhões
Bimestre 2015: R\$ 8,36 bilhões

- Despesa de Capital Total:
Acumulado 2015: R\$ 2,69 bilhões
Bimestre 2015: R\$ 1,37 bilhão

A Categoria das Despesas Correntes do RJ, formada pelos grupos de despesas de Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, e Outras Despesas Correntes – sendo esta composta pelos gastos com inativos/ pensionistas, despesas constitucionais e legais (transferências obrigatórias de recursos aos municípios e do pagamento de encargos com o Governo Federal) e pelo custeio da

máquina – equivalem, juntas, por 85,9% (R\$ 16,37 bilhões) do total liquidado no exercício.

Em relação às Despesas de Capital (Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida), foi constatada uma realização de R\$ 2,69 bilhões (14,1% do total liquidado). Cabe ressaltar que as despesas intraorçamentárias estão excluídas de ambas análises.

Detalhando a análise, a despesa liquidada com Inativos e Pensionistas registrou crescimento de 15,2% no acumulado (+R\$ 646,04 milhões). Grande parte desse recurso foi aplicado no pagamento dos inativos da área da segurança pública e da educação, além dos pensionistas (despesa realizada pelo Rioprevidência). A Tabela 25 ao lado demonstra tal variação.

As despesas com as Transferências Obrigatórias requereram no período pouco mais de R\$ 1 bilhão (análise acumulada no ano). Comparada com a realizada em 2014, essa despesa sofreu queda de 79,7%. Tamanha variação é justificada pela mudança no registro contábil das receitas. As obrigações do Estado junto aos Municípios (repasses de receitas estabelecidas pela CF/88) passou, em 2015, a ser contabilizada por meio de conta redutora, implicando na não apuração pelas despesas executadas. Na Tabela 24 os valores registrados foram identificados pela análise das contas redutoras.

A despesa de Encargos com a União (Indenização paga à União com recursos de Royalties) apresentou retração de 16,3%, enquanto que os repasses assegurados constitucionalmente aos Municípios reduziram em 1,5%. A redução dessas despesas pode ser justificada pelo comportamento mais modesto da arrecadação nesse início de exercício.

Nas Despesas de Custeio, foram gastos R\$ 2,15 bilhões no bimestre (16,3%, ou seja, +R\$ 300,95 milhões) e R\$ 3,08 bilhões no acumulado (4,9%, +R\$ 144,77 milhões). Esses gastos são oriundos das despesas com manutenção dos órgãos e com principais programas estratégicos de Governo.

Em relação aos Investimentos realizados no período até abril, foi liquidado R\$ 1,42 bilhão (-10,5%, ou seja, -R\$ 166,40 milhões). Esses recursos foram aplicados basicamente em obras de melhoria do transporte metroviário (R\$ 993,08 milhões) e no apoio ao desenvolvimento dos municípios (R\$ 70,55 milhões). Juntas, tais ações foram responsáveis por 74,9% do total liquidado.

Tabela 25 - Despesas com Inativos e Pensionistas

Projeto e Atividade	JAN - ABR		
	2014	2015	VAR %
Encargos com Inativos - Área de Seg Pública	1.127.015.116	1.329.387.432	18,0%
Encargos c/Pensões e Benef Previdenciários	985.415.520	1.154.817.017	17,2%
Encargos com Inativos - Área de Educação	926.508.005	1.045.831.848	12,9%
Encargos c/Inativos-Demais Áreas	438.833.982	502.247.896	14,5%
Encargos com Inativos - TJ	425.190.539	479.888.056	12,9%
Encargos com Inativos - TCE-RJ	101.393.106	115.097.309	13,5%
Encargos com Inativos - MP	98.852.451	96.730.200	-2,1%
Encargos com Inativos - ALERJ	84.131.252	94.182.310	11,9%
Encargos com Inativos - Área de Saúde	41.436.282	52.089.605	25,7%
Encargos com Inativos - Área de Saneamento	11.770.010	16.090.803	36,7%
Pagamento de Benefícios Assistenciais	3.969.721	4.024.150	1,4%
Pessoal e Encargos Sociais	395.041	542.816	37,4%
Total Geral	4.244.911.026	4.890.955.888	15,2%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 15/05/2015.

O pagamento da Amortização da Dívida exibiu variação positiva neste 2º bimestre (16,8%, ou seja, +R\$ 181,35 milhões).

Nos próximos itens serão examinados os gastos, as variações e as justificativas ocorridas em cada grupo de despesa.

➤ **Despesas de pessoal**

A Tabela 26 avalia as despesas com pessoal ativo em função das áreas de prioridade do ERJ. No acumulado foram liquidados R\$ 6,36 bilhões, apresentando crescimento de 13,6% (+R\$ 763,45 milhões) em relação ao mesmo período de 2014. Quando consideradas as despesas intraorçamentárias (R\$ 2,37 bilhões no ano), o montante alcançou o patamar de R\$ 8,73 bilhões. O incremento de 15,5% verificado nas despesas intra é reflexo dos gastos com obrigações patronais a fim de assegurar o fluxo de pagamento de Inativos e Pensionistas.

As principais áreas de gestão, responsáveis pela maior representatividade no dispêndio foram: Segurança Pública, Educação, Ciência e Tecnologia e Defesa Civil. Juntos, esses órgãos foram responsáveis por R\$ 3,48 bilhões. Esse montante corresponde a 54,7% dos gastos realizados no acumulado do ano (não sendo consideradas as despesas intraorçamentárias).

O aumento verificado na área da Segurança Pública (+19,0%; +R\$ 256,97 milhões) e na Defesa Civil (+17,5%; +R\$ 65,60 milhões) são oriundos, em parte, da concessão do auxílio moradia (estabelecido pela Lei Estadual Nº 6.162/2012) e do reajuste de 11,8% do soldo a partir de fevereiro. Juntos, esses benefícios resultaram numa ampliação, frente a 2014, de 14,8% (+R\$ 59,63 milhões), conforme detalhado na Tabela 27.

Na área da Educação foram executados R\$ 506,96 milhões no bimestre (+11,4%, ou seja, +R\$ 51,73 milhões) e R\$ 979,32 bilhões no ano (+11,20%, ou seja, +R\$ 98,52 milhões), refletido diretamente pelo aumento de 9% da folha salarial dos servidores da educação e do reajuste de benefícios que complementam a folha de pagamento concedidos no segundo semestre de 2014.

Na área de Ciência e Tecnologia foram gastos até o bimestre R\$ 455,67 milhões (+26,6%; ou seja, +R\$ 95,78 milhões). Destaque para a FAETEC, que executou R\$ 208,48 milhões justificados pela

Tabela 26 - Despesas de Pessoal - Principais Áreas

ÓRGÃO	MAR A ABR		VARIÇÃO %	JAN A ABR		VARIÇÃO %
	2014	2015		2014	2015	
	Segurança Pública	690	842	22,0%	1.350	1.607
Educação	455	507	11,4%	881	979	11,2%
Ciência e Tecnologia	189	229	20,9%	360	456	26,6%
Defesa Civil	164	174	5,8%	375	441	17,5%
Saúde	199	221	10,8%	323	337	4,5%
DEMAIS ÁREAS	1.164	1.264	8,6%	2.309	2.542	10,1%
SUBTOTAL	2.862	3.236	13,1%	5.598	6.361	13,6%
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	1.150	998	-13,2%	2.052	2.371	15,5%
TOTAL GERAL	4.011	4.234	5,5%	7.650	8.732	14,1%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais
Obs: Dados extraídos em 15/05/2015.

**Tabela 27 - Principais Gratificações
Segurança e Defesa**

Detalhamento da Despesa	JAN - ABR		Variação %
	2014	2015	
Soldo	193.491.764	222.432.222	14,96%
Auxílio Moradia	207.989.565	238.679.880	14,76%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais
Obs: Dados extraídos em 15/05/2015.

O crescimento das despesas nos órgãos da Segurança Pública também foi influenciado por outras gratificações da área com o RISP, o PROEIS e a RAS.

aprovação do novo plano de cargos e salários instituído pela Lei Nº 6.720 de 24 de Março de 2014, e pela execução de R\$ 197,13 milhões na UERJ (crescimento de 29,6%, ou seja, +R\$ 45,00 milhões) em função do novo plano de Regime de Trabalho com Dedicção Exclusiva do corpo docente do quadro permanente constituído pela Lei nº 6.328/2014, aderido por 1.023 docentes, e pela reestruturação do plano de cargos e salários dos servidores técnico-administrativos estabelecido pela Lei nº 6.701/2014.

Nas Demais Áreas, as despesas liquidadas somaram R\$ 2,54 bilhões até o mês de abril, apresentando um crescimento de 10,1% (+R\$ 132,40 milhões) frente ao mesmo período de 2014. Esse aumento é justificado pelo crescimento dos vencimentos dos servidores do Tribunal de Justiça, Ministério Público e Assembléia Legislativa, que juntas correspondem a 52,2% do total liquidado.

Tabela 28 – Detalhamento das despesas da área Ciência e Tecnologia

Unidade Orçamentária	2014	2015	VAR %	Diferença
FAETEC	165.648.428	208.482.107	25,9%	42.833.680
UERJ	152.125.921	197.130.708	29,6%	45.004.787
UENF	26.119.171	31.570.466	20,9%	5.451.295
CECIE RJ	3.920.660	6.011.787	53,3%	2.091.127
UEZO	5.592.255	4.817.998	-13,8%	- 774.257
FENORTE	2.344.473	3.151.041	34,4%	806.568
SECT	2.507.834	2.377.741	-5,2%	- 130.094
FAPERJ	1.630.644	2.125.774	30,4%	495.130
Total Geral	359.889.387	455.667.622	26,6%	95.778.236

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 15/05/2015.

➤ **Outras Despesas Correntes**

A Tabela 29 a seguir demonstra os custos de manutenção do Estado com destaque para as principais ações finalísticas no bimestre e no acumulado, comparando tais montantes aos registrados no mesmo período do exercício passado.

Tabela 29 - Outras Despesas Correntes

AÇÕES	R\$ Milhares					
	MAR - ABR		Variação %	JAN - ABR		Variação %
	2014	2015		2014	2015	
Principais Ações de Saúde *	372.791	404.238	8,4%	499.817	482.184	-3,53%
Demais Poderes	202.014	280.987	39,1%	313.489	389.361	24,20%
Bilhete Único	76.031	108.033	42,1%	163.520	192.066	17,46%
Renda Melhor + Aluguel Social	50.269	50.543	0,5%	102.201	103.941	1,70%
Nutrição Escolar	33.561	42.433	26,4%	41.320	55.781	35,00%
Alimentação dos Apenados e Custodiados	60.162	38.929	-35,3%	66.538	52.983	-20,37%
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	14.336	14.450	0,8%	28.665	28.917	0,88%
Demais Desp. Custeio	1.037.918	1.208.424	16,4%	1.717.645	1.772.733	3,21%
Subtotal CUSTEIO	1.847.082	2.148.037	16,3%	2.933.195	3.077.965	4,94%
INATIVOS E PENSIONISTAS	2.149.698	2.462.487	14,6%	4.244.911	4.890.956	15,22%
TRANSF. OBRIGATÓRIAS	1.660.573		-100,0%	4.941.029	1.004.631	-79,67%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	131.699	224.727	70,6%	271.278	293.302	8,1%
TOTAL	5.789.052	4.835.251	-16,5%	12.390.413	9.266.854	-25,21%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 03/06/2015.

* Oper. Integ. de Unid. Próp. p/ Gest. Compart. + Oper. de UPAS 24 H Próp. por Gest. Compart. (OS) + Operacion das Unid. Próprias Hosp.e Ambulat. + Contratação de Serviço de Saúde Privado.

O acumulado em 2015 (excluindo Inativos e Pensionistas, Transferências Obrigatórias e Despesas Intraorçamentárias) apresentou uma despesa de R\$ 3,08 bilhões, dos quais R\$ 2,15 bilhões foram registrados apenas no 2º bimestre. Em sua totalidade, as despesas executadas registram R\$ 9,27 bilhões. Quando comparadas ao mesmo período de 2014, consta-se uma queda de 25,21% (-R\$ 3,12 bilhões).

No âmbito da Saúde, as ações selecionadas requereram no exercício R\$ 482,18 milhões, gastos destinados basicamente ao pagamento dos contratos firmados com Organizações Sociais (OS) para manutenção da Rede de saúde.

Na área do Transporte Público, o Programa Bilhete Único requereu R\$ 192,07 milhões, elevação de 17,46% (+R\$ 28,55 milhões) em relação ao mesmo período de 2014. O aumento ocorreu dado à elevação do período de abrangência entre a integração de modais de 2 horas e meia para 3 horas iniciado em março de 2014, além do aumento no número de usuários. Desta forma, houve a necessidade do Estado em aumentar o repasse feito à Riocard de R\$ 10 milhões para R\$ 12 milhões semanais.

Os programas Renda Melhor e Aluguel Social, auxílios financeiros concedidos à população economicamente menos favorecida, executaram, até o 2º bimestre, R\$ 103,94 milhões, demonstrando crescimento de 1,7% (+R\$ 1,74 milhão) frente 2014 em decorrência do aumento de beneficiados.

O programa de Nutrição Escolar apresentou, tanto em uma análise do 2º bimestre quanto no acumulado, significativo aumento de R\$ 14,46 milhões (+35%).

Por fim, o programa de Apoio a Pesquisadores e Estudantes apresentou um aumento de 15,21% (+R\$ 8 milhões) nas despesas até o bimestre, representando 63,9% das despesas liquidadas pela FAPERJ.

Até o 2º Bimestre de 2015, foram liquidados, em Outras Despesas Correntes do ERJ, R\$ 9,27 bilhões: um decréscimo de R\$ 3,12 bilhões (-25,21%) frente ao apurado no mesmo período de 2014.

➤ **Investimentos e Inversões Financeiras**

A Tabela 30 apresenta as principais execuções de Investimentos e Inversões Financeiras do Estado no exercício.

Tabela 30 - Investimentos e Inversões Financeiras

PRINCIPAIS AÇÕES	JAN A ABR		Variação (%)
	2014	2015	
Implantação de Novas Linhas Metroviárias	871.580	993.082	13,9%
Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios	15.986	70.546	341,3%
Imp. Arco Metropolitano - PAC - RJ	98.518	62.909	-36,1%
Abastecimento de Água - PAC	50.080	45.084	-10,0%
SUBTOTAL	1.036.163	1.171.621	13,1%
DEMAIS AÇÕES	565	253	-55,3%
TOTAL	1.601.622	1.424.626	-11,1%

Fonte: SIG - Sistemas de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 15/05/2015

Exclui as despesas intra-orçamentárias/Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

O projeto Implantação de Novas Linhas Metroviárias representou 69,7% de todos os investimentos e inversões financeiras realizados pelo Estado. Foram executados R\$ 993,08 milhões, acréscimos de 13,9% frente 2014.

Na ação Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios foram realizados repasses no total de R\$ R\$ 70,55 milhões. Por meio do Programa Somando Forças, cuja finalidade é promover uma melhor qualidade de vida à população dos municípios beneficiados, o Estado realizou importantes obras de infraestrutura em Itaboraí, Queimados, Cabo Frio e Saquarema. Essas localidades receberam grande parte desses recursos, R\$ 38,49 milhões (54,6%). A Tabela 31 apresenta as ações realizadas.

Outro importante investimento realizado pelo ERJ, o projeto Arco Metropolitano, teve parte de sua obra já inaugurada. Em julho de 2014, presidente e governador entregaram o primeiro trecho do Arco, os primeiros 75 km de um total de 145 km. Essa primeira etapa do trecho liga o porto de Itaguaí à refinaria de Duque de Caxias. Quando finalizada, a rodovia chegará ao Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – Comperj – em Itaboraí, conectando as principais vias federais. Essa etapa de duplicação da rodovia até Itaboraí, segundo a Secretaria de Obras, não é mais de responsabilidade do Estado. A

Tabela 31 - Projeto Somando

PROGRAMA SOMANDO FORÇAS		
MUNICÍPIO	INVESTIMENTOS	JAN-ABR
Itaboraí	obras de revitalização da Avenida 22 de Maio, principal via de Itaboraí, incluindo trabalhos de infraestrutura e drenagem da área.	17.116
Queimados	obras de canalização e urbanização do Rio Camorim a fim de prevenir inundações na área central da cidade	7.911
Cabo Frio	obras de saneamento, drenagem, calçadas e pavimentação asfáltica das ruas dos bairros Monte Alegre, Jardim Peró, Cantinho do Céu, Resena do Peró e Guriri	7.505
Saquarema	obras da Orla da Praia da Vila, Lagoa de Saquarema e Praia de Itaúna, assim como obras de reurbanização de Bacaxá, do novo centro administrativo municipal, de revitalização do centro de Saquarema, da nova praça de Sampaio Corrêa e Capela Velório de Saquarema.	5.963
TOTAL		38.495

Fonte: SIG / SIAFEM



obra caberá ao Governo Federal. Desde então o Governo Estadual tem continuado apenas com obras e serviços complementares do trecho já inaugurado, o que justifica uma aplicação menor em 2015 (-36,1%).

Por fim, verificou-se a aplicação de recursos na Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água em localidades da zona oeste do município do Rio de Janeiro (Barra, Bangu, Santa Cruz, Guaratiba) e em outros Municípios como Belford Roxo, Seropédica e Itaguaí, cujo montante liquidado atingiu R\$ 45,08 milhões.

V.V - Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ²⁶, FECAM²⁷ e FEHIS²⁸.

A Tabela 32 ao lado, apresenta os percentuais verificados pelos índices constitucionais e legais, com base na arrecadação da receita e a liquidação das despesas, neste segundo bimestre de 2015.

A apuração destes índices é realizada ao fim do exercício. O acompanhamento ao longo do ano e a divulgação de tais resultados por meio deste Boletim de Transparência tem a finalidade de balizar a gestão orçamentária e financeira adequada ao cumprimento dos percentuais constitucionais e legais.

De um modo geral, a execução orçamentária neste primeiro quadrimestre ocorre em ritmo lento, sobretudo nos índices FECAM e FEHIS em que as despesas são majoritariamente de capital. Isso resulta a verificação de índices muito baixos. Pela tabela ao lado nota-se que apenas o índice da Educação apresentou uma liquidação compatível com a receita arrecadada no período, superando o mínimo a ser aplicado e alcançando os 28,3%.

As receitas que são bases para os cálculos dos índices apresentaram crescimento em relação ao mesmo período do ano passado, diferentemente do bimestre anterior, quando apresentaram redução. A variação positiva é decorrência de um crescimento na arrecadação de alguns tributos, como Imposto de Renda e IPVA.

A apuração dos índices leva em consideração as receitas e despesas previstas pela respectiva legislação: para os Índices de Educação e Saúde são contabilizados os recursos provenientes da arrecadação de impostos e de transferências recebidas pelo Estado e as despesas por eles financiados; para o Índice da FAPERJ a receita base é composta pelos recursos líquidos de impostos (subtraída das transferências aos municípios) deduzida dos montantes equivalentes

²⁶ FAPERJ- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

²⁷ FECAM- Fundo Estadual de Conservação Ambiental

²⁸ FEHIS- Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social

Tabela 32 – Execução dos Índices

R\$ Milhares

EXECUÇÃO ÍNDICES CONSTITUCIONAIS			
PERÍODO	JAN - ABR		Variação %
	2014	2015	
EDUCAÇÃO			
RECEITA BASE	11.402.621	11.548.362	1,3%
DESPESA LIQUIDADADA	3.100.905	3.264.440	5,3%
FUNDEB	1.962.699	1.907.768	-2,8%
MÍNIMO A SER APLICADO (25%)	2.850.655	2.887.090	1,3%
% ÍNDICE	27,2%	28,3%	1,07%
SAÚDE			
RECEITA BASE	11.402.621	11.548.362	1,3%
DESPESA LIQUIDADADA*	843.717	890.464	5,5%
MÍNIMO A SER APLICADO (12%)	1.368.315	1.385.803	1,3%
% ÍNDICE	7,4%	7,7%	0,3%
FAPERJ			
RECEITA BASE	6.808.447	6.882.797	1,1%
DESPESA LIQUIDADADA	85.166	47.066	-44,7%
MÍNIMO A SER APLICADO (2%)	136.169	137.656	1,1%
% ÍNDICE	1,3%	0,7%	-0,6%
FECAM			
RECEITA BASE	1.680.812	1.586.476	-5,6%
DESPESA LIQUIDADADA**	47.482	25.745	-45,8%
MÍNIMO A SER APLICADO	84.041	79.324	-5,6%
% ÍNDICE	2,8%	1,6%	-1,2%
FEHIS			
RECEITA BASE	994.248	1.008.955	1,5%
DESPESA LIQUIDADADA	45.240	42.279	-6,5%
MÍNIMO A SER APLICADO (10%)	99.425	100.896	1,5%
% ÍNDICE	4,6%	4,2%	-0,4%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/03/2015.

1. Valor da Despesa Liquidada

* Inclui o valor da FR 23 - Gestão de Saúde

** Desconta o valor de RP Processado Cancelado inscritos nos últimos 5 exercícios.

à aplicação em Educação e Saúde; para o FECAM, a aplicação mínima em gastos com meio ambiente é igual a 5% dos recursos de royalties oriundos da exploração dos campos de pós-sal, mais 10% do pré-sal; e, por fim, para o FEHIS o mínimo equivale a 10% dos recursos provenientes do Fundo de Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – FECP –, receita tributária que incide adicionalmente ao ICMS.

A seguir, os gastos correspondentes aos índices serão tratados detalhadamente.

➤ Educação

O índice Educação atingiu uma aplicação de 28,3% da receita base de cálculo, demonstrado na Tabela 32. A despesa liquidada na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino alcançou R\$ 3,26 bilhões até o segundo bimestre de 2015, um aumento de 5,3 % (+R\$ 163,53 milhões) em relação a 2014. A Tabela 33 demonstra a despesa executada da função por grupo de despesa.

A área de pessoal se destaca pela variação positiva de 27,4% quando comparado com o ano passado (+R\$ 265,55 milhões), refletindo não só os benefícios salariais concedidos anteriormente aos servidores, como também o aporte de recursos do Tesouro no RIOPREVIDÊNCIA para atender ao pagamento de inativos e pensionistas. O maior volume da aplicação nesse grupo está concentrado na Secretaria de Educação que realizou neste segundo bimestre R\$ 534,03 milhões.

Nas outras Despesas Correntes, que agregam o Custeio de todas as Unidades Orçamentárias que compõem o índice, observou-se uma desaceleração nas despesas de 4,3% (-R\$ 90,94 milhões), em decorrência do atendimento ao Decreto do Governo do Estado, de 06 de janeiro de 2015, que determinou aos órgãos que realizassem medidas de contenção de despesas e otimização dos gastos públicos.

O FUNDEB, mesmo com pequena variação negativa 2,8% (-R\$ 54,93 milhões), representou a maior despesa do grupo com participação de 58,4% do total aplicado na função.

Tabela 33 – Aplicação na Função Educação

Em R\$ Milhares

GRUPO DE DESPESA	APLICAÇÃO NA FUNÇÃO		Variação %	Participação em 2015
	JAN - ABR			
	2014	2015		
Pessoal	968.885	1.234.440	27,4%	37,8%
Outras Desp. Correntes	2.120.811	2.029.870	-4,3%	62,2%
Custeio*	158.112	122.102	-22,8%	3,7%
FUNDEB*	1.962.699	1.907.768	-2,8%	58,4%
Investimento/Inversões	11.209	130	-98,8%	0,0%
RP Cancelado	-	-		
TOTAL	3.100.905	3.264.440	5,3%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 15/005/2015.

*A participação do Custeio e do FUNDEB foi calculada com base no Total Geral

A Tabela 34 abaixo demonstra a distribuição da despesa do índice por Unidade Orçamentária do ERJ, além da análise das maiores participações executadas neste 2º bimestre.

Tabela 34 – Distribuição do Índice por UO

Em R\$

DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR UO				
UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS*	JAN - ABR		Variação %	Participação em 2015
	2014	2015		
SEEDUC - Secretaria de Estado de Educação	472.372.254	571.903.124	21,1%	17,5%
DEGASE - Depart.Geral Ações Socio-Educat.	52.157.949	51.527.344	-1,2%	1,6%
UERJ - Fundação Universidade do Estado do RJ	303.626.262	362.265.741	19,3%	11,1%
FAETEC - Fund de Apoio à Escola Técnica do Est do RJ	256.575.033	297.815.123	16,1%	9,1%
UENF - Fund Univ Est Norte Fluminense Darcy Ribeiro	37.636.690	55.591.082	47,7%	1,7%
CECIERJ - Fund Centro Ciên Educ Sup Distân do Est RJ	6.956.879	9.831.774	41,3%	0,3%
UEZO - Fund Centro Univers Estad da Zona Oeste	8.881.114	7.737.458	-12,9%	0,2%
Total das Unidades Orçamentárias**	1.138.206.182	1.356.671.644	19,2%	41,6%
FUNDEB**	1.962.699.131	1.907.768.019	-2,8%	58,4%
RP Cancelado**				
TOTAL DO ÍNDICE	3.100.905.313	3.264.439.664	5,3%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 15/05/2015.

* A participação de cada unidade orçamentária foi calculada com base no valor apurado em Total das Unidades Orçamentárias.

** Participação calculada com base no Total do Índice da Educação.

O total de participação das Unidades Orçamentárias que entram na distribuição do índice alcançou 41,6%, além do FUNDEB que teve 58,4% de representação. A Secretaria de Estado de Educação apresentou participação de 17,5% na composição do índice, com uma execução total de R\$ 571,90 milhões (+R\$ 99,53 milhões em relação ao mesmo período de 2014). Nesse acréscimo, as despesas de pessoal realizadas com recursos do Tesouro se destacaram, com aumento de R\$ 119,15 milhões.

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) também figura com montantes expressivos de gastos, registrando um acréscimo de R\$ 58,64 milhões (+19,3%), aplicados basicamente com despesa de pessoal. Os R\$ 61,78 milhões aplicados em custeio foram direcionados aos Auxílios e Serviços prestados por estudantes, descentralização de recursos financeiros para os órgãos integrantes da estrutura da universidade (SIDES).

A Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC - liquidou R\$ 297,81 milhões neste bimestre,

contabilizando um acréscimo de 16,1% (+R\$ 41,24 milhões), aplicados basicamente em despesas de pessoal. O custeio teve a sua despesa reduzida em 54,8%, um decréscimo de R\$ 7,21 milhões em relação ao período anterior, refletindo os ajustes na operacionalização das unidades da FAETEC.

Contribuindo ainda para os gastos do Índice com Educação, embora com menor participação, a execução da Fundação CECIERJ apresentou variação positiva de 41,3% em relação ao mesmo período em 2014, reflexo do ingresso de novos concursados na área administrativa da Fundação, além de Assistentes de Nível Médio e de Técnicos de Ensino à Distância.

o **Educação - Outras Fontes de Recursos**

A Tabela 35 abaixo apresenta a destinação das Fontes Não Tesouro na Função Educação. Receitas responsáveis por montante significativo dentro do gasto total da área.

No período de janeiro a abril, a despesa apresentou uma variação positiva de 7,7% (+R\$ 77,13 milhões). O valor total de recursos Não Tesouro, aplicados na Função Educação, atingiu R\$ 1,07 bilhão.

Tabela 35 – Aplicação na Função Educação

Em R\$

FUNÇÃO EDUCAÇÃO				
FR - FONTES NÃO TESOURO	JAN - ABR		Variação %	Participação em 2015
	2014	2015		
FUNDEB (FR 15)	882.756.400	936.278.937	6,1%	87,3%
SALÁRIO EDUCAÇÃO (FR 05)	58.614.828	82.069.608	40,0%	7,7%
TRANSF. VOLUNT. DA UNIÃO NÃO REFERENTES A CONVÊNIOS (FR 24)	8.454.610	16.198.856	91,6%	1,5%
RECURSOS PRÓPRIOS (FR 10)	10.299.867	8.869.542	-13,9%	0,8%
SUS (FR 25)	8.749.084	7.765.875	-11,2%	0,7%
OPERAÇÃO DE CRÉDITO (FR 11)	20.956.702	11.495.747	-45,1%	1,1%
CONVÊNIOS (FR 12-13)	5.793.277	10.081.005	74,0%	0,9%
TOTAL	995.624.768	1.072.759.570	7,7%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 15/05/2015.

1. Exclui despesas intra-orçamentárias, CEPERJ e FAPERJ

A execução da despesa financiada pela FR 15 (FUNDEB) alcançou uma participação de 87,3% em relação às outras fontes. Neste

bimestre foram executados R\$ 936,28 milhões, registrando um acréscimo de 6,1% (+R\$ 53,52 milhões), basicamente destinados ao pagamento da folha de salários (R\$ 871,60 milhões) e alguns benefícios concedidos aos docentes. Esses benefícios deste início do ano totalizaram R\$ 64,67 milhões, referentes ao Auxílio Alimentação (R\$ 42,85 milhões) e ao Auxílio Transporte (R\$ 21,82 milhões).

O Salário Educação (FR 05), contribuição social arrecadada pela União e distribuída às Secretarias de Educação de Estados e Municípios através do FNDE, apresentou um acréscimo de 40% (+R\$ 23,45 milhões) em comparação ao mesmo período de 2014. Foram desembolsados R\$ 82,07 milhões, com destaque para duas ações desenvolvidas pela SEEDUC: R\$ 39,67 milhões foram para o fornecimento de Merenda Escolar aos alunos da rede estadual (PNAE) e R\$ 33,64 milhões foram para o Apoio aos Serviços Educacionais e Essenciais ao funcionamento das escolas.

A FR 24 – Transferências da União - apresentou uma execução de R\$ 16,20 milhões, com uma variação de 91,6% (+R\$ 7,74 milhões). Foi aplicada em sua totalidade no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, sendo mais uma fonte de recurso contribuindo para suprir necessidades nutricionais dos alunos durante a permanência nas escolas.

Com recursos diretamente arrecadados (FR 10), o valor liquidado atingiu R\$ 8,87 milhões, com uma pequena variação negativa de 13,9% (-R\$ 1,43 milhão). Os recursos foram aplicados quase integralmente na ação Integração UERJ/Sociedade e o valor que deixou de ser pago neste exercício foi relativo à execução dos projetos de obras que foram pagas em 2014.

Os recursos do SUS (FR 25), executados pela UERJ, foram totalmente direcionados à Operacionalização do Hospital Universitário Pedro Ernesto. Foram desembolsados R\$ 7,76 milhões, valor inferior ao comparado ao mesmo período de 2014, pois não foram contabilizados em 2015 as liquidações referentes ao Sistema de Desembolso Descentralização - SIDES da UERJ.

As despesas executadas com recursos de Operação de Crédito (FR11), e aplicadas pela Secretaria de Educação, sofreram decréscimo de 45,1% (-R\$ 9,46 milhões), tendo em vista que a maior

concentração das obras ocorreu em 2014. Até este segundo bimestre, foram gastos R\$ 11,49 milhões em reparos e conservação das Unidades Escolares.

➤ **Saúde**

Até o segundo bimestre de 2015, a aplicação de recursos em ações direcionadas à Rede de Saúde Pública do ERJ foi positiva em 5,5% (+R\$ 46,75 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado, conforme demonstrado na Tabela 36.

Tabela 36 – Aplicação do Índice por Grupo de Despesa

Em R\$

APLICAÇÃO NA FUNÇÃO				
GRUPO DE DESPESA	JAN A ABR		Variação %	Participação em 2015
	2014	2015		
Pessoal	381.964.969	408.067.060	6,8%	45,8%
Outras Desp. Correntes	441.304.325	477.069.950	8,1%	53,6%
Investimento/Inversões	19.444.122	3.312.751	-83,0%	0,4%
Amortização da Dívida	1.003.551	2.014.115	100,7%	0,2%
TOTAL	843.716.967	890.463.877	5,5%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 15/05/2015.

Tabela 37 – Repasse para OS's

Em
Milhões R\$

REPASSO PARA AS OS's - 2015		
UNIDADES COM GESTÃO COMPARTILHADA INTEGRAL	LOCALIZAÇÃO	JAN A ABR
HOSPITAL ESTADUAL VEREADOR MELCHIADES CALAZANS	NILÓPOLIS	11,82
HOSPITAL DA MULHER HELENEIDA STUDART	SÃO JOÃO DE MERITI	22,58
HOSPITAL ESTADUAL ALBERTO TORRES	SÃO GONÇALO	22,75
HOSPITAL ESTADUAL DA CRIANÇA	VILA VALQUEIRE	10,91
HOSPITAL ESTADUAL ALBERT SCHWEITZER	REALENGO	11,24
HOSPITAL ESTADUAL ADÃO PEREIRA NUNES	DUQUE DE CAXIAS	30,96
HOSPITAL DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA DONA LINDU	PARAÍBA DO SUL	7,13
HOSPITAL ESTADUAL GETÚLIO VARGAS	PENHA	8,72
HOSPITAL ESTADUAL DO CÉREBRO	CENTRO RJ	24,39
HOSPITAL ESTADUAL AZEVEDO LIMA	NITERÓI	6,71
HOSPITAL ESTADUAL DE SAQUAREMA	SAQUAREMA	3,88
HOSPITAL ESTADUAL ROBERTO CHABO	ERJ	14,87
HOSPITAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS	CENTRO RJ	12,45
COMPLEXO REGIONAL MATERNIDADE E CLÍNICA DA MULHER	MESQUITA	7,54
TOTAL REPASSADO		195,95

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 15/05/2015.

Destaca-se a participação no grupo de despesa de Outras Despesas Correntes na execução do índice, com 53,6% das aplicações em Ações e Serviços de Saúde. Neste grupo de despesa foi constatado um acréscimo de 8,1% (+R\$ 35,76 milhões) em relação ao ano anterior. A análise das principais ações desenvolvidas nesse grupo até este segundo bimestre será abordada abaixo conforme as destinações finais mais expressivas:

1- Operacionalização Integral de Unidades Próprias por Gestão Compartilhada – investiu-se R\$ 195,95 milhões totalmente direcionados para a Gestão de Serviços de Saúde, distribuídos nos Hospitais conforme Tabela 37 ao lado.

2- Operacionalização das UPA's 24 horas Próprias administradas por Gestão Compartilhada – aplicação de R\$ 52,86 milhões. A Tabela 37 demonstra o detalhamento da despesa por Unidade de Pronto Atendimento (UPA).

3- Apoio às UPA's 24 horas Municipalizadas – despesa realizada de R\$ 47,70 milhões, repassadas conforme Tabela 38 abaixo.

4- Operacionalização das Unidades Próprias Hospitalares e Ambulatoriais – gastos de R\$ 40,85 milhões sendo: R\$ 13,02 milhões no pagamento de Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional; R\$ 6,28 milhões com o Preparo e Administração de Alimentos e Bebidas; R\$ 4,35 milhões com Serviços de Asseio e Higiene; R\$ 3,55 milhões com Material Químico; dentre outras despesas.

No grupo Investimento/Inversões foi constatada uma redução de 83,% (-R\$ 16,13 milhões) em relação ao ano anterior, reflexo do corte de orçamento realizado neste exercício de 2015, frente às frustrações de arrecadação de receita.

No grupo de Pessoal houve um acréscimo de 6,8% (+R\$ 26,10 milhões) em relação ao ano passado. Um reflexo do aumento dos vencimentos do pessoal estatutário do Fundo Estadual de Saúde (+R\$ 53,52 milhões), com conseqüente acréscimo na gratificação de adicional por tempo de serviço (+R\$ 17,99 milhões) e na contribuição patronal de pessoal civil (+R\$ 14,74 milhões).

A Tabela 40 abaixo evidencia a distribuição dos recursos por unidade orçamentária do Estado.

O Fundo Estadual de Saúde – FES –, grande responsável pela execução no período (86,2%, R\$ 767,64 milhões), apresentou um leve acréscimo (+5,3%, ou seja, +R\$ 38,77 milhões) frente ao executado neste período em 2014.

O grande destaque na execução por Unidade Orçamentária foi a SES (UO 2901). Em consequência do remanejamento do orçamento de três importantes projetos de trabalho do FES (UO 2961) para a Secretaria de Estado de Saúde – SES -, essa unidade orçamentária teve um aumento significativo de execução de 23305,6% (+R\$ 17,91 milhões), apesar de representar somente 2,0% das aplicações do índice.

Tabela 38 – UPA's por OS do ERJ em 2015

UPA'S 24HS do ERJ (Gestão por meio de OS)	Em R\$
	VALORES REPASSADOS JAN A ABR
SÃO GONÇALO I	1.876.190
MESQUITA	3.452.330
COMPLEXO PENITENCIÁRIO de BANGU	4.087.375
SÃO GONÇALO II	1.827.824
NOVA IGUAÇU II	1.720.915
CAMPOS dos GOYTACAZES	4.712.000
SÃO PEDRO DA ALDEIA	1.791.000
CAXIAS II	3.521.618
ITABORAÍ	1.791.000
IRAJÁ	7.100.858
NOVA IGUAÇU I	848.475
BANGU	3.594.000
NITERÓI	1.801.409
CAMPO GRANDE II	895.500
CAXIAS I	895.500
MARECHAL HERMES	1.849.909
REALENGO	3.594.000
RICARDO DE ALBUQUERQUE	1.862.588
SANTA CRUZ	3.396.178
MAGÉ	1.343.250
CAMPO GRANDE I	895.500
TOTAL REPASSADO	52.857.419

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 15/05/2015.

**Tabela 39 – UPA's
Municipalizadas do ERJ em 2015**

UPA'S MUNICIPALIZADAS do ERJ	Em R\$
	VALORES REPASSADOS JAN A ABR
PETROPÓLIS	4.800.000
ANGRA DOS REIS	2.400.000
ITAPERUNA	2.400.000
DUQUE DE CAXIAS	2.400.000
ITAGUAÍ	2.400.000
MARICÁ	2.400.000
RIO BONITO	2.400.000
TERESÓPOLIS	2.400.000
VOLTA REDONDA	2.100.000
ARARUAMA	2.400.000
BELFORD ROXO	2.400.000
NILÓPOLIS	2.400.000
TRÊS RIOS	2.400.000
BARRA MANSA	2.400.000
SÃO JOÃO DE MERITI	2.400.000
CABO FRIO	2.400.000
RESENDE	2.400.000
MACAÉ	2.400.000
NOVA FRIBURGO	2.400.000
TOTAL REPASSADO	47.700.000

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 15/05/2015.

Tabela 40 – Distribuição do Índice por UO

Em R\$

DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR UO				
UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	JAN A ABR		Variação %	Participação em 2015
	2014	2015		
FES - Fundo Estadual de Saúde	728.877.162	767.644.552	5,3%	86,2%
Fundação Saúde do Estado de Rio de Janeiro	98.941.307	91.440.658	-7,6%	10,3%
IVB - Instituto Vital Brasil S.A.	15.821.628	13.386.442	-15,4%	1,5%
SES - Secretaria de Estado de Saúde	76.872	17.992.225	23305,6%	2,0%
TOTAL DO ÍNDICE	843.716.967	890.463.877	5,5%	100,00%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 15/05/2015.

A Fundação Saúde do ERJ (UO 2942) exibiu um decréscimo em relação a 2014: variação negativa de R\$ 7,5 milhões (-7,6%), refletindo o ritmo lento de execução orçamentária neste início de exercício. A execução da despesa na Fundação é contabilizada na FR 23 (Contratos Intraorçamentários de Gestão de Saúde), previamente empenhada no FES, com recursos do Tesouro em favor da Fundação.

As despesas do Instituto Vital Brazil (IVB) diminuíram R\$ 2,43 milhões (-15,4%) em relação ao segundo bimestre do ano anterior. Essa diminuição se refere à baixa arrecadação nesse início de exercício. Sua participação na execução do índice é de 1,5% das aplicações e seus gastos com recursos do Tesouro foram direcionados, em sua maior parte, a Pessoal e Encargos Sociais.

➤ **Saúde - Outras Fontes de Recursos**

Além dos recursos do Tesouro, a Função Saúde também é financiada com recursos de Outras Fontes, não contabilizados para fins de apuração do Índice Constitucional. A Tabela 41 abaixo discrimina o detalhamento da execução a partir de tais fontes.

Tabela 41 – Função Saúde – Outras Fontes

Em R\$

FUNÇÃO SAÚDE				
FR - FONTES NÃO TESOURO	JAN A ABR		Variação %	Participação em 2015
	2014	2015		
RECURSOS PRÓPRIOS (FR 10)	56.214.162	49.801.082	-11,4%	22,8%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (FR 11)	-	2.992.299		1,4%
CONVÊNIOS (FR 13)	3.070.339	-	-100,0%	0,0%
CONVÊNIOS (FR 19)	-	7.522.974		3,4%
SUS (25)	251.744.335	158.389.268	-37,1%	72,4%
TOTAL	311.028.836	218.705.623	-29,7%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 15/05/2015.

1. Exclui despesas intra-orçamentárias

Neste segundo bimestre de 2015, as despesas financiadas com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS - FR 25) apresentaram um decréscimo em relação ao mesmo período de 2014 (-37,1%; -R\$ 93,35 milhões). Pelo lado da receita, no entanto, o acréscimo da arrecadação foi de 18,82% (+R\$ 73,69 milhões). Em 2014, a arrecadação até o segundo bimestre alcançou R\$ 391,60 milhões, e, em 2015, R\$ 465,29 milhões.

Do montante de R\$ 158,39 milhões executados na FR 25, R\$ 62,24 milhões foram direcionados para a Operacionalização Integral de Unidades Próprias por Gestão Compartilhada; R\$ 41,08 milhões foram aplicados na Operacionalização das UPA's 24hs Próprias geridas por Gestão Compartilhada; R\$ 15,56 milhões foram para a Contratação de Serviço de Saúde Privado; R\$ 9,07 milhões para a Prestação de Assistência Móvel de Urgência e Emergência; dentre outras despesas de menor vulto.

Comparada à execução do segundo bimestre de 2014, as despesas liquidadas com Recursos Próprios (FR 10) registraram uma queda de R\$ 6,41 milhões (-11,4%). Dos R\$ 49,80 milhões executados nesse ano, R\$ 42,86 milhões correspondem a gastos do Instituto Vital Brazil – IVB – (UO 2971), basicamente na manutenção de seu parque industrial: R\$ 34,59 milhões destinados a Medicamentos, R\$ 5,87 milhões a Serviços, dentre outros. A UO 1661 (Fundo Especial do Corpo de Bombeiros) aplicou R\$ 6,29 milhões com FR 10, sendo R\$ 1,87 milhão aplicados em Serviços de Assistência à Saúde, R\$ 1,27 milhão em Serviços de Asseio e Higiene e R\$ 1,23 milhão em Descentralização para Órgãos Estaduais.

Destaques na Área de Saúde do ERJ até o 2º Bimestre de 2015

Clínica da Família em São Fidélis

Foi inaugurada em abril de 2015 a Clínica da Família voltada para o atendimento contínuo aos pacientes. A unidade é essencial para prevenção e diagnóstico precoce das doenças. O espaço se soma às 11 já entregues pelo governo do ERJ. Com investimento de R\$ 1,3 milhão para obras e equipamentos, a nova unidade terá capacidade para receber até quatro equipes, podendo acompanhar em média 12 mil moradores da localidade.

UPAs atingem mais de 27 milhões de atendimentos no ERJ

As 58 UPAs distribuídas nos municípios fluminenses bateram novos recordes: em março de 2015 o número de atendimentos chegou a 27 milhões, sendo que 99,5% dos casos são resolvidos nas próprias unidades, desafogando os grandes hospitais. Já foram realizados mais de 23 milhões de exames e 1,2 milhão de atendimentos odontológicos, além de terem distribuídos cerca de 183 milhões de medicamentos.

ERJ ganha maior Centro de Células-Tronco da América Latina

O ERJ se consolida como um importante centro de produção de medicamentos biotecnológicos do Brasil. Foram investidos cerca de R\$ 5 milhões na ampliação do primeiro banco de sangue de cordão umbilical privado do Brasil. Esse centro coloca o Brasil e o ERJ no auge da medicina regenerativa e da terapia celular. A empresa garantirá 10% para o armazenamento social, em que famílias carentes com histórico genético de leucemia do RJ e SP terão acesso gratuito ao armazenamento de células-tronco do sangue de cordão umbilical para uso particular.

➤ FAPERJ

A Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do ERJ (FAPERJ), órgão executor das ações na área de Ciência e Tecnologia, executou R\$ 47,06 milhões financiados com recursos do Tesouro, valor 44,7% inferior ao mesmo período de 2014. Essa queda é o reflexo das medidas de redução dos gastos que estão sendo implementadas pelo Governo do ERJ desde o início do exercício.

Conforme demonstrado na Tabela 42, houve uma variação negativa de 82,2% (-R\$ 11,19 milhões) nas despesas liquidadas da ação Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas através da UERJ, assim como ocorreu redução de 99,2% (-R\$ 22,16 milhões) na ação Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas através da FAPERJ, demonstrando que medidas de ajustes financeiros estão sendo implementadas pela Fundação neste exercício de 2015.

A despesa liquidada, mesmo sofrendo esta queda, representou 0,7% da receita base do índice, percentual compatível com o período de 2015 (Tabela 32).

Em relação às despesas cobertas pelas Outras Fontes, foram relevantes aquelas realizadas nos projetos de Inovação Tecnológica, no âmbito do Programa "TECNOVA – RIO INOVAÇÃO 2013", em parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP. Foram desembolsados R\$ 4,43 milhões com recursos de convênio (FR 13) (Tabela 43) para subvenção econômica desenvolvida por empresas brasileiras inovadoras sediadas no Estado do Rio de Janeiro.

Tabela 42 – Execução Orçamentária Fonte Tesouro FAPERJ

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				EM R\$
FONTE TESOURO				
PROJETO/ATIVIDADE	JAN A ABR		Variação %	
	2014	2015		
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	28.305.620	28.611.923	1,1%	
Apoio à Formação Superior à Distância CECIERJ	5.544.283	5.160.527	-6,9%	
Desenv Estudos e Pesquisas através da UENF	2.462.735	3.484.383	41,5%	
Pessoal e Encargos Sociais	2.291.833	2.978.671	30,0%	
Desenv de Estudos e Pesquisas através da UERJ	13.622.298	2.430.540	-82,2%	
Nova sede da FAPERJ	693.869	1.773.724	155,6%	
Apoio à Pesquisa na Administ Pública Estadual	526.327	1.652.000	213,9%	
Manut Ativid Operacionais / Administrativas	383.226	334.177	-12,8%	
Inovação Tecnológica	3.407.823	239.865	-93,0%	
Pagamento Despesas Serviços Utilidade Pública	182.491	193.101	5,8%	
Desenvol Estudos e Pesquisas através FAPERJ	22.330.276	168.060	-99,2%	
Apoio ao Pesquisador na Empresa	49.680	26.040	-47,6%	
Despesas Obrigatórias	17.187	9.457	-45,0%	
Prest Serv entre Órg Est/ Aquis Comb e Lubrif	4.106	3.321	-19,1%	
Núcl de Pesquisa e Tecnol p/Desenv Socioecon	5.344.037	-		
TOTAL	85.165.792	47.065.788	-44,7%	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 15/05/2015

Tabela 43 – Execução Orçamentária Outras Fontes FAPERJ

OUTRAS FONTES			
PROJETO/ATIVIDADE	JAN A ABR		Variação %
	2014	2015	
Inovação Tecnológica	688.261	4.426.826	543,2%
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	359.740	305.380	-15,1%
Fundo de Apoio ao Desenv Tecnológico - FATEC	3.871.025	-	
	4.919.026	4.732.206	-3,8%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 15/05/2015

➤ **FECAM**

O Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM), responsável pela gestão de projetos de investimento direcionados para o setor de meio ambiente do ERJ, conta, a partir de norma estadual, com 5% dos recursos provenientes da indenização pela extração do petróleo e gás do ERJ e de 10% dos recursos, quando provenientes da camada do pré-sal.

Até o 2º bimestre de 2015, o FECAM liquidou R\$ 25,75 milhões, redução de 45,8% (R\$ 21,74 milhões) quando comparado ao mesmo período de 2014, ainda sem cumprir o mínimo estabelecido em norma legal, conforme apresentado na Tabela 23.

As ações realizadas em 2015 por meio dos recursos do Fundo estão descritas na Tabela 44 abaixo. Nela são apresentados os projetos desenvolvidos, assim como o órgão responsável pela execução e os valores liquidados no exercício.

A ação com maior expressividade no período foi Prevenção e Controle Ambiental de Inundações, com um gasto total de R\$ 17 milhões, correspondendo a 66,3% do total liquidado no Fundo.

Tabela 44 - Índice FECAM

Em R\$

AÇÃO	PRINCIPAIS PROJETOS	ORGÃO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	MAR - ABR	JAN - ABR
Prevenção e Controle Ambiental de Inundações	Indenização de benfeitorias localizadas na área de intervenção junto aos campos hídricos. Elaboração de projeto executivo e execução das obras de controle de cheias e rec. Ambiental	INEA	15.914.982	17.067.565
Esgotamento Sanitário da Zona Oeste Total	Obras de ampliação do sistema coletor de esgotos sanitários da lagoa da tijuca Obras de esgotamento sanitário do eixo olímpico	CEDAE	4.463.086	4.463.086
Projeto Iguazu - PAC - RJ/FECAM	Projeto de controle de inundações e recuperação ambiental Produção de empreendimento habitacional no Programa Minha Casa Minha Vida	INEA	993.315	1.601.248
Rio Mais Limpo	Obras de modernização do sistema de esgotamento sanitário da praia de são conrado	CEDAE	1.148.490	1.148.490
Demais Ações	-	-	1.465.065	1.465.065
TOTAL GERAL			23.984.937	25.745.454

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

➤ FEHIS

O Fundo Estadual de Habitação e de Interesse Social (FEHIS) é financiado com 10% dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECP – FR 22) aplicados na área de habitação pelas: Secretaria de Obras – SEOBRAS; Secretaria de Habitação – SEH; Instituto de Terras e Cartografia – ITERJ; Companhia Estadual de Habitação - CEHAB e pela Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos – SEASDH. Esta última secretaria é responsável pelo Aluguel Social às famílias atingidas por intempéries ou retiradas de áreas de risco.

A Tabela 45 abaixo detalha os gastos do índice do FEHIS destacando os órgãos executantes, as ações, os principais projetos e o montante liquidado em cada uma deles no acumulado do ano.

Tabela 45 - Índice FEHIS

Em R\$			
ORGÃO	AÇÃO	PRINCIPAIS PROJETOS	DESPESA LIQUIDADADA JAN- ABR
SEOBRAS	Urbanização do Complexo do Alemão - PAC-RJ	Contrapartida no âmbito do programa minha casa minha vida, Pagamento de Indenização para desocupação de imóvel	14.872.249
	Urbanização das Comunidades - PAC	Pagamento de Indenização para desocupação de imóvel	2.332.924
	Urbanização da Rocinha - PAC	pagamento de mediação	1.757.382
		Outros	647.216
			19.609.771
SEH	Reloc Morad Assent Pop - Áreas Risco/Insalub	Pagamento de aluguel provisório - Jan até Março e Pagamento de Diária	268.374
			268.374
ITERJ	Levantamento Físico e Socioeconômico RFIS	Levantamento Físico e Socioeconômico RFIS	392.985
	Construção dos Assentamentos Rurais e Urbanos	Fornecimento de cestas básicas para o assentamento terra e pagamento de diária	144.644
		Outros	27.635
			565.264
CEHAB	Recuperação e Melhoria de U. Habitacionais	Recuperação de 7 blocos do conjunto habitacional mirante do amazonas - bairro Guadalupe	103.231
	Produção de Unidades Habitacionais	Locação de Veículos	44.550
			147.780
SEASDH	Aluguel Social	Aluguel Social para as famílias da região Serrana, Niterói, Manguinhos e São Gonçalo.	21.687.485
		TOTAL GERAL	42.278.674

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais
Obs: Dados extraídos em 15/05/2015.

O FEHIS executou montante de R\$ 42,28 milhões no acumulado deste 2º bimestre de 2015, dos quais 46,4% dos recursos foram liquidados pela SEOBRAS em ações de urbanização das comunidades e do Complexo do Alemão – justificado basicamente pela contrapartida no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida com a construção de dois condomínios: Jardim Arara/Jardim Tucano e Jardim Rouxinol.

As despesas como Aluguel Social representaram 51,3% do total aplicado pelo FEHIS até Abril de 2015. Esta ação realizada pela SEASDH consiste no benefício financeiro assistencial temporário e

Tabela 46

Aluguel Social 2015	
Municípios Beneficiados	JAN - ABR
Manguinhos	8.374.110
Região Serrana	7.564.933
Niterói	4.667.754
São Gonçalo	1.080.689
Total	21.687.485

Obs: Dados extraídos em 15/05/2015.



emergencial, disponibilizado com o intuito de atender a remoção de famílias que estão alocadas em áreas de risco ou desabrigadas por razão de calamidade pública, concentrada na Região Serrana, Niterói, São Gonçalo e Manginhos.

VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

VI.1 Cota Financeira

Com a publicação da Resolução SEFAZ nº 881, em 14 de abril de 2015, pela Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro – SEFAZ, a Cota Financeira, nesse segundo bimestre, aumentou em cerca de R\$ 1 bilhão. Observa-se que grande parte desse montante é pertinente a Outras Fontes de Recursos, somando o valor de R\$ 916,78 milhões (93% do total incrementado) conforme apresentado no Gráfico 16, e, no que se refere às Fontes de Recursos do Tesouro, houve um incremento de R\$ 67,62 milhões. Esta distribuição segue a tendência dos três anos anteriores, cabendo ressaltar que o fato da liberação das Outras FR ser maior que as FR do Tesouro deve-se, em grande parte, aos recursos oriundos das contratações de operações de crédito (empréstimos). A maior parte desses recursos será aplicada em programas relacionados à SEOBRAS – Secretaria de Obras do Estado.

As cotas liberadas pelo Tesouro Estadual no segundo bimestre de 2015, destinadas para FR do Tesouro representaram 34,4% do total e para Outras FR, 65,6%, segundo a Tabela 47. O índice de utilização da Cota Financeira até o primeiro bimestre do ano corrente nas FR Tesouro apresenta-se alto, atingindo um percentual de 95,1%. Enquanto, nas Demais FR, o mesmo índice ficou em 77,2%. Em relação ao percentual de utilização das FR, observa-se que as FR do Tesouro são mais utilizadas que as Outras FR, seguindo a tendência dos órgãos em utilizar os recursos do Tesouro com maior celeridade.

A Tabela 48 demonstra que, em relação à execução orçamentária, as áreas de Educação, Saúde, Segurança e Assistência Social (as áreas prioritárias) consumiram de forma ágil sua cota financeira relativa às FR do Tesouro, com destaque para a área de Saúde, a qual utilizou 99,7% das cotas liberadas.

No que tange o desempenho na quitação das PD's, a Secretaria de Estado de Fazenda adimpliu 89% das Programações

Gráfico 16

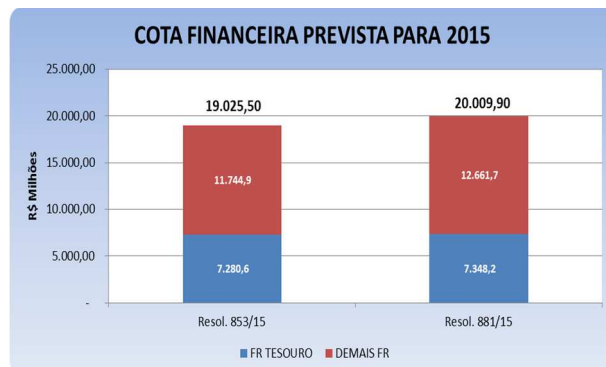


Tabela 47

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS POR FR ATÉ ABRIL DE 2015

FR	DESP. EMPENHADA (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
FR - Tesouro	2.172	1.408	1.133	1.078	959
FR - Outras	2.390	1.724	2.159	1.666	1.618
Total geral	4.562	3.132	3.292	2.743	2.576

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs: Posição acumulada até Abr/2015

FR	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
FR - Tesouro	64,8%	124,2%	76,5%	95,1%	89,0%
FR - Outras	72,1%	79,9%	96,6%	77,2%	97,1%
Total geral	68,7%	95,1%	87,6%	83,3%	93,9%

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs: Posição acumulada até Abr/2015

Tabela 48

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ ABRIL DE 2015 POR ÁREAS (FR TESOURO)

ÁREAS	DESP. EMPENHADO (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
EDUCAÇÃO	63	49	29	28	19
SAÚDE	981	579	415	414	397
SEGURANÇA	178	153	143	136	100
ASSISTÊNCIA SOCIAL	154	136	123	118	115
DEMAIS ÁREAS	795	490	423	382	327
TOTAL GERAL	2.172	1.408	1.133	1.078	959

Fonte: SIG e SIAE

Obs: Posição acumulada até Abr/2015

ÁREAS	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
EDUCAÇÃO	76,7%	168,8%	57,1%	96,4%	69,0%
SAÚDE	59,1%	139,6%	71,4%	99,7%	95,9%
SEGURANÇA	86,2%	107,3%	88,5%	95,0%	73,7%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	88,3%	111,0%	86,6%	96,2%	97,4%
DEMAIS ÁREAS	61,6%	115,7%	78,0%	90,2%	85,7%
TOTAL GERAL	64,8%	124,2%	76,5%	95,1%	89,0%

Fonte: SIG e SIAE

Obs: Posição acumulada até Abr/2015

de Desembolso emitidas. Dentre as áreas prioritárias, Há que se destacar as áreas de Saúde e Assistência Social, em que foram honradas 95,9% e 97,4%, respectivamente, das PD's emitidas até o segundo bimestre do ano corrente.

VI.2 Pagamento de PD's

O Tesouro Estadual, durante o segundo bimestre de 2015, praticou um prazo médio geral de pagamento para as Programações de Desembolso de 15 dias, sendo de 8 dias para as Áreas Prioritárias e 21 dias para as Áreas Não Prioritárias.

No segundo bimestre de 2015, apenas 8,1% das Programações de Desembolso foram honradas com prazo acima de 45 dias, totalizando um montante de R\$ 14,8 milhões; 65,9% das PD's foram honradas em até 15 dias e 26% delas entre 16 e 35 dias a partir de sua emissão.

VI.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro

O Comitê de Política Monetária (COPOM), na 190ª reunião²⁹, aumentou em 0.50 pontos percentuais a taxa SELIC, elevando a mesma para 13,7% a.a. Este foi o quinto aumento desde outubro de 2014, e, segundo o COPOM, a medida visou assegurar a convergência da trajetória da inflação para a meta de 4,5% a.a. estabelecida pelo mesmo para 2015.

Os fundos nos quais o Tesouro Estadual aplica os recursos públicos mantiveram bom desempenho no segundo bimestre de 2015, obtendo em média 99,6% da taxa do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI – benchmark dos fundos).

Tabela 49

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS DAS PD'S 2º BIMESTRE DE 2015

ÁREAS	PRAZO MÉDIO
PRIORITÁRIAS	8
NÃO PRIORITÁRIAS	21
MÉDIA GERAL	15

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais - SIG

Gráfico 17

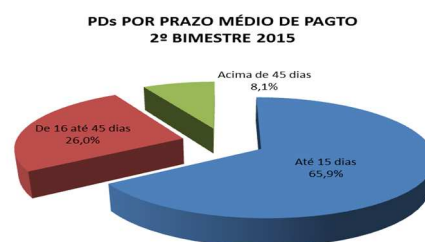
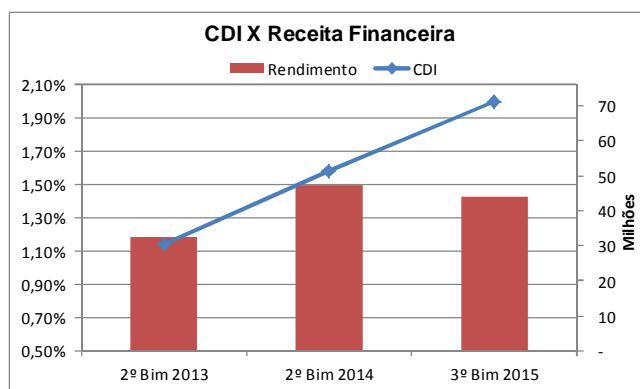


Gráfico 18



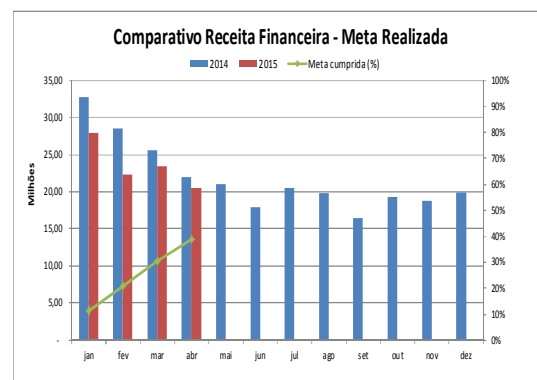
Fonte de Dados: SIG e CVM

²⁹ Reunião realizada nos dias 28 e 29 de abril de 2015.

Quanto à receita financeira, o montante registrado no 2º bimestre de 2015 apresentou queda de 12,8% em relação ao bimestre anterior devido a uma menor disponibilidade financeira, uma vez que nos meses de janeiro e fevereiro há um número menor de desembolsos, pois o orçamento ainda está sendo liberado. Esse movimento se repete ao compararmos o 2º bimestre de 2015 com o mesmo período do exercício anterior, observa-se que houve queda de 7,5% na receita financeira registrada.

Analisando-se o período de janeiro a abril de 2015, os investimentos dos recursos públicos geraram receita financeira de R\$ 94,2 milhões, montante este que representa 39% dos R\$ 242,8 milhões previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) para todo o ano de 2015.

Gráfico 19



Fonte: SIG

VI.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

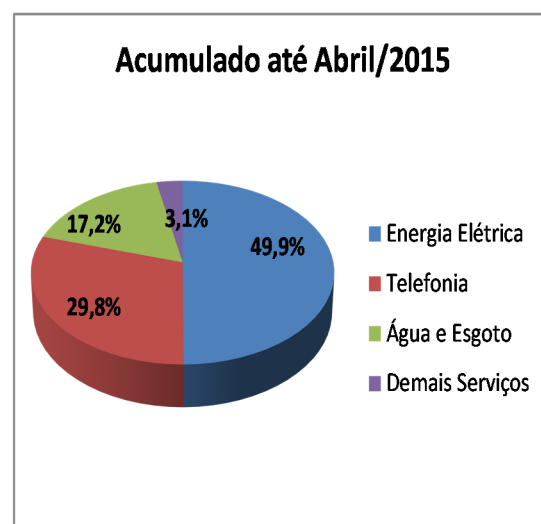
No período de janeiro a abril de 2015, o Tesouro Estadual utilizou o montante de R\$ 23,41 milhões para honrar as despesas realizadas com serviços públicos essenciais prestados aos Órgãos da administração direta e indireta do Estado do Rio de Janeiro. A maior parte deste montante, cerca de 49,9%, foi utilizada para honrar despesas com energia elétrica, o restante subdivide-se em: 29,8% para despesas com serviços de telefonia, móvel e dados, 17,2% para despesas de água e esgoto, e 3,1% para demais serviços.

Em relação à dotação orçamentária, a reserva de recursos para honrar despesas com concessionárias em um Programa de Trabalho (PT) específico visa assegurar a liquidação e pagamento de obrigações no exercício em que foram geradas, a fim de evitar custos derivados de multas e moras quando estas despesas são quitadas após o vencimento.

Destarte, no exercício de 2015, foram disponibilizados R\$ 240,71 milhões neste PT, e, até o presente momento, foram empenhados R\$ 49,79 milhões, ou seja, 20,7%.

Gráfico 20

Pagamento Acumulado das Concessionárias de Serviços Públicos



Fonte: SIG

Uma medida que colabora para a eficiência na conciliação das despesas com serviços públicos e celeridade dos pagamentos é o emprego do Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias – SIPC. Este sistema, implantado com a finalidade de centralizar os procedimentos de execução orçamentária e financeira das despesas efetuadas pelos entes estaduais com serviços públicos essenciais, abarca atualmente 18 concessionárias.

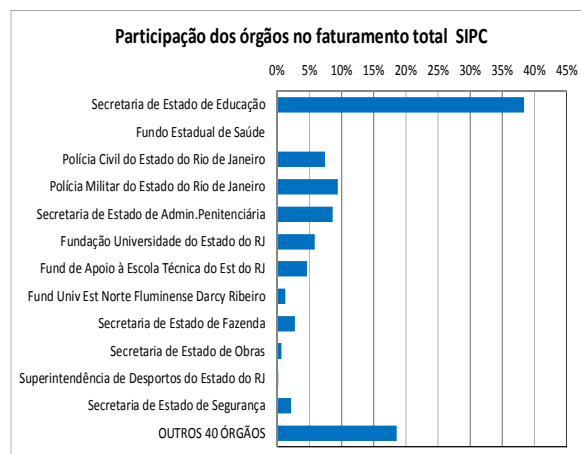
Considerando o faturamento de 2015, por meio do SIPC, foram registrados R\$ 65,6 milhões referentes a faturamento acumulado de serviços essenciais. Dessa importância, foram adimplidos R\$ 12,8 milhões, ou seja, 19,5 % do total.

A inadimplência do Erário junto às concessionárias (80,5%) geralmente ocorre devido a atrasos por parte de alguns órgãos no que diz respeito às descentralizações orçamentárias e às transferências de cota financeira – etapas necessárias para quitação de suas obrigações.

No 2º bimestre, alguns órgãos não executaram todas as etapas necessárias para o pagamento, encontrando-se, nesta situação, os seguintes órgãos: a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), Universidade do Estado do RJ (UERJ), Secretaria de Estado de Segurança (SESEG); Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ); Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do RJ (FAETEC) e a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ). Em 2015, as despesas destes órgãos somadas representaram 70,4 % do montante total faturado, não havendo quitação de suas despesas no período considerado.

Por outro lado, cabe destacar, também, o desempenho positivo da Secretaria de Estado de Saúde (SES), da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), Fundação Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), e da Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ), que honraram todos os seus compromissos em tempo hábil. Outros órgãos também merecem destaque favorável nesse sentido, quais sejam: Fundação Departamento Estradas de Rodagem do Estado do RJ (DER), Departamento Geral Ações Socioeducativas (DEGASE), dentre alguns outros.

Gráfico 21



VI.4.1 Características de Consumo

Analisando-se o consumo de energia elétrica em kWh (Light e Ampla), no 2º bimestre de 2015, verifica-se uma redução global de 1,1 %, se comparado ao mesmo período do ano anterior.

Quanto ao estudo de alta tensão, observou-se que, em março e abril de 2015, foram gastos com demanda de alta tensão R\$ 7,30 milhões, sendo R\$ 6,38 milhões de demanda contratada e R\$ 0,92 mil de demanda ultrapassada.

Na área de comunicação, o Estado utiliza vários serviços, como telefonia fixa, telefonia móvel, transmissão de dados e transmissão de dados *wireless*.

No tocante aos serviços de telefonia fixa, os quais são prestados pela Oi/Telemar, observa-se que de janeiro a abril de 2015 a média do faturamento foi de R\$ 1,03 milhão. Quanto aos serviços de telefonia móvel, que são prestados pela operadora TIM, analisando o mesmo período, a média de faturamento mensal foi de R\$ 105,93 mil.

Em relação aos serviços de transmissão de dados e *wireless*, a Oi/Telemar (empresa que presta esses serviços ao Estado) aderiu ao SIPC para quitação das faturas por meio de descentralização. Nesse passo, após a implementação das rotinas necessárias, o faturamento abarcado pelo SIPC em 2015 somou R\$ 30,86 milhões, tendo sido quitados R\$ 4,14 milhões.

Na área de distribuição de água e esgoto, no 2º bimestre de 2015, foram faturados R\$ 16,31 milhões com este tipo de serviço. Vale observar que só a CEDAE compreende cerca de 61,6 % deste total.

Tabela 50
Faturamento Acumulado por Serviço de
Água e Esgoto

R\$ mil		
FAVORECIDOS	1 Bim/15	2 Bim/15
ÁGUAS DAS AGULHAS NEGRAS	35	50
ÁGUAS DE NITERÓI	1.146	1.243
ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO	99	110
ÁGUAS DO IMPERADOR	81	112
ÁGUAS DO PARAÍBA	1.030	1.188
CEDAE	9.907	10.049
FÓZ ÁGUAS	4.405	3.134
C. ÁGUAS DE JUTURNAÍBA	91	141
PROLAGOS	110	179
SAAE/B. MANSA	47	66
SAAE/V. REDONDA	112	42
Total Faturado	17.062	16.313

Fonte: Faturamento enviado pelas Concessionárias

VI.5 Requisições Judiciais de Pagamento

Precatórios

Em fevereiro de 2010, o Estado do Rio de Janeiro aderiu ao Regime Especial de Pagamento de Precatórios, pelo qual deveria quitar seu estoque de precatórios em 15 anos, conforme sistemática do art. 97, § 1º, inciso II, do ADCT.

Dando cumprimento às regras do Regime Especial adotado, o Estado do Rio de Janeiro realizou tempestivamente as transferências dos recursos financeiros ao Tribunal de Justiça para realização dos pagamentos nos anos de 2010, 2011 e 2012.

Porém, com a promulgação da Lei Complementar nº 147 de 27 de junho de 2013, de iniciativa conjunta do Poder Judiciário e Executivo, foi autorizado ao Estado utilizar de 25% dos depósitos judiciais para pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor, mantendo-se o restante dos depósitos judiciais no Banco do Brasil, a fim de garantir a restituição ou pagamentos referentes aos depósitos.

Em março e abril de 2015, foram pagos pelos Tribunais R\$ 8,41 milhões em precatórios judiciais, dos quais R\$ 815,60 mil referem-se à precatórios do Tribunal de Justiça e R\$ 7,60 milhões referem-se à precatórios do Tribunal Regional do Trabalho.

Requisições de Pequeno Valor – RPV

No 2º Bimestre deste ano, foram pagas pelo Tesouro Estadual 999 requisições de pequeno valor que totalizaram R\$ 9,41 milhões.

Ressalta-se que o dispêndio direcionado ao adimplemento dessas obrigações não é definido pelo Estado, dado que essas requisições de pagamento judicial, por seu valor ser de até 40 vezes o salário mínimo, possuem rito de pagamento diferenciado, conforme § 3º, do art. 100, da Constituição Federal³⁰.

Gráfico 22



Tabela 51

PAGAMENTOS DE RPV - 2º BIM. 2015		
R\$ mil		
MÊS	QUANTIDADE	VALOR
MARÇO	661	5.693.345,14
ABRIL	338	3.724.535,96
TOTAL	999	9.417.881,10

Fonte: SUCADP em 30/04/2015

³⁰ O §3º, do art. 100, da Constituição Federal, dispõe o seguinte: "O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado".

Total de Requisições Judiciais de Pagamento

Somando-se precatórios e requisições de pequeno valor, foi pago, no 2º bimestre de 2015, o montante de R\$ 17,82 milhões.

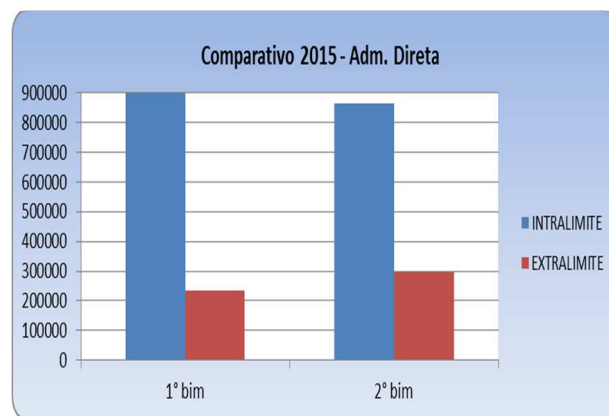
VI.6 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispendio com a Dívida Pública

O Tesouro Estadual desembolsou, no 2º bimestre de 2015, R\$ 1,16 bilhão com o serviço da dívida³¹. A importância desembolsada foi 2,2% superior ao valor pago no bimestre anterior. Esta variação ocorreu, principalmente, devido aos pagamentos das parcelas semestrais dos contratos da dívida externa.

Do total pago no 2º bimestre de 2015, R\$ 861,40 milhões foram referentes à dívida intralimite³², valor superior àquele devido pela aplicação da Tabela Price, resultando, assim, na amortização de resíduo de R\$ 150,71 milhões.

Além disso, o pagamento da dívida da Administração Indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual³³ alcançou R\$ 3,62 milhões, 17,6% inferior em relação ao 1º bimestre de 2015.

Gráfico 23



³¹ Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

³² Para fins de aplicação do limite, poderão ser deduzidas as despesas efetivamente realizadas no mês anterior, correspondentes aos serviços das seguintes obrigações:

I – dívidas refinanciadas com base na Lei nº 7.976, de 20 de dezembro de 1989;

II – dívida externa contratada até 30 de setembro de 1991;

III – dívidas refinanciadas com base no art. 58 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e na Lei nº 8.620, de 05 de janeiro de 1993;

IV – dívidas parceladas junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, cuja formalização tenha ocorrido até 31 de março de 1996;

V – comissão do agente, incidente sobre o pagamento da prestação decorrente da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993;

VI – dívida relativa ao crédito imobiliário refinanciado ao amparo da Lei nº 8.727, de 1993, e efetivamente assumido pelo estado, deduzidas as receitas auferidas com essas operações;

VII – as despesas referentes à principal, juros e demais encargos das operações decorrentes da Lei nº 8.727, de 1993, realizadas no mês, excetuada comissão do agente.

³³ A Administração indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual é formada pelas entidades que não têm recursos próprios para honrar suas dívidas. As demais entidades, como CODERTE e CEPERJ, por possuírem fontes de receitas próprias, não são citadas no quadro do serviço da dívida.

Tabela 52

R\$ mil

Dispêndio com a Dívida Pública (Adm. Dir. + Adm. Ind. Honradas)							
	1º bim 2015			2º bim 2015			Δ % do total no bim
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	613.676	518.942	1.132.618	645.130	513.128	1.158.258	2,26%
INTRALIMITE	496.848	402.605	899.453	453.668	407.727	861.394	-4,23%
EXTRALIMITE	116.828	116.337	233.165	191.462	105.401	296.864	27,32%
INTERNA	105.009	101.189	206.198	107.670	51.890	159.560	-22,62%
EXTERNA	11.819	15.148	26.967	83.792	53.511	137.303	409,15%
ADM. INDIRETA HONRADA	4.257	135	4.392	2.402	1.218	3.621	-17,56%
TOTAL	617.933	519.077	1.137.010	647.532	514.346	1.161.879	2,19%

Informações complementares:

Valor devido intra-limite	295.085	402.605	697.690	302.953	407.727	710.680	1,86%
Valor pago pelo limite (13% da RLR)*	496.848	402.605	899.453	453.668	407.727	861.394	-4,23%
Amortização do resíduo	(201.763)	-	(201.763)	(150.714)	-	(150.714)	-25,30%

Valores pagos a preços correntes.

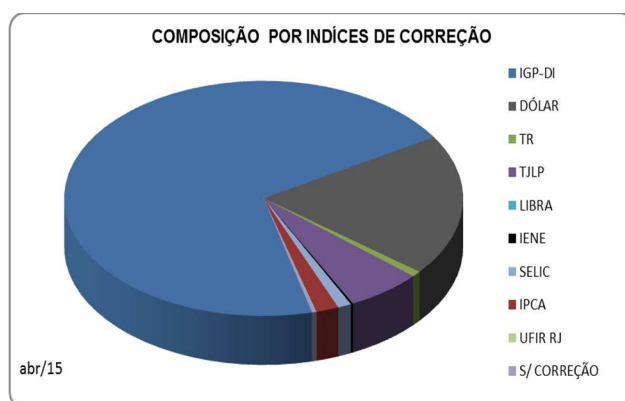
*No cálculo do valor da amortização do resíduo, considera-se a prestação como paga pelo regime de competência

No tocante aos pagamentos da dívida externa, verifica-se um aumento de 409,2% em relação aos meses de janeiro e fevereiro, justificado pelo pagamento das semestralidades devidas. Ressalta-se, contudo, que o montante pago de dívida externa representou 11,8% do total de serviço pago.

Dívida Financeira x Receita Líquida Real

No 2º bimestre de 2015, o estoque da Dívida Financeira alcançou R\$ 92,96 bilhões, 1,9% maior que no bimestre anterior. O estoque da dívida interna cresceu 1,8%, quando comparado ao 1º bimestre de 2015. Parte desse aumento é justificada pela variação do IGP-DI³⁴ e pelo ingresso de recurso de operações que se encontram em fase de desembolso.

Gráfico 24– Composição por índices de correção



³⁴ A Lei nº 9.496/1997, que rege a renegociação da dívida dos Estados prevê que os saldos devedores sejam corrigidos pelo IGP-DI do mês anterior, o qual no 2º bimestre fechou em 1,7% (IGP-DI de fev/15 e mar/15) e nos últimos 12 meses (de abr/14 a mar/15) em 3,4%.

Tabela 53

R\$ mil

DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL 2015			
	1º Bimestre	2º Bimestre	Δ %
DÍVIDA FUNDADA TOTAL	91.184.094	92.957.548	1,94%
INTERNA	81.087.009	82.540.159	1,79%
Dívida com a União	65.337.807	66.240.802	1,38%
Outras Dívidas Contratuais	15.749.202	16.299.357	3,49%
EXTERNA	9.969.155	10.290.501	3,22%
Com Aval do Tesouro Nacional	9.964.745	10.285.919	3,22%
Mobiliária	4.410	4.582	3,89%
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	127.930	126.888	-0,81%
DÍVIDA FINANCEIRA	91.184.094	92.957.548	1,94%
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI (*)	39.513.766	40.668.793	2,92%
RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RLR	2,31	2,29	-0,95%

Valores a preços correntes.

(*) Valor do 2º Bim/15 provisório.

O estoque da dívida externa, que corresponde a 11,1% do total da dívida financeira, encerrou o 2º bimestre de 2015 com saldo de R\$ 10,29 bilhões, ou seja, 3,2% superior ao 1º bimestre de 2015, em consequência da variação do dólar³⁵.

O saldo devedor da dívida da Administração Indireta somou o montante de R\$ 126,89 milhões, representando uma redução de 0,8% em relação ao saldo verificado em janeiro e fevereiro de 2015.

Perfil da Dívida Financeira

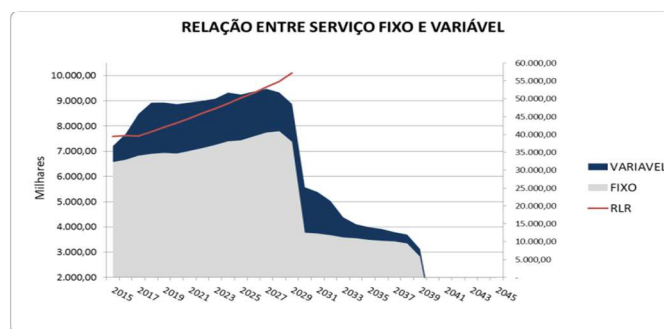
A parcela pré-fixada da Dívida Financeira representou 82,2% do estoque. Desse montante, 73% está vinculado a taxas de juros fixadas entre 4,1% e 6,0%.

Saliente-se que parte expressiva da dívida do Estado está vinculada ao limite de pagamento de 13% da RLR, até outubro de 2029.

Tabela 54 – Composição do estoque por faixas de taxas de juros

COMPOSIÇÃO DO ESTOQUE POR FAIXAS DE TX DE JUROS			
R\$ mil			
Prefixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	980.257	1,28%	1,05%
2,1 - 4	192.464	0,25%	0,21%
4,1 - 6	67.852.550	88,76%	72,99%
acima de 6,1	7.418.601	9,70%	7,98%
Subtotal	76.443.871	100,00%	82,24%
Pósfixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	7.078.039	42,86%	7,61%
2,1 - 4	1.559.897	9,45%	1,68%
4,1 - 6	7.875.741	47,69%	8,47%
Subtotal	16.513.677	100,00%	17,76%
Total	92.957.548		100,00%

Gráfico 25



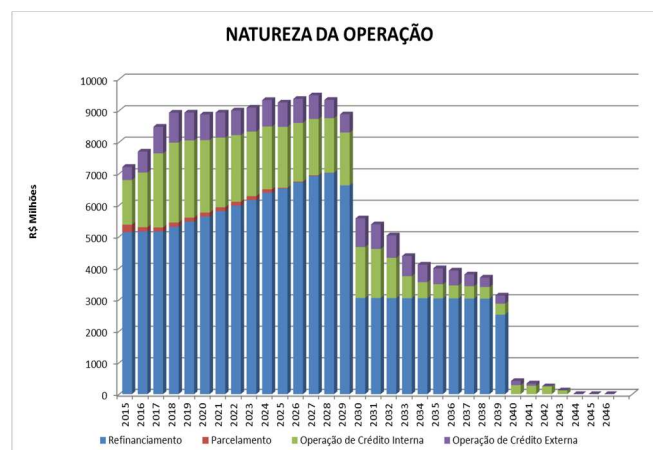
³⁵ A cotação do dólar (US\$) no dia 30 de abril de 2015 foi de 2,9936. Ou seja, 4,0% superior à cotação do dia 28 de fevereiro de 2015 que foi de 2,8782.

No tocante ao cálculo do total do serviço a pagar até 2043, os vencimentos de curto prazo³⁶ representam 8,4%, e desse percentual, apenas 0,9% está exposto a taxas variáveis. Quanto aos vencimentos futuros, verifica-se que até 2028 o serviço a pagar apresenta um crescimento homogêneo no tempo, seguindo o crescimento da RLR³⁷. No exercício seguinte, 2029, ocorre uma forte queda no serviço, dado que a partir de novembro de 2029, o Estado começa a aplicar apenas o sistema Price de amortização, em substituição ao pagamento limitado a 13% da RLR, no contrato de Refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97.

O Gráfico 25 apresenta a relação entre o serviço a pagar, vinculado às taxas variáveis e fixas. Vale ressaltar que os custos variáveis não ultrapassam, ao longo dos anos, o patamar de 22,7%. O Gráfico 26 apresenta o serviço a pagar por natureza da operação. Verifica-se que, embora o Estado venha contratando novas operações de crédito, interna e externa, a União ainda é a maior credora do Estado.

Em relação ao prazo médio de amortização³⁸ e ao prazo médio de repactuação³⁹, estes atingiram 11,50 anos e 10,69 anos, respectivamente.

Gráfico 26 – Natureza da Operação



Análise de Sensibilidade Por Variável Chave

A análise de sensibilidade tem por objetivo mensurar as mudanças no serviço e estoque da dívida pública, dada uma oscilação em variáveis chaves, tais como taxas de câmbio e taxas de juros.

³⁶ Dívidas vencidas até o exercício seguinte.

³⁷ Para a projeção da Receita Líquida Real, para os exercícios de 2012 a 2014, considera-se a RLR prevista no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 15/04/2010, e para a projeção dos exercícios seguintes é aplicado uma taxa de crescimento real de 3% ao ano.

³⁸ Prazo médio de Amortização – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vencidas.

³⁹ Prazo médio de Repactuação de Taxas – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vencidas, considerando o prazo de repactuação das taxas flutuantes (pós-fixadas).

Tabela 55

CENÁRIO ATUAL			CENÁRIO OTIMISTA			CENÁRIO PESSIMISTA		
R\$ mil			R\$ mil			R\$ mil		
Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE
IGP-DI	65,55%	64.042.097,16	IGP-DI	65,12%	62.823.630,73	IGP-DI	68,51%	73.214.304,71
DÓLAR	21,79%	21.286.955,93	DÓLAR	22,06%	21.286.955,93	DÓLAR	19,92%	21.286.955,93
TR	1,34%	1.312.851,18	TR	1,36%	1.312.851,18	TR	1,23%	1.312.851,18
TJLP	7,10%	6.934.437,55	TJLP	7,19%	6.934.437,55	TJLP	6,49%	6.934.437,55
LIBRA	0,00%	4.581,56	LIBRA	0,00%	4.581,56	LIBRA	0,00%	4.581,56
IENE	0,13%	127.454,95	IENE	0,13%	127.454,95	IENE	0,12%	127.454,95
SELIC	1,48%	1.442.395,61	SELIC	1,50%	1.442.395,61	SELIC	1,35%	1.442.395,61
IPCA	2,37%	2.315.283,29	IPCA	2,40%	2.315.283,29	IPCA	2,17%	2.315.283,29
S/ CORREÇÃO	0,23%	226.735,72	S/ CORREÇÃO	0,24%	226.735,72	S/ CORREÇÃO	0,21%	226.735,72
TOTAL	100,00%	97.692.793	TOTAL	100,00%	96.474.327	TOTAL	100,00%	106.865.001

abr/16

abr/16

abr/16

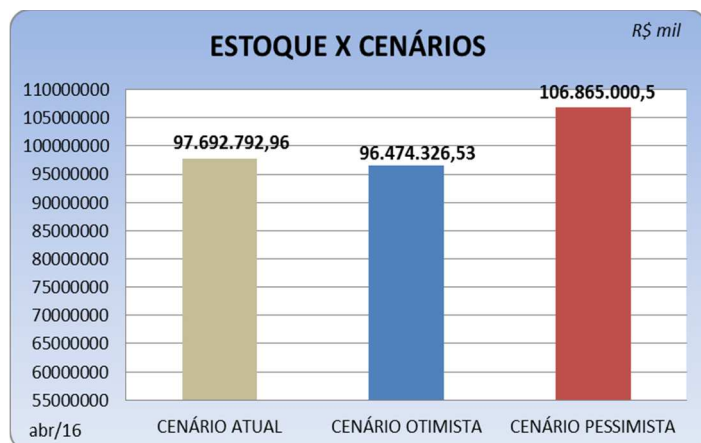
IGP-DI

A partir da série histórica de 10 anos do IGP-DI, utilizando o cálculo de duas vezes o desvio padrão para se chegar a um intervalo de 95% de confiança, foram construídos os cenários otimista e pessimista com variação acumulada de -3,6% a.a. e 15,3% a.a., respectivamente. Considerando os possíveis cenários de variação da projeção do IGP-DI, ocorre uma diferença no total da dívida, em valores absolutos, entre o cenário otimista e pessimista de aproximadamente R\$ 10,3 bilhões e, em valores relativos, de 10,8%.

Apesar da magnitude da variação relativa da dívida, quando observada a composição da mesma por índices, nota-se uma variação de apenas 3,4% na participação do IGP-DI no total da dívida. Passando de 65,1% no cenário otimista para 68,5% no cenário pessimista.

Analisando-se o cenário macroeconômico o Índice Geral de Preços – IGP-DI) variou 0,92%, em abril. A variação registrada em março foi de 1,21%. Em abril de 2014, a variação foi de 0,45%. No acumulado de 2015, o IGP-DI variou 3,37%. No mesmo período do ano anterior, o índice elevou-se 3,21%. No acumulado em 12 meses a taxa acumulada ficou em 3,94%. O IGP-DI de abril foi calculado pela FGV com base nos preços coletados entre os dias 1º e 30 do mês de referência.

Gráfico 27 – Estoque Cenários



O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) registrou variação de 1,11%, em abril. No mês anterior, o índice apresentou a variação de 1,24%.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) registrou variação de 0,61%, em abril, ante 1,41%, no mês anterior. Quatro das oito classes de despesa componentes do índice, apresentaram decréscimo em suas taxas de variação.

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) registrou, em abril, taxa de variação de 0,46%, após alta de 0,62% no mês anterior.

Moeda Estrangeira e Libor

Em relação ao dólar, verifica-se que no período de 12 meses, o estoque da dívida atrelado ao mesmo passou de R\$ 11,81 bilhões para 18,10 bilhões e de 14,1% para 19,5%, no total da composição da dívida. Esse aumento ocorreu em função de desembolsos ocorridos no período referentes a operações de crédito já assinadas junto a organismos internacionais e junto ao sistema financeiro nacional, atreladas à moeda norte americana.

A Tabela 56 e a Tabela 57 demonstram o quanto variam o serviço e o estoque da dívida no período de 12 meses, em função de uma oscilação de dez pontos percentuais (10%), nas variáveis chaves e o quanto varia o serviço, no mesmo período, em função de uma oscilação de 1 ponto percentual na taxa libor.

Verifica-se, na Tabela 56, que a variação no serviço anual não apresenta alta sensibilidade à maioria das variáveis chaves no curto prazo. O impacto da oscilação de um ponto percentual (1%) na Libor se reflete num acréscimo de R\$ 237,8 milhões ao serviço anual da dívida, ou seja, pouco mais do 3% do mesmo. Constata-se, portanto, que esse é o maior risco de curto prazo.

Analisando-se o estoque ao final dos próximos 12 meses, conforme Tabela 57, observa-se que um aumento de 10%, no

Tabela 56

Variável Chave	Variação	Serviço	%
<i>R\$ mil</i>			
MOEDA ESTRANGEIRA			
Dólar Americano	+10%	+127.481,04	+1,740
lene Japonês	+10%	+4.985,23	+0,071
Libor	+1,0%	+237.800,11	+3,246

Tabela 57

Variável Chave	Variação	Estoque	%
<i>R\$ mil</i>			
MOEDA ESTRANGEIRA			
Dólar Americano	+10%	+2.128.129,03	+2,178
lene Japonês	+10%	+12.745,50	+0,014

dólar americano e no iene japonês, gera um aumento de no máximo 2,2 % e 0,01% em relação ao estoque vinculado a essas moedas, respectivamente.

Receita de Operações de Crédito

Foram liberados R\$ 318,52 milhões de receita oriunda de operações de créditos, em março e abril:

- R\$ 301,03 milhões destinados à Infraestrutura da linha 4 do metrô e expansão da linha 1 - Fase II ADICIONAL (recursos provenientes do BNDES);
- R\$ 6,75 milhões destinados ao Programa Saneamento para Todos (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 5,80 milhões destinados ao Programa Saneamento para Todos II (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 1,66 milhões destinados para o Programa de Renovação e Fortalecimento da Gestão Pública - PRÓ-GESTÃO (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 1,59 milhões destinados à Implantação da infraestrutura da Linha 4 – PRÓ-ML4 (recursos provenientes do BNDES);
- R\$ 1,10 milhão destinados ao Programa Estadual de Transportes II Adicional – PET II Adicional (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 353,04 mil destinados ao Programa Estadual de Transportes II – PET II (recursos provenientes do BIRD); e
- R\$ 233,94 mil destinados ao Programa de Inclusão Social e Geração de Oportunidades para Jovens Moradores de Áreas Pacíficas do RJ - INCLUSÃO I – SEASDH (recursos provenientes do BID).

Tabela 58
Cronograma de Liberações
Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação na STN e no Senado Federal

Data: 30/04/2015

R\$ mil

	2015		2016/19
	Liberado (1)	a Liberar (2)	a Liberar (2)
1. Operações de Crédito Contratadas	459.926	6.341.833	2.591.487
Operações contratadas com o Sistema Financeiro Nacional	318.513	4.187.541	550.005
1. EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO - BNDES	-	6.770	-
2. SANEAMENTO PARA TODOS I - CAIXA	6.848	195.848	97.228
3. DELEGACIA LEGAL - BNDES	-	5.538	5.538
4. PMAE II - BNDES	-	1.580	-
5. CONTRAPARTIDA PAC - CAIXA	-	27.994	-
6. VIALIGHT - CAIXA	-	59.356	198.714
7. PRÓ-CIDADES I - B.BRASIL	-	552.000	-
8. METRÔ LINHA 4 (Estudos e Pesquisas) - BNDES	1.591	2.909	-
9. PROGRAMA SANEAMENTO P TODOS II - CAIXA	9.044	125.199	248.525
10. PROCOI - CAIXA	-	599.936	-
11. PRÓ-CIDADES II - B.BRASIL	-	596.604	-
12. METRÔ / PRÓ ML4 ADICIONAL- BNDES	301.030	2.013.808	-
Demais	141.413	2.154.292	2.041.482
13. PET II - BIRD	1.843	31.978	-
14. RIO RURAL I - BIRD	4.720	17.421	-
15. PROFAZ - BID	1.872	26.978	-
16. PRÓ-GESTÃO I - BIRD	11.434	22.713	-
17. PRODETUR - BID	551	118.769	119.408
18. PSAM - BID	-	416.248	820.049
19. PET II Adicional - BIRD	1.696	730.875	680.523
20. PROVIAS - CAF	-	358.605	146.494
21. ARCO METROPOLITANO	108.064	128.198	-
22. INCLUSÃO SOCIAL - BID	234	115.944	49.670
23. RIO RURAL ADICINAL FA - BIRD	11.000	139.753	136.487
24. PRÓ-GESTÃO II - BIRD	-	46.810	88.851
2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação	-	-	-
3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF	-	-	1.047.892
Total	459.926	6.341.833	3.639.379

Fonte: SOC - Sistema de Operações de Crédito, 2015.

(1) Valores realizados em 2015, a preços correntes

(2) Contém o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de abr/2015

Tabela 59

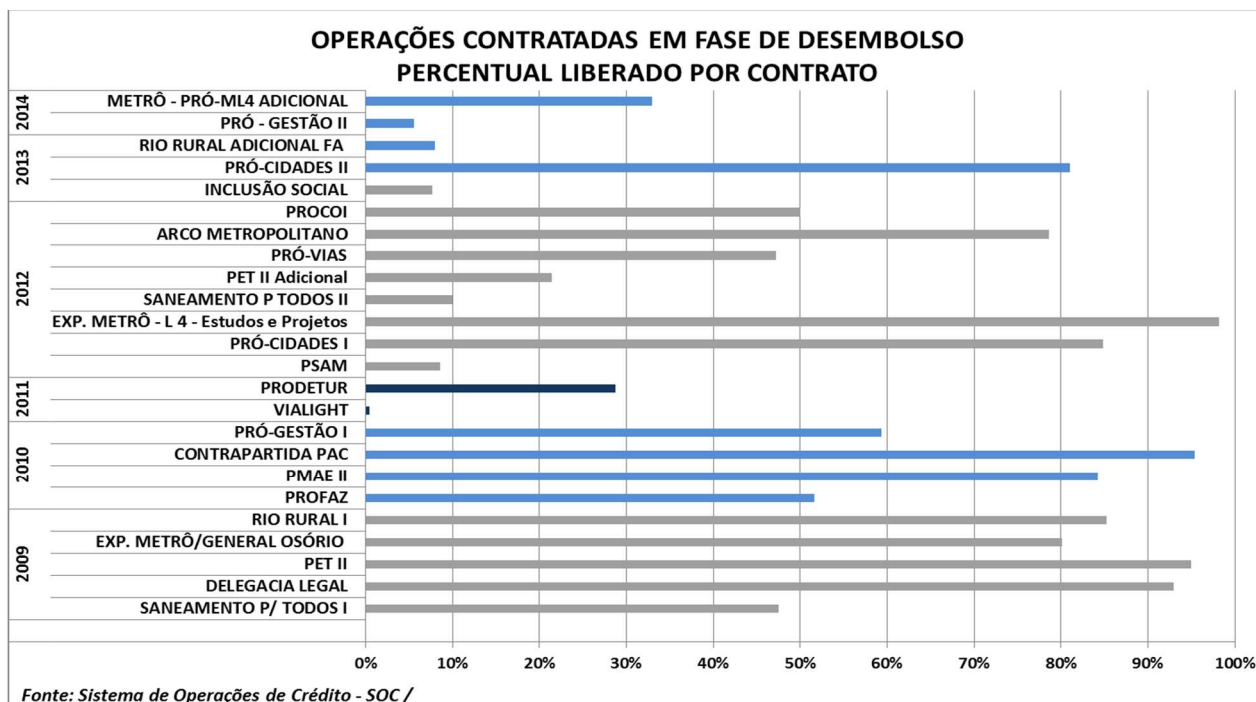
Liberações ocorridas dos Contratos em Fase de Desembolso

Data: 30.04.2015

DATA DA ASSINATURA	OPERAÇÃO	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	ORGÃO EXECUTOR	MOEDA CONTRATUAL	VALORES EM MOEDA CONTRATUAL		%	VALORES EM REAIS	
					CONTRATADO	LIBERADO		CONTRATADO	LIBERADO
2009									
07/07/2009	SANEAMENTO P/ TODOS I	CAIXA	CEDAE	REAL	558.000.000,00	264.924.145,82	47%	558.000.000,00	264.924.145,82
10/08/2009	DELEGACIA LEGAL	BNDES	SEOBRAS	URTIJP	79.530.718,1067	73.920.154,1872	93%	157.000.000,00	145.924.297,98
24/09/2009	PET II	BIRD	SETRANS	DÓLAR	211.700.000,00	201.017.964,32	95%	633.745.120,00	383.652.759,14
25/11/2009	EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO	BNDES	RIO TRILHOS	URTIJP	17.202.587,2014	13.772.924,3494	80%	33.959.283,34	27.188.854,50
14/12/2009	RIO RURAL I	BIRD	SEAPEC	DÓLAR	39.500.000,00	33.680.654,32	85%	118.247.200,00	67.624.452,81
2010									
10/05/2010	PROFAZ	BID	SEFAZ	DÓLAR	19.759.050,00	10.207.218,28	52%	59.150.692,08	20.747.129,70
26/05/2010	PMAE II	BNDES	SEPLAG	URTIJP	5.056.532,6633	4.256.348,7751	84%	9.982.000,00	8.402.372,99
24/06/2010	CONTRAPARTIDA PAC	CAIXA	SEOBRAS	URTIJP	307.002.052,9005	292.821.303,19	95%	606.046.612,59	578.052.678,21
22/11/2010	PRÓ-GESTÃO I	BIRD	SEPLAG	DÓLAR	18.673.000,00	11.085.653,62	59%	55.899.492,80	27.446.554,52
2011									
28/06/2011	VIALIGHT	CAIXA	SEOBRAS	REAL	259.138.332,31	1.067.889,51	0%	259.138.332,31	1.067.889,51
08/08/2011	PRODETUR	BID	SEOBRAS	DÓLAR	112.000.000,00	32.437.760,43	29%	335.283.200,00	70.190.994,69
2012									
20/03/2012	PSAM	BID	SEA	DÓLAR	451.980.000,00	39.000.000,00	9%	1.353.047.328,08	86.058.300,00
05/06/2012	PRÓ-CIDADES I	BANCO DO BRASIL	SEOBRAS	DÓLAR	1.217.785.609,2998	1.477.585.800,4400	85%	3.645.563.000,00	3.093.563.000,00
12/06/2012	EXP. METRÔ - L4 - Estudos e Projetos	BNDES	RIO TRILHOS	URTIJP	80.014.240,95	78.540.851,83	98%	157.954.512,77	155.045.924,78
22/06/2012	SANEAMENTO P TODOS II	CAIXA	CEDAE	REAL	415.372.248,98	41.647.726,28	10%	415.372.248,98	41.647.726,28
05/09/2012	PET II Adicional	BIRD	SETRANS	DÓLAR	600.000.000,00	128.528.334,96	21%	1.796.160.000,00	309.351.480,12
13/09/2012	PRÓ-VIAS	CAF	SEOBRAS	DÓLAR	319.675.000,00	150.948.826,66	47%	956.979.080,00	341.556.054,91
05/12/2012	ARCO METROPOLITANO	CAF	SEOBRAS	DÓLAR	200.000.000,00	157.175.970,35	79%	598.720.000,00	368.520.091,29
20/12/2012	PROCOI	CAIXA	SEOBRAS	REAL	1.199.871.427,00	599.935.927,00	50%	1.199.871.427,00	599.935.927,00
2013									
22/02/2013	INCLUSÃO SOCIAL	BID	SEASDH	DÓLAR	60.000.000,00	4.677.246,24	8%	179.616.000,00	11.099.166,05
26/04/2013	PRÓ-CIDADES II	BANCO DO BRASIL	SEOBRAS	DÓLAR	1.047.501.336,1839	1.149.487.775,2700	81%	3.135.800.000,00	2.539.196.500,00
19/08/2013	RIO RURAL ADICIONAL FA	BIRD	SEAPEC	DÓLAR	100.000.000,00	7.723.008,27	8%	299.360.000,00	20.000.000,00
2014									
30/04/2014	PRÓ - GESTÃO II	BIRD	SEOBRAS	DÓLAR	48.000.000,00	2.683.243,1400	6%	143.692.800,00	6.000.000,00
03/07/2014	METRÔ - PRÓ-ML4 ADICIONAL	BNDES	RIO TRILHOS	URTIJP	3.000.000.000,00	986.191.678,8700	33%	3.000.000.000,00	986.191.678,87

Fonte: Sistema de Operações de Crédito - SOC / SEFAZ

Gráfico 28



VI.7 Acompanhamento Financeiro de Convênios⁴⁰

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 2º bimestre de 2015 com 517 Convênios de Despesa e 323 Convênios de Receita vigentes⁴¹.

Entre os Convênios de Despesa, os mais importantes para o Estado são os celebrados no âmbito do *Programa Somando Forças*⁴². Na esfera dos Convênios de Receita, o *Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC*⁴³ engloba os investimentos de maior relevância.

No que tange ao *Programa Somando Forças*, encontram-se vigentes 282 convênios, beneficiando 67 Municípios. No âmbito desses convênios, até este bimestre, o valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual foi de, aproximadamente, R\$ 238,09 milhões, que foram ou serão utilizados em obras de diversas naturezas, principalmente, nas obras de infraestrutura.

Nos demais Convênios de Despesa, encontram-se vigentes 235 convênios, abrangendo programas em infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer. O valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual até os meses de março e abril de 2015 foi de aproximadamente R\$ 2,92 bilhões.

Com relação aos convênios abarcados pelo PAC, o Estado firmou com a União, até o 2º bimestre de 2015, o total de 22 Convênios de Receita para a concretização das diversas obras de infraestrutura, alcançando um investimento de aproximadamente R\$ 1,82 bilhão⁴⁴. Dessa importância, R\$ 1,02 bilhão consiste no valor previsto de repasse da União e R\$ 821,41 milhões são oriundos do Tesouro Estadual.

⁴⁰ Os dados utilizados nesta seção foram extraídos de relatórios do Sistema Informações Gerenciais (SIG) e do SIAFEM em diversas datas ao longo do mês.

⁴¹ Convênios de Receita – são aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa – são aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais. Salienta-se que também são conhecidos como uma modalidade de transferência voluntária de recursos.

⁴² Decreto nº 42.384/01, de 29 de março de 2010.

⁴³ Lei nº 11.578/2007, que regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja do interesse da União.

⁴⁴ Valor original desconsiderando os aditivos.

Desses recursos disponibilizados pelo Tesouro do Estado, até o 2º bimestre de 2015 foi repassado em torno de R\$ 891,24 milhões, sendo destinados 95,08% à área de Habitação e 4,4,92% à área de Saneamento.

VI.8 Análise de Viabilidade Econômica de PPPs

Neste bimestre, o Governo do Estado do Rio de Janeiro propôs, por intermédio do Projeto de Lei 336/2015, uma ampla revisão na Lei Estadual nº 5.068, de 10 de julho de 2007, que institui o Programa Estadual de Parcerias Público-Privada no âmbito da Administração Pública fluminense.

As mudanças sugeridas pelo Projeto de Lei visam aumentar a atratividade dos projetos de PPP para o capital privado, por meio da atualização legislativa e do alinhamento da legislação estadual às práticas bem-sucedidas dos demais Entes da Federação, reforçando o arcabouço de garantias e formas de pagamentos públicos com a inclusão de novas fontes de recursos e garantias.

A Coordenação de Análise de Parcerias Público-Privadas da Subsecretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro, com vistas à implementação de projetos de PPP adequados e alinhados à estratégia fiscal do Estado, mantém 10 (dez) projetos em estudo, conforme tabela a seguir.

Tabela 60

PROJETO	OBJETO	INVESTIMENTO	CONTRAPRESTAÇÃO	PRAZO DE CONCESSÃO	FASE ATUAL
		INICIAL (milhões)	ANUAL (milhões)		
PPP Linha 3 Modalidade Patrocinada	Implantação, manutenção e operação da Linha 3 do metrô do Rio de Janeiro. Trecho: Praça Araribóia, em Niterói, até a localidade de Guaxindiba, na cidade de São Gonçalo, próximo a BR 101, com extensão estimada de via de 23 km.	R\$ 3.847,8	R\$ 145,75	20 anos	Aguardando Estudo Técnico
PPP Rodovias I Modalidade Administrativa	Restauração, operação, manutenção e conservação do sistema viário correspondente à rodovia RJ-104 para implantação de melhorias físicas e operacionais.	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Retirado da pauta de reunião do CGP
PPP Rodovias II Modalidade Administrativa	Restauração, operação, manutenção e conservação do sistema viário correspondente à rodovia RJ-106, para duplicação trecho Maricá-Bacaxá com construção de túnel sob Serra do Mato Grosso (1,9 km).	R\$ 760,00	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Retirado da pauta de reunião do CGP
PPP Rodovias III Modalidade Administrativa	Restauração, operação, manutenção e conservação do sistema viário correspondente à rodovia RJ-106 para implantação de melhorias físicas e operacionais com ampliação no trecho Rio das Ostras - Macaé.	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Retirado da pauta de reunião do CGP
PPP Rodovias IV Modalidade Administrativa	Restauração, operação, manutenção e conservação do sistema viário correspondente à rodovia RJ-116 para implantação da estrada de contorno a Cidade Nova Friburgo, entre Mury e interseção RJ-116 e RJ-144.	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Retirado da pauta de reunião do CGP
PPP Saneamento Modalidade Administrativa	Implantação, operação e manutenção dos sistemas de esgotamento sanitário dos municípios de São Gonçalo e Itaboraí.	R\$ 1.229,00 (R\$ 646,00 do setor privado e R\$ 628,00 do setor público)	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Retirado da pauta de reunião do CGP
PPP Data Center	Projeto de integração e modernização tecnológica da informação e da central de dados do Governo do Estado do Rio de Janeiro.	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando publicação de MIP e Termo de Referência
PPP Banda Larga	Projeto para implementar o acesso à Internet banda larga para os 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro.	R\$1.322,1	R\$ 115,1	30 anos	Aguardando deliberação do CGP para a realização de Consulta Pública
PPP Instituto Carlos Éboli Modalidade Administrativa	Implantação da nova sede dos seguintes institutos: (i) Instituto de Criminalística Carlos Éboli-ICCE; e do (ii) Instituto de Pesquisas e Perícias em Genética Forense da Polícia Civil do Estado do RJ, bem como a instalação de gestão de infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades operacionais.	R\$ 840,90	R\$ 46,7	20 anos (2 anos de obras e 18 anos de manutenção)	Retirado da pauta de reunião do CGP
PPP Resíduos Sólidos	Implantação e manutenção de um aterro sanitário no município de Saquarema para atender os municípios de Araruama, Saquarema e Silva Jardim	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando publicação de MIP e Termo de Referência